UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

PESQUISA-AÇÃO NA RELAÇÃO CRECHE - CUIDADOR FAMILIAR EM UMA INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA

Tânia Maria Delfraro Carmo

Ribeirão Preto

2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Tânia Maria Delfraro Carmo

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo pelo Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas, vinculada à linha de pesquisa: Educação para a Saúde e Formação de Recursos Humanos.

Ribeirão Preto
2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

PESQUISA-AÇÃO NA RELAÇÃO CRECHE-CUIDADOR FAMILIAR EM UMA INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA

Tânia Maria Delfraro Carmo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, visando a obtenção do Título de Doutor, pelo Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas vinculado à linha de Pesquisa – Educação para a Saúde e Formação de Recursos Humanos.

Sônia Maria Villela Bueno
Orientadora

Ribeirão Preto
2004

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento da Informação do Serviço de Biblioteca – EERP-USP

Carmo, Tânia Maria Delfraro
Pesquisa-ação na relação creche-cuidador familiar em uma instituição comunitária. Ribeirão Preto, 2004.
280 p. : il.; 30cm

Tese de Doutorado, apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto / USP –Área de Concentração: Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas.
Orientadora: Bueno, Sônia Maria Villela.

1. Creche. 2. Família. 3. Pesquisa-ação.

Este estudo está inserido na linha de pesquisa “Educação para Saúde e Formação de Recursos Humanos” do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

No desenvolvimento do presente estudo, a autora recebeu ajuda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Data da Defesa: __/__/____

Banca Examinadora

Profª Drª Sônia Maria Villela Bueno

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª Drª Margarita Antônia Villar Luís

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª Drª Ana Maria Pimenta Carvalho

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profº Drº Antônio Carlos Siqueira Júnior

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª Drª Maria Madalena Januário Leite

Julgamento: _____ Assinatura: _____

"Nesta vida pode-se aprender três coisas de uma criança: estar sempre alegre, nunca ficar inativo e chorar com força por tudo que se quer".

Paulo Leminsky

DEDICATÓRIA

Ao meu marido **Djalma**, cujo apoio incondicional, incentivo e companheirismo foram vitais nessa caminhada.

Aos meus filhos **Thales** e **Thiago**, que souberam entender bem essa construção e fizeram parte dela.

A minha mãe **Arléya** e meus sogros **Emília** e **Jademar** pelo incentivo e infinita colaboração.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À Profª Drª **Sônia Maria Villela Bueno**, pelo grande incentivo ao meu trabalho, pela presença competente, afetuosa e amiga de inestimável valor. Alegria, sabedoria e ética pautaram suas orientações e nos proporcionaram ricas experiências e valiosos conhecimentos em cada fase desse percurso.

Às professoras Drª **Margarita Antônia Villar Luís** e Drª **Ana Maria Pimenta Carvalho** pelas sugestões valiosas e colaboração no presente estudo.

Às crianças, familiares e funcionários da creche, sem os quais nada teria sido realizado. Todos foram extraordinários e proporcionaram significativa colaboração e apoio.

E, acima de tudo a Deus: razão de minha aventura humana.

AGRADECIMENTOS

Este estudo é resultado de uma construção coletiva, na qual percorremos uma longa trajetória, que possibilitou-nos um inestimável conhecimento e crescimento pessoal e profissional e para o qual, contamos com o estímulo e apoio de inúmeras pessoas às quais expressamos o nosso reconhecimento e sincera gratidão.

Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG.
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.
Conselho Curador da Fundação de Ensino Superior de Passos – FESP.
Diretores e Professores da Faculdade de Enfermagem de Passos – FAENPA.
Professoras da Escola de Enfermagem - EERP / USP.
Aos Professores: Drº Antônio Carlos Siqueira Júnior, Drª Maria Madalena Januário Leite, colaboradores deste processo.
Maria Cristina Manduca Ferreira pelas correções bibliográficas e Duzolina Brasileiro F. de Carvalho pelas correções de português.
Aos meus alunos e bolsistas do Núcleo de Apoio ao Estudante: Franklin, Milene, Michelly, Sirlei e Maria Inês, pelo empenho e competência com que se dedicaram à difícil tarefa de aplicação dos instrumentos e sobretudo pelo carinho dispensado às crianças.
Aos Engenheiros Drº Sidney Borges Ramos e Drº Manoel Reginaldo Ferreira responsáveis e parceiros no Projeto de Reestruturação Física da creche.
Ao Rotary Club de Passos e às Damas da Casa da Amizade.
Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas: Adriana, Edilene e Josy e demais funcionários da EERP / USP.
Ao Thiago de Moraes Pereira pela contribuição na digitação e arte final do trabalho.

SUMÁRIO

Lista de figuras
Lista de gráficos e tabelas
Lista de quadros
Lista de anexos
Resumo
Summary
Resumen

APRESENTAÇÃO..... 01

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO..... 09
1.1. Introdução..... 10
1.2 Objetivos..... 22

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA..... 24
2.1. Aspectos da trajetória histórica da creche..... 25
2.2. Legislação que especifica o direito à creche..... 53
2.3. O papel do enfermeiro e a ação educativa na creche..... 64
2.4 Biossegurança..... 72

CAPÍTULO III – METODOLOGIA..... 82
3.1. Tipo de pesquisa..... 83
3.2. Local da pesquisa..... 92
3.3. Sujeitos da pesquisa..... 93
3.4. Elaboração do instrumento..... 94
3.5. Coleta de dados..... 95
3.6. Procedimentos para análise de dados..... 96

CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES..... 105
4.1 Caracterização da Creche..... 106
4.2 Caracterização dos Sujeitos Pesquisados..... 130
4.3 Resultados e discussões da temática central..... 163
4.4 Ações e intervenções educativas: planejamento, execução e avaliação..... 182

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS, CONCLUSÕES E SUGESTÕES..... 213

ANEXOS..... 236

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 250

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Planta física da creche..... 121

FIGURA 2 – Fachada da creche..... 122

FIGURA 3 – Fachada da creche..... 123

FIGURA 4 – Reestruturação física da creche..... 198

FIGURA 5 – Planejamento da área externa da creche..... 199

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1 – Estado civil das trabalhadoras da creche, em 2002..... 131

GRÁFICO 2 – Distribuição quanto a faixa etária das trabalhadoras da creche, em 2002 (em anos)..... 131

GRÁFICO 3 – Nível de escolaridade das trabalhadoras da creche, em 2002..... 132

GRÁFICO 4 – Distribuição do número de filhos das trabalhadoras da creche, em 2002..... 132

GRÁFICO 5 – Distribuição do número de filhos matriculados na creche, em 2002..... 133

GRÁFICO 6 – Cargo de ocupação das trabalhadoras da creche, em 2002..... 133

GRÁFICO 7 – Distribuição quanto a faixa etária das mães das crianças freqüentadoras da creche, em 2002..... 146

GRÁFICO 9 – Nível de escolaridade das mães das crianças freqüentadoras da creche, em 2002..... 146

GRÁFICO 11 – Estado civil das mães das crianças freqüentadoras da creche, em 2002..... 148

GRÁFICO 12 – Distribuição da profissão das mães das crianças freqüentadoras da creche, em 2002..... 149

GRÁFICO 14 – Nível sócio-econômico das famílias das crianças freqüentadoras da creche, segundo renda familiar, em 2002..... 152

GRÁFICO 15 – Condição de posse da residência das famílias das crianças freqüentadoras da creche, em 2002..... 154

GRÁFICO 16 – Distribuição do número de famílias e dos filhos matriculados na creche estudada, em 2002..... 158

TABELA

TABELA 1 – Respostas de 71 entrevistados quanto à posse de bens de consumo..... 156

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Respostas das funcionárias da creche sobre os fatores dificultadores referentes às relações com os cuidadores familiares..... 164
QUADRO 2 – Respostas das funcionárias da creche sobre as sugestões para melhorar a relação creche-família..... 175
QUADRO 3 – Respostas dos cuidadores familiares sobre os fatores dificultadores referentes às relações com as trabalhadoras da creche..... 177
QUADRO 4 – Respostas dos cuidadores familiares sobre as sugestões para melhorar a relação família-creche..... 181
QUADRO 5 – Planejamento das ações educativas, segundo o tema: relacionamento creche-cuidador familiar..... 184
QUADRO 6 – Planejamento das ações educativas, segundo o tema: espaço físico..... 186
QUADRO 7 – Planejamento das ações educativas, segundo o tema: biossegurança..... 187
QUADRO 8 – Representação qualitativa da questão: o que você achou das intervenções?..... 209
QUADRO 9 – Representação qualitativa da questão: o que você achou das intervenções educativas nesta creche?..... 211

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Roteiro para entrevista – funcionários..... 237
ANEXO B – Roteiro para entrevista – cuidadores familiares..... 241
ANEXO C – Termo de consentimento livre e esclarecido..... 247

RESUMO

CARMO, T. M. D. Pesquisa-ação na relação creche-cuidador familiar em uma instituição comunitária. 2004. Tese de Doutorado – Escola de Enfermagem Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Procuramos desenvolver nesta investigação um estudo sobre as relações creche-cuidador familiar em uma instituição comunitária. Objetivamos, estudar as relações creche-cuidador familiar identificando quais as condições dificultadoras e facilitadoras dessas relações. Isso pressupõe: levantar as condições existentes e problematização no relacionamento creche-cuidador familiar, tendo como foco a criança, evidenciado pelos funcionários e familiares; desenvolver ações educativas com os funcionários e família sobre os problemas prioritários levantados, preparando-os para lidarem com estas questões no cotidiano da criança e avaliar o processo de ensino e aprendizagem das ações desenvolvidas, possibilitando novos momentos de intervenção. Na metodologia, trabalhamos a Pesquisa-Ação, de forma qualiquantitativa, desenvolvendo o referencial teórico fundamentado em Paulo Freire, no que diz respeito a pedagogia da problematização e metodologia participativa e dialogal. Para o levantamento dos dados utilizamos a observação participativa da realidade e a entrevista individual, utilizando um formulário com questões semi-estruturadas e norteadoras como instrumento. Pesquisamos 12 trabalhadoras da creche e 71 cuidadores familiares. Os resultados evidenciaram que a relação entre a creche e os cuidadores familiares caracterizava-se pela distância. Não existia uma interação propriamente dita de troca, de reconhecimento de uma pela outra. Havia uma implicância mútua entre funcionárias e mães. Sentimentos de hostilidade, desconfiança, de culpa, ciúme, de apreensão e de agradecimento permeavam as relações entre os cuidadores familiares e as funcionárias. Observamos através dos relatos verbais emitidos pelas funcionárias e cuidadores familiares uma congruência nos fatores dificultadores da relação creche-família. Os problemas apresentados por ambos foram relativos a: participação, comunicação, relacionamento, gestão autoritária e falta de credibilidade ou de confiança. Portanto concluímos, que a relação creche-cuidadores familiares era permeada por interações negativas e que as dificuldades de relacionamento era geradora de vários atritos entre ambos dificultando compartilhar o cuidado e educação da criança, suscitando ações e

intervenções educativas voltadas às temáticas em foco favorecendo novas posturas e visando a transformação da realidade. Trabalhamos posteriormente, ações e intervenções educativas e de saúde conjuntas, visando a transformação das relações creche-cuidadores familiares, mostrando mudanças nessas relações depois de alterar as condições detectadas como dificultadoras, integrando-as às facilitadoras.

Palavras-chave: creche, família, pesquisa-ação, enfermagem.

SUMMARY

CARMO, T.M.D. Research-action in the relation daycare-familiar caretaker in an institution of community. 2004. Thesis of Doctorate – Ribeirão Preto Nursing School, São Paulo University, Ribeirão Preto.

We have tried to develop in this investigation a study about the relation daycare-familiar caretaker. We have objectified, to study the relations daycare-familiar caretaker identifying which are the difficult conditions and the easy conditions of this relation. This has assumed: rising up the existent conditions and the problematization in the relation daycare-familiar caretaker, taking in focus the child, evidenced by the employees and relatives; developing educational actions with the employees and relatives about the main problems risen up, preparing them to deal with these questions in the quotidian of the child and to evaluate the teaching and learning process of the developed actions, enabling new moments of intervention. In the method, we have worked on the Research-action, quali-quantitative, developing the theoretical reference founded in Paulo Freire, who concerns the pedagogy problematization, participating and dialoguing methodology. To rise up the data we have used the participating observation of reality and the individual interview, using a form with semi-structured questions and guiding as an instrument. We have researched 12 workwomen of the daycare and 71 familiar caretaker. The results evidenced that the relation between the daycare and the caretaker familiar characterized themselves by the distance. There wasn't an interaction properly said of change, of recognition to each other. There was a mutual implication between the employees and mothers. Feelings of hostility and distrust, of guilty and jealousy, of apprehension and gratefulness permeated the relation between the familiar caretaker and the employees. We observed through the verbal reports expelled by the employees and the familiar caretaker a congruent in the difficult factors in the relation daycare-familiar caretaker. The problems presented by both of them were relative to: the participation, communication, relation, authority administration and lack of credibility or confidence. However, we have concluded that the relation daycare-familiar caretaker was permeated by negative interactions and that the difficulties of relation was the source of several attrition between both, making it difficult to share the care and education of the child, rousing educative actions and

interventions related to thematic focus, favoring new postures and aiming the transformation of the relation daycare-familiar caretaker, presenting changes in this relation after the alteration of the conditions detected as uneasy conditions, integrating them to the easy ones.

Keywords: daycare, family, research-action, nursing.

RESUMEN

CARMO, T.M.D. Pesquisa Acción em la relación casa cuna cuidador familiar, en una institución comunitária.2004. Tesis de doctorado – Escuela de enfermeria de Ribeirão Preto, Universidad de São Paulo, Ribeirão Preto.

Procuramos deserrollar en esta investigación un estudio al respecto de la relación casa cuna-cuidador familiar identificando cuales son las condiciones que dificultan y las que facilitan esta relación.Eso presume: Levantar las condiciones existentes y la problematización en el relacionamento casa - cuna-cuidador familiar, teniendo como foco el niño prioridad de los funcionarios y la familia sobre los problemas prioritários levantados, preparandolos para lidar com estas cuestiones en el cotidiano del niño y avaliar el proceso de enseño y aprendizage de las acciones desarrolladas, posibilitando nuevos momentos de intervención. En la metodológia, trabajamos la pesquisa-Acción de forma cualitativa e cuantitativa desarrollando el referencial teórico funtamentado en Paulo Freire en lo que se refiere a pedagogia de la problematización y metodológia parcipativa y dialógica. Para el levantamiento de los datos utilizamos la observación participativa de la realidad y entrevista individual, utilizando un fórmulário com cuestiones semi- estructuradas y norteadoras como instrumento. Pesquisamos 12 trabajadoras da casa cuna y 71 cuidadores familiares. Los resultados muestran como evidencia que la relación entre casa cuna y cuidadores familiares estaban caracterizados por la distancia. No existia una inteoración propiamente dicha de cambio de reconocimiento de una por la otra. Había una discordancia mutua entre funcionarias y madres. Sentimientos de hostilidad y desconfianza de culpa y celos, de temor y agradecimiento filtraban la relación entre los cuidadores familiares y las funcionarias.Observamos através de los relatos verbales emitidos por las funcionarias y cuidadores familiares una congruencia en los factores que dificultan la relación casa cuna-familia. Los problemas que ambos presentaron eran relativos a: participación, comunicación, relacionamento, gestión autoritaria y falta de credibilidado de confianza. Por lo tanto concluímos que la relación casa cuna-cuidadores familiares, estaban llenas de interaciones negativas y que las dificultades del

relacionamiento era generadora de vários desentendimientos entre ambos, dificultando poder compartir el cuidado y la educación del niño, promoviendo acciones e intervenciones educativas y de salud conjunta, visando la transformación de relación casa cuna-cuidadores familiares mostrando mudanzas em esa relación, después de la alteración de las condiciones detectadas como dificultadoras integrandolas a las facilitadoras.

Palavra – llave: Casa cuna, família, pesquisa acción, enfermería.

Autorização

Autorizo a reprodução e/ou divulgação total ou parcial da presente obra, por qualquer meio convencional ou eletrônico, desde que citada a fonte.

Nome do Autor: Tânia Maria Delfraro Carmo
Assinatura do Autor: _____
Instituição: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo – USP
Local: Ribeirão Preto – SP
Endereço: Rua Araxá, nº 463 – Centro – Passos/MG.
E-mail: tânia@passosuemg.br

Direito à Educação

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 53º

A criança e o adolescente têm direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art. 54º

IV - É dever do Estado assegurar o atendimento em creche e pré-escola às criançasde 0 a 6 anos de idade.

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

Para deixar bem explicitado o percurso da realização desta pesquisa, estaremos aqui, fazendo esta apresentação em dois momentos: inicialmente, faremos uma contextualização seguida da justificativa do objeto deste estudo, posteriormente, faremos uma apresentação dos capítulos que abordam esta investigação.

- **Apresentação do contexto e justificativa do estudo**

A preocupação que deu origem ao presente estudo teve início na década de 80 , com um período profissional cujas experiências foram vividas, majoritariamente, no âmbito de instituições e serviços destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias em hospitais, postos de saúde e creche.

Em nossa carreira profissional, temos desempenhado a função educativa, tanto no ensino de graduação, como no de pós-graduação, ambos em enfermagem.

Como docente da disciplina de Pediatria do curso de Enfermagem da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus de Passos/MG, temos realizado estágios nas creches com alunos da graduação.

Temos observado, em nosso trabalho cotidiano, a pouca existência de enfermeiros atuando no atendimento à criança em creches, o que resulta em menor eficiência nas ações de cuidado e educação, pois estão sendo forjados junto às crianças nas instituições de educação infantil, hábitos e comportamentos que irão interferir de maneira adequada ou inadequada em sua vivência do processo saúde/doença. O enfermeiro pode exercer, portanto, importante papel na educação para a saúde no momento da prestação de cuidados essenciais e favoráveis ao crescimento e desenvolvimento infantil.

Por tal razão, temos procurado investir nesta área, visando a atender nossas inquietações e expectativas. Para isso buscamos entre outros meios, o Programa de Pós-graduação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto- USP, em 1993 para a realização do mestrado.

Assim, para além de um diploma de Mestre em Enfermagem Fundamental, com o desenvolvimento de um estudo com o título "Caracterização dos Recursos Humanos que Trabalham em Creches Comunitárias no Município de Passos", essa experiência trouxe uma nova concepção da problemática das crianças atendidas em creches no município.

Logo após o término do mestrado fomos convidada para participar do Programa "Minas por Minas – Universidade Presente". Esse programa resultou de um convênio do Governo do Estado com dezessete Instituições de Ensino Superior sediadas em Minas Gerais, em parceria com o Ministério do Trabalho, Fundo de Amparo ao Trabalhador, Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social da Criança e do Adolescente, Serviço Voluntário de Assistência Social e o apoio da Secretaria de Assistência ao Município.

Como docente de uma Universidade Mineira e, tendo realizado um recente estudo em creches, fomos indicada pela coordenação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade, para fazer parte do Programa do Governo, ficando responsável pela coordenação e execução do Curso de Capacitação de Educadores Infantis que trabalhavam nas instituições que atendiam crianças de 0 a 6 anos de idade em Passos e região.

Esse curso teve como objetivos: capacitar Educadores e Dirigentes de instituições de atendimento a crianças desta faixa etária, com vistas à melhoria do trabalho direto com crianças e o aprimoramento gerencial das instituições, preparar técnicos, funcionários e conselheiros municipais para o acompanhamento e supervisão das instituições.

Duzentas e quarenta e oito pessoas de Passos e de vinte cidades da região, participaram do Curso de Capacitação para Educadores Infantis durante os anos de 1997 e 1998, entre os quais conselheiros municipais, dirigentes e coordenadores de creche, assistentes sociais, psicólogos, professores e monitores que trabalhavam com crianças em creches e pré-escolas, com as respectivas idades pré-determinadas.

Apesar da satisfação em poder ter aplicado os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, aperfeiçoados durante o mestrado e na execução de Cursos de Capacitação para Educadores Infantis, não foi essa, no entanto, uma fase tranqüila, mas de muita inquietação ante a complexidade dos problemas vivenciados e relatados, pelo pessoal que trabalhava nas creches, sobre os conflitos na relação creche-família.

A relação com a família, tema freqüente no Curso de Capacitação, era sempre tratada pelo pessoal da creche em tom de queixa e/ou acusação. As queixas

se referiam à não observância, por parte das mães, de algumas normas estabelecidas pela creche, como horário de entrada e saída, insatisfação com a higiene e cuidados com a criança pela família, entre outras.

Durante a nossa permanência na creche, participando de alguma reunião ou ministrando palestras, vivenciamos alguns conflitos na relação com a família e ouvimos algumas queixas das mães, principalmente com relação à proibição de sua entrada nas dependências da creche, escassez de comunicação e interação com os funcionários que cuidavam de seus filhos e a pouca participação nas atividades desenvolvidas pela creche entre outras.

Existiam, portanto, atritos e reclamações recíprocas. Estando em contato direto com os dois pólos da relação, acabávamos sendo receptáculo das insatisfações entre o pessoal da creche e as famílias atendidas.

Vivenciamos todos esses conflitos e acompanhamos as importantes transformações que se operaram no plano jurídico, administrativo e educacional, visando a contemplar novas políticas sociais que concorreram para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que passou a sugerir práticas diferenciadas que pudessem romper com o ranço do assistencialismo e do autoritarismo, incorporando princípios educativos generalizáveis ao conjunto de crianças e jovens e, em especial, àqueles excluídos pelo sistema sócio, político e econômico, então, era preciso mudar o dia-a-dia das instituições, criar alternativas de intervenção, mudar a postura no contato direto com as pessoas, fomentar metodologias eficientes na linha das transformações deflagradas, que realmente capacitassem o pessoal da creche para trabalhar melhor a prática e as relações no cotidiano de trabalho.

Numa busca pessoal de referenciais que orientassem essas mudanças, decidimos, em 1999, galgar mais um degrau em nossa vida acadêmica, retornando ao Programa de Pós-Graduação para o nosso Doutorado no Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas. As disciplinas cursadas neste programa, bem como as orientações recebidas, nos têm propiciado análise e reflexão, possibilitando a construção deste saber fazer, contribuindo consideravelmente, para a elaboração e efetivação de nosso projeto "Pesquisa-ação na Relação Creche-Cuidador Familiar em uma Instituição Comunitária".

- **Apresentação dos capítulos**

O **Capítulo I**, que se constitui na Introdução deste estudo, inicia-se com a apresentação de alguns conceitos sobre creche, pré-escola e educação infantil. Nesse capítulo, destaca-se, também, a forma como as famílias brasileiras se organizam e sua importância no trabalho conjunto para a educação infantil. Os objetivos deste estudo compõem o último item deste capítulo.

No **Capítulo II**, estão relatados alguns aspectos da trajetória histórica da creche e da infância através dos tempos na nossa sociedade. Esse capítulo é acompanhado de temas relacionados à legislação brasileira sobre os direitos da criança e sobre a educação infantil, por meio de documentos oficiais que trazem dados sobre essas temáticas e sobre as diretrizes oficiais da gestão da educação infantil, formação profissional e proposta pedagógica. É abordado, como último item desse capítulo, a educação infantil e saúde, enfocando a importância do papel do enfermeiro no planejamento e na execução de ações educativas na creche.

O **Capítulo III**, consagra-se ao estudo de uma metodologia mais adequada para abordar a relação creche-cuidador familiar e, assim, entrar em contato com os problemas que facilitam e dificultam o relacionamento do pessoal que trabalha na creche com as famílias atendidas, na ótica social e educacional. Assim, constatamos e nos envolvemos numa prática participativa com as pessoas implicadas nos problemas que envolvem esta relação, para transformar a realidade atual por meio de ações planejadas. Para isso, nos apoiamos na pesquisa-ação devido suas características peculiares, que nos permitem levantar os problemas pelo estudo exploratório, bem como trabalhar ações educativas de intervenção pelos dados levantados, ajustando-os adequadamente, aos pressupostos deste intento. Para tanto, utilizamos alguns dos instrumentos de pesquisa, representados pela técnica de observação (para melhor conhecimento da realidade) e de entrevista, possibilitando compreensão e interpretação das falas dos sujeitos pesquisados.

O **Capítulo IV** é destinado aos resultados e discussões cuja análise de dados se efetiva de forma qualiquantitativa, por categorização, utilizando-se os pressupostos da análise temática de Freire. No primeiro momento, discorremos sobre a caracterização da creche e dos sujeitos, como também sobre os problemas levantados, envolvendo a relação creche-cuidador familiar. No segundo momento, passamos a descrever sobre as ações e intervenções educativas e de saúde planejadas e implantadas, bem como à análise da avaliação que permeia todo o processo de intervenção.

No **Capítulo V** apresentam-se os principais temas abordados na análise das entrevistas, cotejados pela análise teórica, com o objetivo de oferecer uma síntese

dos dados levantados(considerações finais e conclusões) e apontar algumas propostas a respeito do relacionamento creche- cuidador familiar(sugestões).

Direito à Dignidade

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 18º

É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

OBJETIVOS

1.2 Objetivos

Considerando o pequeno número de investigações sobre a relação creche-cuidador familiar; a disparidade de visão de algumas creches, acerca do seu relacionamento com a família (Haddad,1991; Rosemberg,1989); e finalmente o número reduzido de informações relativas ao ponto de vista das famílias sobre seu relacionamento com a creche, o presente trabalho pretende, portanto, estudar a relação creche-cuidador familiar, identificando quais são as condições dificultadoras e facilitadoras dessa relação e através da pesquisa-ação trabalhar as condições dificultadoras detectadas para que possam ser alteradas e integradas às facilitadoras.

Isto pressupõe:

- Levantar as condições existentes e problematização no relacionamento creche- cuidador familiar, tendo como foco a criança, evidenciada pelos funcionários e familiares.
- Desenvolver ações educativas com os funcionários e família sobre os problemas prioritários levantados, preparando-os para lidarem com estas questões no cotidiano da criança.
- Avaliar o processo de ensino e aprendizagem das ações desenvolvidas, possibilitando novos momentos de intervenção.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 7º

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Direito à Vida

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1-Introdução

A creche vem sendo uma constante preocupação em nosso cotidiano pessoal e profissional. Por essa razão, procuramos iniciar nossas reflexões referentes à creche-escola, baseando-nos na literatura, em que a creche e pré-escola são, em geral diferenciadas, ora pela idade das crianças incluídas nos programas – a creche se diferencia por atender crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola de 4 a 6 anos – ora pelo seu tipo de funcionamento e pela sua extensão em termos sociais – a creche se caracterizaria por uma atuação em "período integral", e a pré-escola por um funcionamento semelhante ao da escola, em "meio período". Há uma terceira classificação que diz respeito à sua administração onde a creche se subordinaria aos órgãos de caráter social, e a pré-escola, ao sistema educacional. Hoje, no Brasil, creche e pré-escola são termos usados tanto pelo pessoal que trabalha na área, como pela população em geral, de forma pouco uniforme, utilizando um ou outro critério. Entretanto, a partir da Constituição de 88 e, mais tarde, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069, em junho de 1990 e, mais

recentemente, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394, dezembro de 1996, pretendeu consolidar a expressão "educação da criança de 0 a 6 anos" ou "educação infantil" para designar o trabalho realizado em creche e pré-escola (Kramer, 1988; Brasil, 1998a).

A expressão educação infantil, colocada pela LDB como primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade e deverá ser oferecida em creches e pré-escolas. Ainda pela LDB, no seu Artigo 29, a educação infantil é colocada como tendo a finalidade de proporcionar condições adequadas para promover o bem estar da criança, o seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências, bem como estimular o seu interesse pelo processo do conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade (Brasil, 1996).

Nesse sentido, creche e pré-escola são instituições de educação infantil a que todas as crianças de 0 a 6 anos têm direito. A escola pública, universal e gratuita, direito de todos os cidadãos, precisa tornar-se, de fato, de todos. No entanto, a luta para que, se torne efetiva é uma realidade brasileira e precisa ser abraçada pela população em geral, para que, no processo de democratização no que se refere à educação de 0 a 6 anos, todas as famílias possam ter a garantia de vagas para seus filhos em creche e pré-escola.

A garantia para uma infância feliz remete ao estatuto da maternidade, às responsabilidades paterno-maternas e ao eventual papel do Estado. Moraes (1994) relaciona a boa infância à boa cidadania. A criança amada é a maior garantia para

a melhor qualidade na sociabilidade. A criança criada adequadamente será um cidadão ético, e a criança cuidada torna-se uma pessoa saudável.

Antes das alterações no código e na Política de Assistência Social, educadores e trabalhadores sociais já veiculavam princípios educativos buscando, em vão, transformar a estrutura e o funcionamento dos serviços de atenção à infância e à adolescência para o desenvolvimento pessoal e social. Contudo, os esforços isolados para melhorar o trabalho não eram suficientes para desbancar a tradição de práticas assistencialistas, uma vez que o próprio sistema de administração da Justiça da Infância e da Adolescência contrapunha-se ao movimento de transformação (Costa, 1994).

Com o início do processo de abertura democrática, deflagra-se um amplo movimento social na luta pela defesa dos direitos da criança e do adolescente que irá propiciar mudanças no panorama legal, no reordenamento institucional e na melhoria da atenção direta, implicando numa revisão das antigas práticas e na proposição de programas alternativos e diversificados para o atendimento da juventude no Brasil (Costa, 1994).

Mas a revisão bibliográfica mostra que o trabalho desenvolvido nas creches e pré-escolas brasileiras não é ainda democrático, pois muitas têm caráter assistencial ou sanitário, e não educacional. Isto não significa que o atendimento assistencial ou médico não é importante. A creche e a pré-escola têm papel social relevante, tanto no serviço que prestam às crianças, quanto no que proporcionam às famílias. Mas a creche precisa ser organizada educativamente para favorecer o desenvolvimento infantil, e não ser mero depósito de criança: a educação infantil tem função social, educacional e cultural.

Reconhecer o papel social da educação infantil significa reafirmar sua função de atender às necessidades da criança, constituindo-se em espaço de socialização e convivência. Significa, ainda, garantir que as dimensões do trabalho com a criança pequena, cuidar e educar, sejam concretizadas (Campos, 1994). Mas, significa também responsabilizar-se, junto com a escola, pela universalização da cultura. A educação da criança de 0 a 6 anos tem o papel de valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir aquisição de novos conhecimentos, exercendo sua função pedagógica (Abramovay & Kramer, 1984).

Um passo importante é reconhecer a criança enquanto o ser social que ela é. Assim, a formulação de propostas pedagógicas deve nortear-se por uma concepção de criança como um ser completo, integrando as dimensões afetiva, intelectual, física, moral e social, que embora em processo de desenvolvimento e crescimento, é um ser ativo e capaz, se impulsionado pela motivação, de ampliar seus conhecimentos e experiências e de alcançar progressivos graus de autonomia perante as condições de seu meio.

Para tanto, as propostas pedagógicas devem estar fundamentadas nos acontecimentos acumulados sobre como a criança se desenvolve e aprende, procurando responder às suas necessidades e capacidades, e oferecendo diferentes experiências que possibilitem o seu desenvolvimento pessoal e social harmonioso e a ampliação de seu universo cultural. Assim, no interior das creches e pré-escolas, todas as relações construídas devem contemplar, simultaneamente, o educar e o cuidar.

De acordo com a bibliografia, a freqüência à creche e a pré-escola é um fato que diferencia, em vários aspectos, as condições de vida das crianças e de suas

famílias. O primeiro deles é que a simples freqüência a um estabelecimento deste tipo abre a possibilidade para os pais disporem de parte de seu tempo para trabalhar ou exercer outra atividade. No caso das famílias pobres, a freqüência à creche e à pré-escola é fundamental, pois garante cuidados mínimos, às vezes, difíceis para estas famílias. No Brasil, o acesso a esse tipo de estabelecimento ainda é bastante restrito. De fato, houve ganhos nas últimas décadas, principalmente, após 1985, quando ocorreu a implementação efetiva da política de atendimento ao pré-escolar, sobretudo na instância municipal.

No município de Passos, o número de crianças de 0 a 6 anos é de aproximadamente 13.038[1] e destas apenas 9,97% estão matriculados em creches. O número de creches no município perfaz um total de 13 creches (uma das quais será objeto de nosso estudo). Estas apresentam longa fila de espera e superlotação, uma vez que, na sua maioria, foram construídas para atenderem 30 crianças e algumas atendem até 120 crianças. Assim, o acesso à creche pelas famílias deixa muito a desejar e parte do problema está vinculado à insuficiência ou inexistência de oferta de serviços. A atenção à família, através de políticas públicas adequadas, constitui-se, sem dúvida, em um dos fatores condicionantes das transformações às quais a sociedade brasileira aspira e é um dos eixos fundamentais da política para a criança. Para tanto, a participação popular é fator decisivo na efetivação dos direitos assegurados à população infantil. A creche, em conjunto com as famílias, deve lutar para fazer valer esses direitos.

A promoção e o apoio às famílias, sobretudo àquelas em situação mais vulnerável, e o reconhecimento das mesmas, enquanto agentes sociais e objetos de

[1] IBGE. 2002

políticas públicas, constituem-se em fatores decisivos na busca dos objetivos prioritários do desenvolvimento humano, tais como: o acesso à saúde, à educação e à alimentação, a erradicação da pobreza, do trabalho infantil e a proteção integral de seus membros, das crianças aos mais idosos.

Nesse percurso, coloca-se a necessidade de estruturação e organização de um atendimento educacional dentro de padrões de qualidade que garantam o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos, nos diferentes aspectos, o que demanda maiores investimentos no pessoal que trabalha com a população infantil, e maior abertura para a participação da família no processo educativo da criança, no interior da creche. O trabalho conjunto implica em compartilhar os sucessos e as dificuldades que se apresentam e, acima de tudo, transformar este trabalho em colaboração mútua.

A creche é concebida na LDB como instituição educativa responsável, junto com a família, pela promoção do desenvolvimento integral da criança. Considerando que as relações creche-família exercem papel fundamental para a manutenção do bem estar da criança, é preciso acreditar na possibilidade da família ser participante da busca de soluções para os problemas cotidianos da creche, juntamente com o pessoal que lá trabalha, dentro de seu contexto, com suas possibilidades e limitações.

Estudos recentes têm mostrado a importância do ambiente familiar como um dos elementos que influenciam a educação infantil. É dentro da família e, particularmente nas relações mãe-criança, que essa desenvolve a linguagem e o pensamento bem como atributos sociais e a personalidade. Embora as relações mãe-criança sejam apenas um aspecto do amplo sistema familiar, nelas as crianças

extraem as primeiras lições que as tornam seres sociais (Kishimoto, 1992). A família é a principal responsável pela criação e pela proteção da criança, sendo o espaço indispensável para reprodução de valores éticos e culturais.

O importante papel socializador, protetor e pedagógico que a família tem para com a criança, merece uma preocupação maior daquelas instituições que pretendem desenvolver um atendimento de qualidade. Um bom trabalho neste campo exige o envolvimento do educador, da família e da própria criança. A creche deve possibilitar a participação da família no planejamento, na gestão e na avaliação do trabalho com a criança. Como colocam Oliveira et al. (1992), abrir a creche para uma maior participação da família é reconhecer que a creche é um dos contextos do desenvolvimento da criança compartilhando com a família, a educação da mesma.

Entretanto, as creches no desempenho de suas funções específicas podem se ver bloqueadas por condições problemáticas que impedem sua eficácia. Tais situações podem ocorrer tanto no nível interno da instituição, provocadas por condições físicas, administrativas e sociais, como no nível externo, provocadas por problemas de qualidade no serviço oferecido ou, também, por condições das próprias famílias. Em outros termos, as situações problemáticas podem girar em torno das relações intra-instituição, inter instituição-usuário e intra-usuário, impedindo ou dificultando a realização dos objetivos da instituição.

Tendo em vista a importância das creches no momento atual, dado o grande número de mulheres inseridas no mercado de trabalho, também, sinal de uma nova posição de toda a sociedade perante a guarda e a educação da criança e, tendo como base o interesse pelo desenvolvimento de uma atuação mais direta e efetiva na creche, com a preocupação de uma maior qualidade da assistência e uma melhor

interação entre família e funcionários, parece pertinente uma investigação relativa às questões sobre o relacionamento da creche com os cuidadores familiares, aos quais ela presta seus serviços.

O presente trabalho pretendeu, portanto, estudar as relações creche-cuidador familiar, identificando as condições dificultadoras e facilitadoras dessa relação e, através da pesquisa-ação, trabalhar as condições negativas detectadas para que possam ser alteradas e integradas às positivas.

Os estudos sobre família no Brasil destacam, com preocupação, o número de família chefiadas por mulheres devido à associação entre esse tipo de família e a situação de pobreza. Hasenbalg (2000) aponta que quando o foco é posto nas crianças, deve-se prestar mais atenção à distinção entre arranjos familiares que escapam ao tipo predominante da família nuclear composta por pai, mãe e filhos. Esses outros arranjos parecem oferecer às crianças condições variadas de socialização e bem-estar, sendo que nem sempre as crianças no tipo de família "mãe sem cônjuge com filhos" se encontram na situação mais desfavorável. A insuficiência de renda destas famílias é parcialmente compensada pela posição mais favorável nos indicadores educacionais e de saneamento, o que é devido em parte a sua boa localização nas regiões e áreas mais modernas. Entretanto, no balanço geral, parece não haver dúvidas de que as crianças das famílias do tipo "casal com filhos" são as que desfrutam de bem-estar mais elevado.

Para Sabóia & Sabóia (2000), as famílias chefiadas por mulheres é, em termos econômicos, a mais vulnerável, dadas suas necessidades de sobrevivência e reprodução social. Nessa medida, as condições de vida das crianças na primeira infância refletem basicamente a situação de suas famílias, já que, no Brasil, o Estado

ainda está longe de oferecer a infra-estrutura universal necessária ao seu pleno desenvolvimento, o qual, por esta razão, fica quase que exclusivamente dependente das possibilidades das famílias.

Além da vulnerabilidade das crianças, neste tipo de família, a bibliografia sobre a infância e família, também, destaca o caso de crianças nascidas de uniões consensuais, devido à maior instabilidade deste tipo de união, bem como o das nascidas de mães adolescentes e solteiras.

A forma como as famílias se organizam na sociedade vem se modificando bastante e Sabóia & Sabóia (2000) relacionam algumas mudanças importantes tais como: redução do tamanho da família, o aumento de separações e divórcios e a crescente importância do modelo monoparental feminino, isto é, das famílias chefiadas por mulher sem cônjuge. Essas foram detectadas a partir das pesquisas domiciliares do IBGE dos anos 80 e da primeira metade da década de 90. Informam, ainda, que entre 1981 e 1995 através da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNDA – o número médio de membros da família reduziu-se de 4,3 para 3,6 e, neste mesmo período, cresceu o contingente de famílias chefiadas por mulher, que passou de 16,9% para 22,9%. Ressaltam também, outros fenômenos importantes de mudanças nos arranjos domésticos como o crescimento das pessoas morando sós e a diversificação do modelo de família nuclear.

O estudo sobre as famílias permite colocar que as conjugais, integradas por casais com filhos, ainda permanecem como o padrão dominante dos arranjos familiares no Brasil, nos anos 90. As famílias na etapa inicial de formação, segundo Sabóia & Sabóia (2000), com os filhos na primeira infância, estão, majoritariamente, inseridas no modelo nuclear clássico de “casal com filhos”.

Vários estudiosos, dependendo de cada campo do conhecimento, atribuem significados diferentes à família. Costa et al. (1994) colocam que a família é uma referência fundamental para a economia, que a considera uma unidade de consumo e, em muitas situações, de produção, portanto, da maior relevância para o mercado de trabalho. Na demografia, ela é a unidade de reprodução, enquanto para a antropologia é o local onde as alianças e as relações de troca se formam. Na psicologia, a família é considerada o lugar ideal de estruturação da personalidade e formação de vínculos e, por último, para os sociólogos, ela é o espaço de socialização.

Vivenciamos, no cotidiano da creche estudada, relações conflitantes entre o pessoal e os cuidadores familiares, evidenciadas, muitas vezes, pelas queixas, acusações e comunicações agressivas entre ambos os lados. Por parte do pessoal da creche, as queixas mais freqüentes se referiam às seguintes situações: descontinuidade do trabalho desenvolvido com a criança na creche; reclamações e desconfiança em relação aos cuidados prestados à criança; desinteresse e não participação da família nas atividades promovidas pela creche e pelos assuntos específicos relativos ao dia-a-dia das crianças na creche; falta de pontualidade por parte do cuidador familiar na entrada e saída da criança, ultrapassando os horários estabelecidos pela creche; insatisfação com a higiene e cuidados dispensados à criança pela família; fofocas e julgamentos precipitados por parte de algumas mães; escassez de informações sobre a realidade da família e da relação com a criança em casa; agressividade e falta de educação do cuidador familiar gerando o distanciamento e falta de interação com o pessoal da creche; não aceitação, por parte

do cuidador familiar, do comportamento inadequado da criança, observado e comunicado pelo pessoal da creche, entre outras.

Por parte do cuidador familiar, as queixas mais freqüentes se referiam, principalmente, à gestão autoritária adotada pela diretoria da creche, como também as que se seguem: regulamentos e normas inflexíveis; rigidez de horários; grande número de punições sem motivos justificáveis; escassez de diálogo e de interação com os funcionários; pequena participação nas decisões e atividades da creche; falta de compreensão com relação aos problemas e dificuldades apresentadas pela família; pouca comunicação e conhecimento sobre as rotinas e o cuidado dispensado à criança no cotidiano da creche; despreparo de alguns funcionários no cuidado com a criança; pouca liberdade para entrar nas dependências da creche; falta de confiança na mãe; forma inadequada de comunicação nas questões relacionadas aos problemas disciplinares e ao comportamento da criança, entre outras.

Considerando a importância da família na formação das crianças e que sua tarefa de cuidar e educar se acopla, posteriormente, às funções da creche, pensamos ser necessário afirmar que esta pesquisa não pretende fazer uma abordagem globalizadora, que venha cobrir toda a complexidade que envolve a relação creche-cuidador familiar. Para se fazer significativa, como uma contribuição da Enfermagem aos estudos em curso, esta pesquisa se ancora na análise do universo de intervenções na relação creche-cuidador familiar, tendo como interface a educação e a enfermagem em uma instituição comunitária que vem, não obstante as ambigüidades, projetando luz e sombra no cotidiano da creche.

Sendo assim, a importância desta pesquisa se dá, justamente ao procurarmos centralizar as questões da relação creche-cuidador familiar, para o

pessoal que trabalha na creche e para as famílias das crianças preparando-os para lidarem de forma mais segura com esta temática.

Sendo a atuação do pessoal que trabalha na creche contínua e direta com as famílias, depreendemos ser de suma relevância o investimento de pesquisas científicas, nesta área, bem como considerar as famílias como parceiras na educação infantil constituindo um verdadeiro desafio na busca de opções coletivas eficazes na proteção dos indivíduos de uma nação.

No cotidiano das intervenções, não se conseguiu, ainda, erradicar as práticas que "coisificam o sujeito" e o transformam em objeto-carente e /ou desvalido-característico das primeiras abordagens, fomentando na dimensão humana e subjetiva o modo relacional violento inerente à estrutura sócio-econômica vigente, que comporta a exploração e a dominação de uns sobre os outros (Guerra et al. 1992; Reis, 1993). Obviamente, transformações mais radicais não poderão prescindir de alterações concomitantes na estrutura social e nas relações entre as pessoas, em seus contatos estabelecidos no dia-a-dia. Não há muito a ser dito sobre o modo como tais mudanças devem se dar, mas há muito a dizer sobre a história dos fatos, até que se chegasse a esse ponto. Neste sentido, apresentar-se-ão mais alguns elementos de natureza histórica considerando que os mesmos permitirão colocar a problemática da criança em creche com maior clareza.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 58º

No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

REVISÃO DA LITERATURA

Direito à Cultura

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Aspectos da trajetória histórica da creche

- **No exterior**

A reflexão sobre experiências de países desenvolvidos no cuidado e educação de crianças pequenas trazem importante contribuição, tendo em vista que alguns deles adotaram políticas sociais progressistas, o que favorece o amadurecimento de experiências inovadoras em educação infantil. Para tanto, passaremos a descrever as experiências de educação infantil em países como: Estados Unidos, Itália, Suécia, França, Inglaterra e Espanha.

Antes, porém, é necessário precisar o sentido de educação infantil, quando a expressão é empregada neste estudo. Essa expressão será aqui usada no sentido que vem sendo adotado no Brasil, isto é, todo atendimento anterior à escolaridade elementar oferecido em creches e pré-escola.

Nos Estados Unidos, de acordo com Haddad (1987), as creches surgiram na segunda metade do século XlX e, apenas durante algum tempo, serviram à função de combate à pobreza e à mortalidade infantil,através de uma rotina de atendimento

médico-higienista. A primeira *Day Nursery* de que se tem notícias foi criada em 1854, em New York, para atender os filhos de trabalhadores pobres.

Kahn & Kamerman (1987) oferecem um panorama geral de atendimento à criança pequena nos EUA ao final da década de 80. Resumem as principais características do atendimento à criança pequena em três eixos principais: o governo federal resiste em elaborar uma política sistematizada de atendimento à criança pequena; o campo da educação infantil tornou-se um amplo empreendimento para os setores privados, com ou sem fins lucrativos, tendência reforçada durante a administração Reagan com sua nítida opção pela privatização das políticas sociais; procura cada vez mais intensa de atendimento à criança pequena fora de casa, por um não parente.

Nos EUA, a escolaridade obrigatória inicia-se, na maioria dos estados, aos 6 anos (em alguns,aos 5 anos). Antes dela, porém, o sistema público de ensino oferece um ano de jardim-de-infância (*Kindergarten*), optativo também na maioria dos estados, e que atinge aproximadamente 95% da população infantil (Rosemberg & Campos, 1994).

As modalidades de atendimento à criança pequena nos EUA, antes da escolaridade obrigatória, segundo Kahn & Kamerman (1987) são:

- Jardim-de-infância (*Kindergarten*): oferecido pelo sistema público de ensino, anterior à escolaridade obrigatória, que começa geralmente aos 6 anos.
- Creche (*child care ou day care center*, antes *day nursery*): atende crianças do nascimento até a idade escolar. Pode ser pública, privada ou mista. As creches privadas podem ser implantadas por instituições com ou sem fins lucrativos ou pelo empregador do setor publico ou privado. O atendimento

pode ser em tempo integral ou parcial. Estão, geralmente, sob a responsabilidade de órgãos do bem-estar social.

- *Head Start*: atende crianças de 3 a 5 anos, mantido pelo governo federal, contendo componentes de educação, nutrição, saúde e assistência social. Destinado à população de baixa renda. O atendimento pode ser parcial ou integral.
- Escola maternal (*nursery school*): atende crianças de 3 a 5 anos em tempo parcial. Responde às diretrizes do Sistema Educacional.
- Pre-K (*Pré-Kindergartem*): atende crianças entre 3 e 5 anos, financiado pelo sistema público de ensino em alguns estados. Têm como objetivo promover o desenvolvimento da criança e oferece alimentação, atenção à saúde e assistência social. Destinam-se à população de baixa renda.

Os cientistas sociais norte-americanos e pesquisadores da pequena infância enfatizam a ausência de uma política nacional e expressam que a política de atendimento à criança pequena se encontra de forma desorganizada. Um sistema, anárquico, caracterizado pela competição e fragmentação. Uma política social hesitante.

A ausência de um organismo federal ou estadual para coordenar programas e ações relativos à educação infantil faz com que este setor das políticas sociais vá se expandindo anarquicamente, sem planejamento, impedindo que as políticas públicas avancem de forma progressista, corrigindo distorções anteriores. Assim, não há nos EUA um departamento do poder executivo que seja responsável pela definição de políticas, pelo estabelecimento de prioridades ou que coordene questões relativas ao atendimento à infância (Hayes et al.,1990).

Cochran (1990) coloca que o cenário norte-americano mais se aproxima do brasileiro e hindu que dos países industrializados.

Observa-se nos EUA a dupla jurisdição, as creches sendo vinculadas à instância do bem-estar social, e as maternais e jardins-de-infância sob a responsabilidade das autoridades educacionais como ocorria no Brasil, antes da aprovação da nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1996.

A complexidade norte-americana decorre, em primeiro lugar, das diversas possibilidades de articulação entre os setores privados e públicos no financiamento e provimento do serviço. Os programas podem localizar-se desde as formas completamente privadas ou até as totalmente públicas (Kahn & Kamerman, 1987). O provimento, ainda segundo os autores, torna-se bastante complexo quando se leva em conta que o setor público congrega pelo menos três instâncias administrativas – federal, estadual e local (o condado e a cidade); o setor privado inclui instituições com fins lucrativos, sem fins lucrativos as igrejas, o empresariado, os sindicatos e os próprios pais que arcam com a parte do leão, no custeio da educação infantil norte-americana. Assim, por exemplo, uma mesma creche que atende filhos de empregados pobres de um sindicato, pode contar ao mesmo tempo, para sua manutenção, com verbas federais, estaduais, da cidade, bem como do próprio sindicato, além de pagamentos por parte das famílias. Dentre estas, as que situam abaixo da linha de pobreza recebem um subsídio governamental para pagarem a mensalidade. O subsídio governamental é repassado diretamente aos pais, os quais pagam a prestação de serviço, forma de financiamento que não é exclusiva à educação infantil, mas extensiva às políticas sociais em geral (Salamon, 1987).

Scarr et al. (1993) referem que os Estados Unidos são o único país industrializado do mundo que não dispõe de licença maternidade após o nascimento do filho, que seja obrigatória, remunerada e com garantia de retorno ao emprego. Apenas 40% das mulheres norte-americanas que trabalham fora contam com a licença maternidade, sendo garantida ou por legislação estadual, e não federal, ou obtida através de negociações coletivas entre empregados e empregadores ou, ainda, por iniciativa do próprio empregador (Kamerman, 1993).

Hoffert & Phillips (1991), ressaltam que a educação infantil é cara para as famílias norte-americanas, que compõem 5% do orçamento doméstico, para as famílias de alto rendimento, e entre 20% e 25% para as famílias de rendas mais baixas. A educação e o cuidado infantil ocupam a quarta posição do orçamento doméstico, depois da alimentação, habitação e contas/impostos.

As creches particulares sem fins lucrativos são muito numerosas nos Estados Unidos. São creches pagas pelos usuários. Com exceção de alguns programas destinados à população pobre, as creches são pagas e, naquelas sem fins lucrativos, a mensalidade é proporcional ao salário dos pais. Atendem população de diferentes níveis econômicos, mantidos por diferentes fontes de recursos governamentais e privados. Podem ser geridas por organizações não governamentais, igrejas, cooperativas de pais, empregadores e sindicatos. O envolvimento das igrejas norte-americanas com a educação infantil é bastante intenso, geralmente elas cedem ou alugam espaços para algum programa de creche, constituindo provavelmente o maior grupo de provedores de atendimento à criança no país (Maynard, 1985).

Em visitas às creches norte-americanas, Rosemberg & Campos (1994) colocam que a disponibilidades de espaços internos a essas igrejas é formidável e

aconchegante, permitindo excelentes adaptações para as creches. Enfatizam que visitar creches, maternais, jardins, escolas e universidades norte-americanas (ou européias, de um modo geral) dão a dimensão não apenas da riqueza do país, mas da importância atribuída à educação e do respeito a educandos e educadores. Nos equipamentos de atendimento infantil, se deparara com riqueza de materiais pedagógicos, dinamismo e organização dos espaços físicos, limpeza, individualidade no atendimento; pequeno número de crianças por adulto, atenção para o bem estar físico da criança.

Para Hayes et al. (1990); Spedding (1993), são três os objetivos que mobilizam os norte-americanos engajados na luta pela educação infantil: atingir níveis satisfatórios de qualidade nos serviços e arranjos extra-domésticos para crianças pequenas; melhorar o acesso a serviços de qualidade para famílias em diferentes situações sociais, econômicas e culturais e intensificar o uso dos serviços por crianças cujas famílias têm rendimentos baixos e médios.

Os avanços na área da educação infantil na Itália estão explícitos no reconhecimento dos direitos da pequena infância, no funcionamento com qualidade das creches e pré-escolas e, ainda, pela flexibilidade e diversidade de oferta numa rede pública de serviços para a criança pequena. Na Itália, assim como na maioria dos países europeus, os serviços de atendimento à criança pequena desenvolveram-se a partir dos anos 70, depois de uma forte pressão por reformas envolvendo vários setores da vida pública, dos sistemas políticos e institucionais e das organizações sociais e trabalhistas. A partir daí ocorreram significativas mudanças no conceito de maternidade e proteção à infância, inclusive através da implementação de serviços de creche (*Childcare*). Além disso, a lei de proteção à maternidade assegura o direito à

licença maternidade entre os dois últimos meses da gravidez e os três primeiros, após o parto. Outras leis nacionais são também dos anos 70: uma estabelecendo creches (*day-nurseries*) para crianças de 0 a 3 anos de idade, e outra ampliando as escolas maternais (*Nursery Schools*), públicas para crianças de 3 a 6 anos de idade (Ghedini, 1994).

As escolas maternais são freqüentadas por cerca de 90% das crianças residentes na Itália. Destes, 30% freqüentam escolas particulares, principalmente religiosas, e 60% freqüentam escolas maternais públicas, quase sempre administradas pelos municípios. As creches (para crianças de 3 meses a 3 anos de idade) atendem a somente 5% das crianças desse grupo etário, estando ainda distribuídos desigualmente pelo país, entre o norte desenvolvido e sul subdesenvolvido. Nos municípios do norte e centro do país, as creches representam uma prática bastante avançada. Funcionam 11 horas por dia, das 7h e 30m aproximadamente, até as 18h e 30m, com serviços de escolha individual e, pagas com taxas proporcionais ao salário do usuário. Famílias com problemas sociais são dispensadas dessas taxas e têm prioridade de acesso aos serviços de creche (Faria, 1994).

Os avanços na área de educação infantil, ou das creches na Itália são referentes à qualidade do serviço e não à sua cobertura que, ainda, é considerada reduzida. A definição de qualidade da creche inclui diretrizes qualitativas precisas, referentes ao treinamento contínuo do pessoal, que de 36 horas de trabalho com as crianças, 6 são reservadas para treinamento; reduzido número de crianças por adulto, estabelecido a proporção de seis crianças para cada adulto; formação superior e competência do profissional; valorização do potencial da criança e papel central que

ocupam nas atividades educacionais, contatos regulares e específicos com as famílias e a participação dos pais nas atividades da creche; disposição bem organizada do espaço, dos equipamentos e das atividades de rotina, assim como dos padrões de funcionamento. Os custos são quase totalmente cobertos pelos municípios com a ajuda do governo central e dos empregadores, mas as famílias também participam desse custeio que, em 1989, correspondia a pouco menos de cem dólares mensais (Ghedini, 1994).

Na Suécia, em que o governo desempenha um papel assistencial particularmente ativo, proporcionando serviços a todos os indivíduos, desde o nascimento até a idade avançada, as crianças são consideradas como uma responsabilidade que deve ser compartilhada tanto pelos pais como pela sociedade em geral. Todas as crianças suecas entram na escola no ano em que completam sete anos. O ensino obrigatório dura nove anos, após o quê 90% dos que se formam ingressam na escola secundária superior, dos quais cerca de um quarto prosseguem algum tipo de estudo pós-secundário. A educação pré-escolar sueca não faz parte do sistema regular de ensino. Em nível local, é alçada das autoridades municipais e de bem-estar social e, em nível nacional, do Conselho Nacional de Saúde e Bem Estar Social. Há dois tipos principais de atendimento ao pré-escolar que são as creches (*daghem*, de horário integral) e se destinam a crianças cujos pais trabalham ou estudam. Os valores das mensalidades são proporcionais à renda dos pais. As pré-escolas (*deltidsgrupp*) funcionam nos dias úteis, das 7h às 19h, com algumas variações locais e destinam-se a crianças na faixa dos 4 aos 6 anos. Todos os municípios suecos são obrigados a fornecer este atendimento às crianças de 6 anos, que é gratuito e funciona 3 horas por dia, 5 dias por semana. Na medida em que

houver vagas, admitem-se na pré-escola também crianças de 5 e 4 anos de idade (Clarke - Stewart, 1984; Gunnarsson, 1994).

A creche cooperativa de pais (*foraldrako perativt daghem*) é uma variação recente das de horário integral e são financiadas pelo estado, município e pelos pais. O envolvimento e participação dos pais é sua característica principal. O atendimento público em horário integral também é assegurado pela creche domiciliar (*Kommunala familjedaghem*), onde a mãe crecheira, em sua própria casa, toma conta de crianças de 0 aos 12 anos, quando seus pais estão trabalhando ou estudando. As crianças passam partes variáveis do dia na creche domiciliar, às vezes também noites ou fins-de-semana, segundo o horário de trabalho dos pais. Mais de 80% das mães com crianças menores de sete anos trabalham mais de 20 horas por semana. Em muitos casos, trabalham em horários não convencionais (à noite, de madrugada, no fim de semana ou em turnos irregulares). Uma alternativa recentemente desenvolvida é o sistema de três famílias, formalmente classificado como creche domiciliar. Uma mãe crecheira ou educadora é contratada para tomar conta de três ou quatro crianças na casa de uma das três famílias participantes (Gunnarsson, 1994).

Na Suécia, nota-se um claro compromisso governamental de prestar atendimento e fornecer educação de alta qualidade à criança desde o nascimento. No entanto, deve-se lembrar que o custo desse atendimento é alto, requerendo um alto nível de financiamento do governo. Alguns políticos segundo Pascal & Bertram (1991) já discutem na mídia se não deveria haver maior diversidade e mais opções de atendimento à criança pequena, assim como maior responsabilidade para os pais que podem pagar.

Atualmente, a França experimenta um momento rico, ao repensar seu sistema de atendimento à criança pequena, cuja estrutura é secular. Para além de definições e programas pedagógicos, a questão educacional da infância, na França, esteve, e ainda está, associada às determinações políticas e ideológicas de uma sociedade que se construiu sobre a base da instituição escolar. Desde sua origem, a dupla função assistencial e educacional das instituições francesas de atendimento à infância possibilitou a criação e manutenção de uma ampla gama de opções para as famílias e suas crianças (Wajskop, 1994).

Entre as formas de educação e cuidado da criança pequena se encontram as escolas maternais e as creches. As escolas maternais recebem crianças de 2 a 6 anos, acolhendo 87% da população, são totalmente públicas e gratuitas. Funcionam durante seis horas diárias, ou em período integral. Todas as modalidades de creches coletivas são subordinadas ao Ministério da Saúde, atendem crianças até 3 anos de idade, em tempo integral, exclusivamente filhos de mães que trabalham fora. Apesar de serem as instituições mais tradicionais, respondem pelo atendimento de pouco mais de 30% de todas as crianças nessa faixa-etária. Do restante das crianças menores de 3 anos, 37% estão sob os cuidados das famílias e estima-se que 33% são cuidadas por pessoas não licenciadas ou em locais que escapam ao controle estatal. Ainda que as pesquisas demonstrem uma defasagem entre a oferta oficial e a demanda das famílias, algumas iniciativas vêm sendo tomadas em articulação com o Ministério da Educação e a Caixa de Seguros Sociais, para tentar solucionar a carência de estruturas coletivas que é muito apreciada pelos franceses, principalmente no que ela representa como segurança para os pais no que diz respeito à competência de seus profissionais (Dupraz, 1992).

Segundo Wajskop (1994) para crianças menores de 3 anos, os serviços oferecidos são os que seguem:

- Creches coletivas (*crèches*) podem ser municipais, cooperativas de pais e funcionários ou creches de empresas. Atende filhos de profissionais liberais e executivos, não são gratuitas e parte das despesas devem ser paga pelas famílias. Funcionam 12 horas por dia, promovendo atividades que priorizam o desenvolvimento afetivo, emocional e cognitivo das crianças, ao lado de cuidados com a saúde, alimentação e sono.
- Creches domiciliares (*crèches familiales*) não possuem espaço próprio, funcionando de maneira doméstica na casa das assistentes maternais, com grupos pequenos de crianças. Sua atividade é controlada e coordenada por uma diretora com formação em Puericultura.
- As creches de empresas representam 20% do total das creches, geralmente são implantadas nos locais de trabalho, funcionam 7 dias por semana, ininterruptamente (12 meses ao ano).
- As *haltes-garderies* (creches de passagem) são estabelecidas permanentes, abertas ao público em período integral, que acolhem de forma descontínua, por um tempo limitado (alguns dias por semana ou algumas horas por dia), crianças menores de 6 anos, um local para brincar livremente, enquanto as mães precisam sair, sem configurar-se em uma estrutura educativa. São destinadas essencialmente às mães que não trabalham regularmente, pela natureza das atividades e do atendimento que oferecem.

- Creches cooperativas (*crèches parentales*) são organizadas e geridas por um coletivo de funcionários e de pais de crianças menores de 3 anos. Apesar de serem de cunho privativo, sem fins lucrativos, recebem recursos públicos para o financiamento relativo ao prédio e um estímulo para sua organização inicial. Funcionam com base no trabalho voluntário dos pais, cuja presença junto às crianças, de forma constante e permanente, faz parte do contrato da creche. O quadro de pessoal conta com 2 profissionais que mantêm os princípios educacionais definidos pela coletividade em reuniões mensais.
- Os jardins-de-infância, (*jardins d' enfance*) são estabelecimentos que atendem crianças de 0 a 4 anos, em período integral, e cuja primeira turma foi apresentada na Exposição Universal de 1878, e tiveram pouco sucesso desde sua criação, na França. São subordinados ao Ministério da Saúde.

Com a finalidade de aumentar a natalidade e, simultaneamente, buscando cobrir a carência dos equipamentos de atendimento à infância, alguns benefícios são oferecidos às famílias com mais de um filho ou àquelas consideradas numerosas, isto é, com mais de três filhos. O cidadão que reside no país, que mantém sob sua responsabilidade uma ou mais crianças, residentes no país tem direito a benefícios sociais em forma de prestações financeiras provenientes das Caixas de Seguro Social ou diretamente das empresas. Esses benefícios são os seguintes: auxílio-maternidade que ocorre quando do nascimento da criança (US$216); auxílios familiares, que constituem uma complementação do salário correspondente a cada criança sob a responsabilidade do chefe de família que exerça atividade profissional; auxílio pré-natal destinado a todas as mulheres grávidas (US$160), quando da declaração da gravidez. Além desses benefícios, as famílias e seus filhos contam com auxilio para

o pagamento de uma babá, para cuidar do filho menor de três anos (CREDOC, 1989).

Neste cenário, fica evidente, porém, uma característica marcante do sistema francês de atendimento à infância, existe uma preocupação com o bem-estar e a educação da criança, de forma integrada. É preciso reiterar que essa preocupação, na França, é bastante antiga. Ela marca sua presença, ainda hoje, segundo a bibliografia, através de um olhar social e político dirigido à criança, em busca do respeito e realização dos desejos e das necessidades atuais de sua população.

Na Inglaterra, existe uma grande diversidade de modalidades de estabelecimentos onde a criança pequena inglesa pode ser encontrada. O ensino obrigatório inicia no semestre letivo seguinte ao quinto aniversário da criança, mas, na prática, muitas entram na escola primária antes dessa idade. Antes dos 5 anos menos de 20% das crianças inglesas entre 3 e 4 anos freqüentam as maternais municipais ou algum sistema público de creches. A política inglesa continua a basear-se na crença de que essa é uma responsabilidade dos pais, e que se deve estimular a diversidade e livre escolha. Assim, as crianças inglesas têm uma enorme variedade de estabelecimentos, desde a creche particular de horário integral (*day care center*), a creche filantrópica (*voluntary creche*), creche de empresa (*workplace nursery*), passando por creches domiciliares (*childminders*), grupos de recreação (*playgroups*) e escolas maternais independentes (*independent nursery schools*), até as creches públicas subsidiadas (*public funded day nuseries*) e as escolas maternais municipais (local *authority nursery schools*). A maioria das crianças de 4 anos hoje freqüenta pré-escolas e escolas primárias. Conta com um currículo de alta reputação no mundo inteiro e continua a ser reconhecido como o que provê a melhor qualidade

de educação para a criança da escola maternal. Ainda conta com profissionais de qualificação profissional de alto nível, superior à encontrada em outros países da Europa (Bennett & Kell, 1989; Pascal,1990).

Parece que tanto o currículo das escolas maternais como a formação de professores e educadores infantis, na Inglaterra, figuram entre as melhores da Europa.

Na Espanha, a educação das crianças é realizada nos Centros de Educação Básica, através de um programa denominado *Educatión General Básica*. O primeiro ciclo, não-obrigatório, vai até os 6 anos. É dividido em duas fases, 0 a 3 e de 3 a 6 anos. O ensino obrigatório vai dos 6 aos 16 anos, fornecendo a *Education General Básica*. Com a reforma radical na organização de seu Sistema Educacional, nos anos 90, todas as crianças estão agora incluídas no sistema educacional, que começa no nascimento da criança. A maioria das crianças menores de 4 anos freqüenta creches particulares, embora quase todas as famílias tenham que pagar para isso.

Entretanto são exigidos professores qualificados, refletindo a idéia de que o atendimento às crianças pequenas deve ser considerado o primeiro elo da cadeia educacional e não apenas um local de guarda de crianças (Pascal & Bertram, 1994).

Em suma, o sistema Espanhol tem feito enormes esforços para elevar e expandir a qualidade do atendimento à criança pequena e da formação de seu professor. Mainar (1984) coloca que o governo tem a intenção de expandir as pré-escolas públicas para crianças de 3 a 6 anos até que todas as crianças tenham uma vaga assegurada, com professores capacitados que trabalharão junto de técnicos especialistas ao longo de todo esse ciclo da escolarização.

- **No Brasil**

De origem francesa, a palavra creche significa manjedoura e foi utilizada para designar a primeira instituição criada na França. Augusto (1979) coloca que a primeira instituição voltada para o atendimento das crianças em creches, de que se tem conhecimento, foi criada pelo Padre Oberlin, na aldeia de Ban de La Roche, na França, em 1770. Sua finalidade era dar assistência aos lactentes de famílias que trabalhavam no campo, durante longa jornada de trabalho.

Durante muito tempo, as creches de todo o mundo, incluindo as brasileiras, organizavam seu espaço e sua rotina diária em função de idéias de assistência, de custódia e de higiene da criança. Segundo Oliveira et al. (1992) até o início deste século, o atendimento de crianças em creches não se distinguia do atendimento oferecido em asilos e internatos e destinava-se, basicamente, aos filhos de mães solteiras que não tinham condições de ficar com eles e criá-los. O atendimento institucional a essas crianças era considerado um favor e uma caridade.

A primeira instituição de guarda de crianças pequenas no Brasil se refere à "Casa dos Expostos" ou "Roda". Tinha por função receber recém-nascidos abandonados que eram entregues por pessoas que, através do mecanismo da "roda", não eram identificadas. Del Priore et al. (1991) relatam que a Roda dos Expostos foi trazida para o Brasil no século XVIII, como iniciativa social de acolher as crianças abandonadas e orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da prostituição e vadiagem.

É importante ressaltar que esta instituição, apesar de não receber a denominação de creche, é com ela identificada na medida em que recolhia crianças

pequenas, mesmo que este recolhimento se desse em caráter emergencial, propondo-se a garantir a sobrevivência das crianças abandonadas.

Foi na década de vinte que as primeiras creches foram introduzidas nas empresas brasileiras. A primeira creche industrial foi a da Fiação Maria Zélia, de Jorge Street criada em São Paulo em 1920 (Bruschini & Rosemberg, 1982). Os donos das indústrias montavam creches na tentativa de atrair a força de trabalho para as fábricas e frear o movimento reivindicatório. Os operários de indústrias paulistas reivindicavam uma série de vantagens entre as quais creches para seus filhos. Protestavam ao mesmo tempo contra suas precárias condições de vida e de trabalho: jornadas excessivas, insalubridade, inexistência de assistência médica e falta de moradia (Oliveira & Ferreira, 1986).

As poucas creches existentes fora das indústrias, nas décadas de 30,40 e 50, eram de responsabilidade de entidades filantrópicas. Recebiam donativos das famílias mais ricas de cada região e ajuda governamental. O trabalho junto às crianças nas creches, nesta época, era de cunho assistencial-custodial. A preocupação era com a higiene e segurança física das crianças. Um trabalho voltado para a educação, desenvolvimento intelectual e afetivo das mesmas não era valorizado (Oliveira et al., 1992).

Construiu-se, assim, um atendimento baseado na idéia da assistência, segundo a qual a creche não era considerada um direito, mas uma dádiva dos filantropos. As iniciativas de atendimento assistencial às famílias e crianças pobres levaram ao fortalecimento das instituições privadas, segundo Silva et al. (1997), desobrigando o poder público do atendimento direto, cabendo-lhe essencialmente o papel de supervisão e repasse de verbas às instituições.

A mobilização sindical ganha espaço, começa a luta pela conquista dos direitos da trabalhadora. Entendida como apoio à mulher que trabalha, a creche tornou-se objeto de legislação, em 1943, quando a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, segundo Campanhole & Campanhole (1996) estabeleceu no seu Artigo 389, parágrafo 1º que as empresas, com 30 ou mais mulheres com mais de 16 anos de idade, deveriam manter local apropriado, onde fosse permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação, portanto para filhos de até 6 meses, protegendo, com isso, apenas a amamentação do bebê. A grande maioria das crianças não seria alcançada, por não haver obrigatoriedade de atendimento após a fase de aleitamento materno.

Essa legislação nunca foi efetivamente cumprida. A creche, entendida como um direito da trabalhadora, teve vida curta e restrita. Campos et al. (1993) apontam que os direitos da trabalhadora, previstos na CLT e nas portarias subseqüentes, não foram cumpridos pelas empresas brasileiras, dada a ineficiência de fiscalização e o baixo montante da multa prevista. A fase que se seguiu, conceituando a creche centrada na criança, e não mais na mãe trabalhadora, deriva de uma ação de caráter filantrópico, destinada às populações pobres. Esta postura parece ter impregnado o significado creche que faz lembrar crianças abandonadas, pouco amadas ou órfãs. Silva et al. (1997) colocam que o atendimento assistencial à criança pobre no Brasil durante todo o século XX é um dos responsáveis pela estigmatização da creche, enquanto equipamento, vinculado à idéia da falta de família e estratégia de combate à pobreza.

Assim, a idéia de que as creches seriam para dar assistência às crianças pobres é muito difundida na sociedade brasileira, e ao contrário das creches, os

jardins de infância ou pré-escolas surgiram com o objetivo claramente educacional, através do setor privado e voltado para as crianças de famílias de classe média e alta. Dessa forma, foi-se reforçando a idéia de que creche seria para dar assistência e cuidado, e pré-escola à idéia só de educação (Campos et al., 1993; Silva et al., 1997).

Em meados da década de setenta, novas reivindicações populares, especialmente de grupos de mulheres e associação de bairro, passaram a ocorrer junto aos órgãos governamentais, entre elas a de se aumentar o número de equipamentos públicos do tipo creche (Rosemberg, 1989). A creche passou a fazer parte de campanhas eleitorais, ganhando espaço como um direito de cidadania. À medida que essas reivindicações ganharam força política e passaram a ser respondidas positivamente e com o aumento da demanda da classe média para o cuidado e educação institucional da criança pequena, transforma-se paulatinamente a conotação atribuída à creche de "mal necessário" (Rosemberg et al., 1992).

Parece de interesse notar que essas reivindicações pela expansão de creches coincidem, principalmente, com o grande crescimento populacional (especialmente de pessoas com baixa renda), com o aumento da industrialização e do setor de serviços, com a integração da mão de obra feminina na população economicamente ativa e, também, com o movimento de Luta por Creches, em resposta à resolução do I Congresso da Mulher Paulista, em 1979 (Rosemberg, 1984; Oliveira & Ferreira, 1986; Pelicioni et al., 1992; Campos et al., 1993).

Um outro fator que concorreu para que a educação de crianças pequenas se expandisse, foram as alterações do espaço urbano e da arquitetura, verificadas nos últimos tempos. Santana (1998), menciona que um movimento de valorização das creches, nas décadas de 60 e 70, acabou eclodindo levando-se em conta que a

redução dos espaços urbanos com conseqüente diminuição das áreas domiciliares para a criança brincar, e, ainda, a intensificação do trânsito influenciaram de modo significativo a vida das crianças. Estas deixaram de contar com espaços informais, como as ruas e as praças, para as brincadeiras, e a convivência infantil tem-se dado, em espaços formalmente instituídos como as escolas, creches e os clubes. Porém, com o agravamento da crise econômica no país, a partir da década de setenta e, conseqüentemente, com o aumento da violência urbana, o temor aos espaços públicos como praças e ruas, passou a fazer parte do cotidiano das pessoas.

Assim sendo, a educação da criança, tarefa definida historicamente como competência da família, vem sendo assumida, gradativamente, por instituições de educação infantil, pois as famílias, principalmente as pertencentes à classe média, têm tido a oportunidade de compartilhar, cada vez mais cedo, a educação de suas crianças com essas instituições educacionais. O resgate das informações históricas permite constatar que, a partir do momento em que a classe média começou a utilizar o serviço da creche, veio à tona a preocupação com o efeito da separação mãe-filho para o desenvolvimento da criança, ainda resquício da ideologia machista implantada desde o século XVII que se incumbiu de pregar, por interesses outros, que a criação ideal era aquela na qual a figura materna estivesse sempre perto da criança. Todavia, vários especialistas Oliveira & Ferreira (1986); Preuss (1986); Rosemberg (1989); Haddad (1991); Machado (2000) trataram de mostrar os benefícios e necessidades que a criança tem do convívio extra-familiar a partir de certa idade, bem como as vantagens da diversidade de relações e da exploração de outros ambientes para a construção do conhecimento. Perosa (1987), em seus estudos sobre interações entre

crianças, coloca a creche não só como local privilegiado de estudos, mas como lugar privilegiado para a socialização da criança.

Assim, o antigo temor dos efeitos negativos de creches e pré-escolas sobre o desenvolvimento infantil tem dado lugar à evidência de que essas instituições, quando são de boa qualidade, representam ganho significativo para as crianças e suas famílias. Estes dados ganham força porque, além de serem corroborados por pesquisas científicas, são passíveis de observação, uma vez que as instituições de educação infantil públicas apresentam longas filas de espera.

Nos últimos anos, o atendimento a crianças menores de sete anos em creches e pré-escolas apresentou um grande crescimento em nosso país, acompanhando tendência internacional. Entre os fatores que explicam essa expansão estão as modificações na organização e estrutura da família contemporânea; as mudanças nas concepções de criança pequena, de suas possibilidades e necessidades; o avanço do conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança; as conquistas sociais dos movimentos de cidadania, incluindo nela a faixa etária de 0 a 6 anos, e que compõem um quadro de referência sócio-cultural para um tratamento educacional sistematizado da criança nessa faixa etária (Brasil, 1994a).

Na atualidade, a concessão puramente assistencialista vem sendo revestida de uma postura e uma linguagem tecnicista, utilizando-se de conceitos provenientes da educação, da psicologia, da sociologia, da saúde, entre outros. Substituiu-se a ênfase da atenção biológica pelo sócio-cultural.

Nesse ínterim, as pessoas também começaram a ver a creche não apenas como necessidade para as crianças pobres ou filhos de trabalhadoras, mas como instrumento indispensável ao processo educativo. A reivindicação por creches e pré-

escolas, como um direito à educação da criança de todas as camadas sociais, passou a ser defendida por vários setores da sociedade.

A pressão unificada desses vários setores junto à Assembléia Constituinte resultou na aprovação das principais reivindicações na Carta Constitucional de 1988. No seu Artigo 208, Inciso IV, determina como dever do Estado *"o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos*" e, no seu Artigo 7, Inciso XXV, inclui como um direito de trabalhadores homens e mulheres, no campo e na cidade, "*a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas*" (Brasil, 1988 a, p.12).

A partir da Constituição de 88, a creche, além da função de guarda, suprimento das necessidades biológicas e afetivas, passou a incorporar a função educacional. Nesse sentido, uma das características da nova concepção de educação infantil reside na integração das funções de cuidar e educar. Campos et al. (1993) salientam que, pela primeira vez na história, uma Constituição do Brasil faz referências a direitos específicos das crianças, que não sejam aqueles circunscritos ao âmbito do Direito de Família e também, pela primeira vez, um texto constitucional define claramente, como direito da criança de 0 a 6 anos de idade e dever do Estado, o atendimento em creche e pré-escola.

A inclusão da creche no sistema educativo foi uma conquista histórica e abre importantes perspectivas ao avanço dos programas destinados à criança pequena. O que corrobora com Haddad (1991) quando coloca que esse fato representou um grande passo para a superação do caráter assistencialista nos programas destinados à faixa etária de 0 a 6 anos. A educação, através da creche e pré-escola, vinculada aos direitos da criança e não da mãe trabalhadora ou da família

pobre, é fator importante no sentido de se priorizarem as características específicas das crianças nesses programas.

O dever do Estado para com a educação das crianças de 0 a 6 anos, reconhecido e expresso na Constituição, é um marco que inaugura uma nova era na história do atendimento à criança pequena em nosso país.

Machado (2000) coloca que com essa medida o Estado é obrigado a disponibilizar as vagas demandadas pelas famílias em instituições dos sistemas educacionais para todas as crianças desde o seu nascimento, sem discriminação de sua origem regional, social, racial ou étnica e a despeito da opção religiosa ou política dos pais. Trata-se de não mais justificar uma função específica para as instituições de educação infantil e seus profissionais com base exclusivamente no direito das mulheres trabalhadoras, mas como um direito da criança.

Apesar da expansão de oferta no setor da educação infantil, registrada nas últimas décadas, essa tendência não tem sido acompanhada pelo poder público, no sentido de formulação de políticas claras, abrangentes e atualizadas como a regulamentação do funcionamento de creches, a definição de seus objetivos, a organização dos agrupamentos de crianças, dos espaços, do tempo, dos materiais e das atividades propostas para elas que integrem cuidar e educar. Assim, um dos principais desafios é o de captar a dimensão educativa prevista para a faixa etária de 0 a 6 anos e propor sua respectiva tradução no cotidiano das instituições.

Outro desafio é o de garantir os avanços obtidos na trajetória histórica do campo da educação infantil, especialmente, em relação às famílias das crianças, e sua importância na educação conjunta das mesmas. A família necessita ter nova compreensão dentro da creche, para que ambas busquem alguns caminhos que

possam contribuir para a formação mais adequada da criança, a fim de responder ao atendimento holístico de uma clientela tão peculiar, como é o caso da criança de zero a seis anos.

O atendimento de crianças dessa faixa etária, atualmente, passou a ser denominado educação infantil. É considerada como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. A educação infantil deve ser oferecida em creches para crianças de zero a três anos de idade, e em pré-escolas, de quatro a seis anos. Assim, a distinção entre creches e pré-escolas é feita exclusivamente pelo critério de faixa etária, sendo ambas as instituições de educação infantil, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança dessa faixa etária, levando-se em consideração os aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O atendimento integral à criança é definido como educação e cuidado (Brasil, 1994b).

O Ministério da Saúde coloca a creche como uma instituição social, dentro de um contexto de socialização complementar ao da família, com a finalidade de proteger e propiciar cuidados diurnos e integrais de higiene, alimentação, educação e saúde, em um clima afetivo, estimulante e seguro, às crianças sadias de 3 meses a 4 anos (Brasil, 1988b).

Após a revisão da literatura, entendemos que a creche deve prestar assistência integral a crianças de 0 a 6 anos de idade e deve ser uma área de educação e desenvolvimento infantil, com propostas educacionais que visem ao desenvolvimento bio-psico-social-cultural da criança. Que possa articular suas propostas, de maneira intencional, com qualidade, visando ao êxito do seu trabalho,

para que todas as crianças e suas famílias tenham oportunidade de acesso a conhecimentos, valores e modos de vida verdadeiramente cidadãos. É um espaço que deve oferecer educação e cuidado num contexto lúdico, prazeroso e afetivo, atendendo integralmente a criança em todos os seus aspectos.

A promulgação da Constituição de 1988 nos leva a repensar as funções sociais da creche. Ela reconhece a creche como uma instituição educativa, um direito da criança de 0 a 6 anos de idade, um dever do Estado e uma opção da família tirando-lhe assim a conotação meramente assistencial, típica dos momentos anteriores. Educação infantil não é, portanto, um "favor", mas é um direito a ser melhor reconhecido pela dignidade e capacidade de todas as crianças brasileiras, que merecem um atendimento de qualidade que as introduza em conhecimentos e valores indispensáveis a uma vida plena e feliz.

De maneira geral, podemos dizer que a creche passa por uma profunda transformação para desfazer a herança de "mal necessário" e responder às novas demandas de uma sociedade que necessita de apoio no cuidado e educação das crianças pequenas. Esse é o momento de redefinir os princípios que devem nortear a elaboração de uma política para o setor. É necessário entender que o estilo de vida mudou e o espaço urbano é outro sendo preciso adaptar-se a este novo espaço, entendendo que a creche é um espaço onde a mãe pode dividir a responsabilidade da educação de seus filhos.

No momento atual, faz-se necessário que critérios de qualidade sejam estabelecidos e cumpridos, levando-se em conta as necessidades e direitos fundamentais da criança. Assim, espaço físico adequado, proposta pedagógica, planejamento e diversidade de atividades, relação com a família e a comunidade,

maior relação adulto/criança, qualificação dos recursos humanos e melhores condições de trabalho, são alguns dos fatores de qualidade que devem ser contemplados nos programas de atendimento infantil. Para tanto, o MEC subsidiou, recentemente, a criação do primeiro instrumento brasileiro, que organiza alguns critérios básicos de avaliação do atendimento em creches, baseados em um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos das crianças, nas instituições onde muitas delas vivem a maior parte de sua infância (Brasil, 1997a). Nesse documento, a creche aparece comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento da criança, e a participação da família nos eventos e atividades na creche, é enfatizado, partindo do princípio de que ambas devem compartilhar o cuidado e educação infantil. Faz-se necessário que a creche e a família procurem atingir uma qualidade de relacionamento entre si, caracterizada pelo respeito mútuo, pela cooperação, comunicação democrática e freqüente, com abertura e disponibilidade para discutir os conflitos. Assim, a família, ao receber uma atenção especial, possa ganhar confiança e familiaridade com a creche.

A creche, ao compartilhar a educação com a família, abre espaço para o aparecimento de emoções e conflitos. É importante preparar e apoiar educadoras e mães para elaborarem esses conflitos, construindo entre si uma relação de efetiva colaboração. Nesse sentido, nossa pesquisa é direcionada para a investigação dos fatores dificultadores e facilitadores da relação creche-família , assim como o modo como esses fatores se articulam no desenvolvimento desse complexo processo de interação.

Vitória & Rosseti–Ferreira (1993) colocam que a creche pode ser fechada e o contato com as mães e educadoras dar-se apenas na porta de entrada, no

momento da chegada e saída das crianças. Ou, pelo contrário, ser aberta acolhendo a família dentro do recinto ou mesmo nas dependências de atendimento à criança. As relações vão depender dessas diferentes formas de organização da creche, podendo ser esporádicas e distantes, ou bastante próximas, ricas em trocas recíprocas de informações entre si, sobre o trabalho, sobre as crianças, enfim, cheias de emoções.

No cotidiano da creche, temos observado que a presença da mãe dentro da instituição é encarada pelas educadoras como ameaçadora e, assim é comum o pessoal da creche impedir a permanência da mãe ou familiares no recinto da instituição. Geralmente a creche organiza sua rotina de forma que as crianças são recebidas e entregues no portão onde se estabelecem contatos mínimos entre os familiares e a pessoa que cuida da criança.

A postura autoritária assumida pelas creches passou a ser questionada a partir da década de 80, pelas seguintes argumentações: a falta de transparências dos serviços prestados; o sofrimento e preocupação das mães que desconheciam as condições de atendimento de seus filhos; a freqüência de queixas recíprocas existentes entre as mães e as educadoras e os reflexos no comportamento da criança decorrentes das relações conflitantes (Rosemberg et al., 1992; Haddad,1987). Iniciou-se assim, a discussão sobre a relação creche-família e sobre a importância de se abrir a creche à maior participação da família.

Compartilhar a educação da criança pequena com instituições, mesmo as do tipo pré-escola, ainda hoje gera fortes sentimentos de culpa nas mães, pois dividir a tarefa do cuidado dos filhos com agentes socializadores extra familiares ainda é visto pelas mães como um ato de abandono, havendo também a preocupação de que essa experiência possa ter conseqüências negativas para a criança (Mattioli, 1988).

Por parte da creche, normalmente não é exigida nenhuma qualificação profissional na seleção de suas funcionárias e tão pouco uma escolaridade mínima das mesmas. Basta que a pessoa seja mulher e que goste de crianças. Em geral, estas educadoras parecem acreditar que a ausência da mãe é prejudicial à criança e tentam substituí-la, apoiadas na idéia de que o principal é dar carinho, para suprir a falta da mãe. Esta prática institucionalizada é vista atualmente de uma maneira negativa, pela imagem de incompetência e submissão que se atribui às mães cujos filhos freqüentam a creche e pelo sentimento de ameaça que a presença das mesmas, dentro da creche, provoca nas educadoras (Haddad, 1991).

Assim, vemos a mãe, muitas vezes, se sentindo incapacitada ou incompetente no seu papel e, por isso reagindo com queixas freqüentes e ataques verbais à creche ou às pessoas da creche, ao mesmo tempo que se sente culpada por lá deixar seu filho. A educadora sente-se ameaçada pela mãe e, para se defender, critica os cuidados dela para com o filho. Essa ocorrência de conflitos no cotidiano das creche na relação mãe educadora, com críticas recíprocas, sugere rivalidade e competição constantes entre as duas partes.

Esses conflitos podem afetar diretamente a criança que não dispondo, ainda, de recursos verbais para expressar aos adultos o seu desagrado, insatisfação ou sofrimento diante da situação, pode reagir, por exemplo, parando de alimentar-se, mostrando agressividade, chorando quando deixada na creche, isolando-se das pessoas, etc.

Dessa maneira, torna-se imperativo que a creche seja reconhecida pelas mães e educadoras, como uma instituição onde as famílias podem dividir a responsabilidade do cuidado e educação de seus filhos, como um espaço social

apropriado às necessidades infantis, voltado a uma ação predominantemente educativa.

Partindo deste princípio, a creche deverá procurar atingir uma qualidade de relacionamento entre elas caracterizada pela cooperação e solidariedade, comunicação freqüente, democrática e informal, com abertura e disponibilidade para discutir os conflitos. Para trabalhar essa relação é fundamental que a creche invista na questão da qualificação profissional e formação continuada em serviço de todo seu pessoal, com o desenvolvimento de projetos, que revertam na melhoria da qualidade do atendimento.

Partindo da premissa de que a atuação da família e a da educadora da creche são importantes no sentido de favorecer o desenvolvimento pleno da criança e o seu conhecimento amplo sobre a realidade física e social, faz-se necessário o estabelecimento de uma boa relação entre creche-família devido a forte influência que esta relação exerce no comportamento da criança. Assim, defendemos a importância de se trabalhar e preparar as educadoras e a família das crianças atendidas em creche, para o estabelecimento e manutenção de um bom relacionamento entre ambas, contribuindo para caracterização da creche como um local de atendimento e prestação de serviços especializados em educação infantil.

Desta forma, os conflitos que permeiam o relacionamento creche-família não podem ser negligenciados, exigindo-se, no momento, ações que possam colaborar, de maneira eficaz, para o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre ambas.

Kramer (1988) coloca que a criança é um ser social, uma pessoa, um cidadão de pouca idade, que tem uma história, que pertence a uma classe social

determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas também de valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões do seu contexto familiar e de acordo também com a sua própria inserção nesse contexto. Nestas crianças, é concentrada a esperança de melhoria de vida das classes populares que vêem na escola uma de suas chances de ascensão social. É importante, neste ponto, retomar tanto a Constituição como as outras legislações, para analisar as competências e responsabilidades das diferentes esferas de governo no que tange à educação infantil.

2.2. Legislação que especifica o direito à creche

A Educação Infantil, recentemente, adquiriu reconhecimento legal como um serviço educacional. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a garantia de atendimento, em creche e pré-escola, às crianças de 0 a 6 anos é dever do Estado, competindo ao município a sua manutenção, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado (Brasil, 1988a). Em sua trajetória, registraram-se muitos limites e algumas conquistas, adquirindo especial importância o reconhecimento da criança, desde a mais tenra idade, como sujeito de direitos sociais. O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma, no seu Artigo 54, o direito constitucional e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ao considerar a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, vem afirmar o direito de todas as crianças à educação.

Segundo Craidy (2000), a Constituição de 1988 marca o surgimento, na legislação brasileira, de um novo paradigma sobre a infância em que a criança passa a ser sujeito de direito e não apenas objeto de tutela como colocada até então. É a

afirmação da cidadania da criança. Essa passa a ser considerada como cidadão em desenvolvimento. Entre os direitos da criança está o de receber atendimento em creches e pré-escolas, caracterizadas no Artigo 208 da Constituição como instituições educacionais e parte do dever do Estado para com a educação.

A creche, assim como a pré-escola, é equipamento educacional e não apenas de assistência conforme enfatiza a Legislação Brasileira. Neste sentido, uma das características da nova concepção de educação infantil reside na integração das funções de cuidar e educar.

É importante que se destaque, como positiva para a educação infantil, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que gerou a Constituição das Comissões Municipais e dos Conselhos Tutelares que, de alguma forma e em algum nível, têm sensibilizado a sociedade, os pais, os educadores e os governos para o direito social de proteção à infância e dentre eles, o direito à educação (Arelaro, 2000).

O Estatuto foi criado com o objetivo de regulamentar as conquistas em favor da infância e da juventude obtidas na constituição de 1988. Representa um avanço político e social em defesa da infância e da juventude brasileira, apresentando a criança e o adolescente como sujeito de direitos e não como meros objetos de necessidades judiciais.

Seu caráter é bastante inovador, sendo que, anteriormente a doutrina do Estatuto eram "S*ituações de irregularidades e, após proposta da Organização das Nações Unidas, com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança, acatada pelo Brasil, o Estatuto incorpora a doutrina da proteção integral*" (Brasil, 1990, p.2).

Com a adoção da nova doutrina, os direitos da criança e do jovem são colocados, pelo governo e pela sociedade, numa perspectiva condizente com sua condição de pessoa em desenvolvimento e com o reconhecimento de sua vulnerabilidade, o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para a promoção e defesa de seus direitos. No seu Artigo 5 afirma:

> *"Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma de lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais"* (Brasil,1990, p.10).

No campo do atendimento às crianças e adolescentes, o Estatuto substitui o assistencialismo vigente por um conjunto de propostas de caráter sócio-educativo, baseadas nas noções de cidadania e de pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Prevê a possibilidade de fiscalização de entidades governamentais, cujas obrigações são elencadas de forma precisa, assim como as medidas aplicáveis em caso de seu descumprimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente através do seu Artigo 54, Inciso IV, regulamenta e reforça o Artigo 208, Inciso IV da Constituição Brasileira "*que é dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade*". Vincula esse atendimento à área da educação, configurando sua origem não só como social, mas principalmente educacional.

No que se refere ao Município, o Estatuto prevê a municipalização do atendimento, o que implica no estabelecimento de leis e diretrizes municipais (Artigo 88, parágrafo I e II). Além disso, estabelece fundo municipal para manutenção de programas destinadas à criança e adolescentes (Artigo 88, parágrafo IV), e institui a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Artigo 88, parágrafo II) e do Conselho Tutelar (Artigo 131).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão deliberativo em todas as questões relativas ao atendimento prestado à criança e adolescente no município, controlando as ações governamentais e não - governamentais em todos os níveis. É composto de um número de membros tal que corresponda à paridade entre os representantes de órgãos e entidades governamentais e não-governamentais, e deverá ser instituído mediante Lei Municipal. Seus membros não serão remunerados (Brasil, 1990).

O Conselho Tutelar tem como função assegurar que os Direitos da Criança e do Adolescente previstos no Estatuto sejam cumpridos e, em caso de se constatarem ameaças ou violação desses direitos, procede-se às medidas cabíveis em cada caso. Em cada município deve haver, pelo menos um Conselho Tutelar, eleito por três anos, sendo permitida uma reeleição (Brasil, 1990).

Segundo Moraes (1991) os conselhos são, portanto, a fonte formal através da qual as entidades governamentais e não-governamentais farão cumprir direitos e cobrarão deveres previstos na Legislação Brasileira. Coloca ainda, que só a existência dos conselhos não garante a sua eficácia e que a mesma vai depender do grau e do tipo de representatividade que trazem consigo.

Podemos observar que se dependessem de Leis, as crianças e adolescentes estariam devidamente amparados. No entanto, não dependem só das leis, mas também da vontade, política dos governantes. Como essa vontade muitas vezes, não existe, cabe à sociedade, por meio de suas organizações representativas com o respaldo das leis, acionar a justiça no cumprimento dos direitos, quando esses se vêem ameaçados e violados.

Um marco, também, de grande significação para a área é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, sancionada em dezembro de 1996. É a primeira vez que a expressão "educação infantil" aparece na lei nacional de educação. Recebe um destaque inexistente nas legislações anteriores, sendo tratada numa seção específica. É definida como primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1998a).

A lei, também, estabelece no seu Artigo 30 que a educação infantil será oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade (Brasil, 1996).

Para Didonet (2000) a LDB, ao afirmar que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, não está apenas dando-lhe uma posição cronológica na pirâmide da educação mais, principalmente, expressando um conceito novo sobre esse nível educacional. Segundo o Artigo 22 da LDB, a educação básica é aquela que assegura ao educando a formação comum, indispensável para o exercício da cidadania e fornece-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos

posteriores. Esta formação indispensável não começa na primeira série do ensino fundamental , mas na educação infantil, ou seja, começa no nascimento da criança.

A educação básica, na sua função política, constitui-se na principal via para a conquista do status do cidadão. A apropriação da cultura, em especial da escolarização, constitui prioridade maior do processo de democratização do país e deve culminar com a formação de cidadãos conscientes e participantes da vida política e social (Lemos, 1999).

O mesmo autor coloca, ainda, que a apropriação da cultura permite aos indivíduos se situarem melhor em face dos desafios da vida moderna, dando-lhes oportunidades, também, de participação nos benefícios culturais advindos do desenvolvimento. Através da ação educativa, o meio social exerce influência sobre os indivíduos e estes, ao assimilarem e recriarem essas influências, tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora no meio social.

Segundo o Artigo 29 da LDB, a Educação Infantil visa a proporcionar condições para promover o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências, bem como estimular seu interesse pelo processo do conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

A LDB consagra, assim a concepção atual de educação infantil e a aspiração da população que nos últimos anos tem buscado cada vez mais um atendimento de caráter educativo para as crianças pequenas (Brasil, 1994b). Fica definitivamente sepultada a concepção que via o atendimento da criança pequena como meramente assistencial, ou tendo como objetivo apenas a guarda e os cuidados

das crianças cujas mães necessitam trabalhar. O atendimento educativo é direito e necessidade das crianças e não apenas de suas famílias.

A promulgação da LDB exige que regulamentações, em âmbito nacional, estadual e municipal sejam estabelecidas e cumpridas. A urgência de iniciativas, nesse sentido, é reforçada pelo que a lei determina no Artigo 89 Das Disposições Transitórias*: "as creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se-ão ao respectivo sistema de ensino"* (Brasil, 1996, p. 33).

Para atender a este prazo, urge que os Sistemas de Ensino e os Conselhos de Educação estabeleçam normas e diretrizes que propiciem educação de qualidade nas creches e pré-escolas e sua integração real nos sistemas de ensino (Brasil, 1996).

No Brasil, já existe a prática dos Conselhos Estaduais de Educação fornecerem autorização de funcionamento e exercerem fiscalização sobre as pré-escolas particulares. No entanto, as creches vinham permanecendo fora do alcance dessa supervisão, pois a legislação educacional anterior não as considerava como parte dos sistemas de educação.

As regulamentações existentes para as creches brasileiras foram elaboradas por órgãos governamentais das áreas de saúde, bem-estar social e trabalho. O Ministério da Saúde publicou um manual para instalação de creches, contendo recomendações gerais e padrões para construções (Brasil, 1988b). Apesar de já estarem ultrapassadas em muitos aspectos, essas normas ainda podem ser úteis aos conselhos, podendo ser reformuladas e adaptadas (Brasil, 1998a).

O atendimento às crianças pequenas, por sua vez, deverá prevenir, na organização das instituições e nas formas de atendimento, a realização de uma

proposta pedagógica que concretizará um currículo planejado para oportunizar o desenvolvimento integral da criança. A educação infantil visa ao desenvolvimento integral da criança. Assim, a proposta pedagógica da Educação Infantil deve levar em conta o bem estar da criança, seu grau de desenvolvimento, a diversidade cultural das populações infantis, os conhecimentos a serem universalizados e o regime de atendimento integral ou parcial (Brasil, 1996).

A formulação de propostas pedagógicas em educação infantil, em todos os âmbitos de competência, deve nortear-se pela concepção de criança: como um ser humano completo, integrando as dimensões afetivas, intelectual, física, moral e social, que, embora em processo de desenvolvimento e, portanto, dependente do adulto para sua sobrevivência e crescimento, não é apenas um "vir a ser", mas um ser ativo e capaz, se impulsionado pela motivação, de ampliar seus conhecimentos e experiências e de alcançar progressivos graus de autonomia perante as condições de seu meio; como um sujeito social e histórico, que é marcado pelo meio em que se desenvolve, mas que também o marca (Brasil, 1997b).

A proposta pedagógica para a Educação Infantil deverá prever, ainda, a participação da família e da comunidade (Brasil, 1997b). Ao permitir a participação destes setores no seu interior, os estabelecimentos públicos de educação infantil estarão contribuindo para uma mudança decisiva no panorama atual e possibilitando a implantação da gestão democrática.

O Artigo 29 da LDB refere que a ação educativa na faixa de 0 a 6 anos é complementar à ação da família e da comunidade. Não a substitui mas a complementa. Portanto, a educação infantil se dá na família e em instituições educativas próprias. A expressão "em complementação", segundo Didonet (2000),

tem conseqüências no planejamento e na execução da política educacional. Coloca que só se complementa aquilo que já foi feito ou está em curso. Portanto, as instituições de educação infantil devem estar articuladas com as famílias e a comunidade para encontrar os conteúdos, os valores, as atitudes que serão repassadas às crianças, para se estabelecerem as seqüências de seus programas. Com essa articulação, a educação infantil pode responder ao desafio de formar cidadãos-sujeitos diante dos riscos da despersonalização e da universalização dessa ou daquela cultura. Dadas as particularidades do desenvolvimento da criança de zero a seis anos, a Educação Infantil, de acordo com a LDB, cumpre duas funções indispensáveis e indissociáveis: cuidar e educar, complementando a ação da família e da comunidade.

A este respeito, deve ser lembrado que, nos primeiros anos de vida, é a família que desempenha a quase totalidade das funções de socialização das crianças. A família é, entre outras considerações, uma unidade de produção de recursos humanos, que funciona com relativa autonomia nas primeiras etapas de formação das crianças e cuja tarefa se acopla, posteriormente, à do sistema educacional , cumprindo funções insubstituíveis de apoio, num papel complementar com o da escola (Cambios...,1993).

Reconhecer que a família é a referência básica das crianças implica que a creche respeite posturas educacionais da família e que desenvolva ações que estimulem interações entre ambas, prevendo um cotidiano para a criança que integra cuidar e educar. Nesse sentido, as relações entre creche-família devem ser particularmente cuidadas e trabalhadas a fim de favorecer relações humanas significativas. Assim, é indispensável que haja diálogo, acolhimento e negociação sobre a identidade de cada um, nestes ambientes coletivos.

Cuidar e educar crianças pequenas em instituições coletivas é uma profissão, como também necessita de formação prévia que contemple conhecimentos sobre este duplo objetivo, formação em serviço, espaço e instrumentos de trabalho adequados. A remuneração deve ser condizente com a importância social do trabalho. A LDB estabelece um novo patamar de formação dos educadores e determina em seu Artigo 62 que:

> "A *formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de Licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, e nas quatro séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal"* (Brasil, 1996, p.24).

Os sistemas de Ensino promoverão a valorização dos profissionais que atuam em creches e pré-escolas no que diz respeito à formação profissional, condições de trabalho, plano de carreira e remuneração condigna (Artigos 67,69,70 da LBD).

Vários estudiosos como Oliveira et al. (1992); Rosemberg et al. (1992); Campos et al.(1993); Rossetti-Ferreira(1998); colocam que os trabalhadores que atuam nas instituições e prestam serviços para crianças de zero a seis anos, mulheres na grande maioria, possuem um perfil de desqualificação profissional, com baixo nível de escolaridade, e muitas ainda não atingiram a formação escolar de primeiro grau, apresentando pouco conhecimento específico sobre a área em que atuam. Além disso, não se constituiu, ainda, a tradição de promover eventos para a formação

continuada, medida essencial para se galgar degraus na busca da qualidade. Constatamos, em nossa experiência profissional, que o pessoal não possui ainda salários compatíveis com as exigências de sua função, e grande parte não tem carteira de trabalho assinada.

Rosemberg (1989) coloca que a situação do atendimento de crianças de zero a seis anos em nosso país demanda medidas tanto quantitativas como qualitativas. Isto, aliado ao fato de que creches e pré-escolas têm sido cada vez mais reivindicadas por um número crescente de famílias de diferentes camadas sociais, resulta em que as poucas creches existentes, em relação à enorme demanda oferecem no geral um atendimento de baixa qualidade. Enfatiza, assim, que, além da necessidade de construção de mais creches, é preciso que se trabalhe para a implementação de um serviço de qualidade nas já existentes, assim como nas que virão. É urgente a garantia de condições mínimas de funcionamento referentes à proporção adulto/criança, formação dos educadores, melhoria das condições de trabalho dos profissionais da área, parceria com os pais, proposta pedagógica etc, para que o "sonho" da qualidade possa tornar-se realidade.

Uma das formas de se promover a melhoria do atendimento em creche e outras instituições é pela legislação, que apesar de não constituir uma garantia de que os direitos conquistados serão respeitados, assegura a sua legitimidade e representa um importante passo para o respeito a eles. Assim, cabe à população se organizar para fazer cumprir, na prática, os avanços conseguidos na Constituição Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na atual LDB, com vistas a garantir a legitimidade dos direitos ao desenvolvimento sadio e à educação das crianças e adolescentes e aos serviços de atendimento às famílias trabalhadoras.

Considerando a fase transitória pela qual passam as creches e pré-escolas, na busca de ação integrada que incorpore às atividades educativas os cuidados básicos cotidianos das crianças, faz-se necessário o estabelecimento de metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral, que as torne capazes de crescer como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Faz-se necessário ainda, que as instituições de educação infantil possam realizar a socialização desta etapa educacional, em ambientes que propiciem às crianças o acesso à ampliação, dos conhecimentos da realidade social e cultural.

É nesse panorama de suprimento de necessidades básicas, considerando a criança na totalidade, que a enfermagem se vê comprometida com o nível de saúde das crianças que freqüentam as creches. Para que esse equipamento, que deve fazer parte de uma proposta social abrangente e não excludente, possa propiciar meios para que as crianças desenvolvam suas potencialidades e sintam-se cidadãs de direito. Convicta deste compromisso, passaremos a discorrer sobre o papel do enfermeiro como agente de promoção da saúde infantil e sua atuação junto às crianças na aquisição de hábitos e comportamentos que irão interferir, de maneira positiva, em sua vivência do processo saúde/doença.

2.3 – O papel de enfermeiro e a ação educativa na creche

Ao reconhecer as crianças como seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo próprios, com os demais e o próprio ambiente de maneira articulada e gradual, Assis (1998) assinala que as Proposta Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem buscar a interação entre as diversas áreas de

conhecimento e aspectos da vida cidadã, como conteúdos básicos para a constituição de conhecimento e valores.

Para tanto, o trabalho a ser realizado, no interior das Instituições de Educação Infantil, deve contar com um conjunto de profissionais como professores, psicólogos, enfermeiros, médicos, nutricionistas, assistentes sociais, terapeutas, agentes de saúde, arquitetos e outros com vistas à Educação Infantil e a articulação do cuidar e educar.

Desta maneira, os conhecimentos sobre espaço, tempo, comunicação, expressão, natureza e pessoas, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, cultura, as linguagens, trabalho, lazer, ciência e tecnologia, segundo Assis (1998), devem estar articulados com os cuidados e a educação para a saúde, com a necessidade de refletir sobre o papel do Enfermeiro no cuidado com a saúde das crianças de zero a seis anos. Passaremos, então, a discorrer sobre a importância do trabalho desse profissional, no planejamento e organização de ações que preservem e promovam o desenvolvimento saudável das crianças atendidas em creches.

A Constituição Brasileira estabeleceu que saúde é direito de todos. Trata-se de um direito a ser conquistado pela maioria dos cidadãos, especialmente as crianças que constituem um grupo vulnerável a diversos riscos e doenças, que podem ser prevenidos e controlados.

Assim, ao promover o usufruto da saúde na infância, o enfermeiro remete à construção de critérios para o cuidado da criança nos estabelecimentos de educação infantil, comprometidos com a educação para a saúde, dimensão esta intrínseca ao cuidado. Ao favorecer a formação de comportamentos de valorização da vida, o

enfermeiro estará contribuindo para o crescimento e para a ampliação da capacidade de exercer o protagonismo em saúde.

É importante fazer algumas reflexões sobre a nova concepção de creches como equipamento de educação infantil que cuida e educa. Sobre este duplo objetivo da educação infantil – educar e cuidar, Campos (1994) assinala que a concepção contemporânea de cuidado inclui todas aquelas atitudes ligadas à proteção e apoio necessários ao cotidiano de qualquer criança: "alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, todas as atividades que são integrantes ao educar". Significam, portanto, atitudes e procedimentos que têm como objetivo atender às necessidades da criança em seu processo de desenvolvimento. Demanda, portanto, conhecimentos da área biológica e da área de humanas. Possui relação com a saúde e com a educação.

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica-se em procedimentos específicos (Brasil, 1998b).

Coloca ainda que o desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e de cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. No processo de cuidar do outro, temos oportunidade de interagir com ele, desenvolvendo o sentimento de empatia, como também de perceber nossas necessidades e, ainda, dificuldades e de desenvolver tecnologias para aprimorar tais cuidados.

Maranhão (2000) coloca que, do ponto de vista sanitário, o desenvolvimento infantil depende de uma série de cuidados que iniciam antes do nascimento e que estão sujeitos, muitas vezes, às condições e aos modos de vida dos pais, de sua renda e escolaridade, do acesso a serviços de saúde, assim como do lugar que a criança ocupa em suas vidas. As condições do nascimento e dos cuidados diretos com a criança nos primeiros anos de vida também são fatores a serem considerados.

O enfermeiro é um profissional que apresenta condições, pela sua própria formação, de auxiliar a família e o pessoal da creche na compreensão da importância de determinados cuidados com as crianças, baseados em concepções e conhecimentos sobre a preservação da saúde e a prevenção de doenças e sobre as diferentes maneiras de cuidar. Constitui esse o objeto de trabalho do enfermeiro.

As crianças constroem o conhecimento a partir de interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. Para Brasil (1998b), na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos.

É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Assim, para o MEC, educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas, de forma integrada, e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança como também o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade

social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação de conhecimentos das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas, e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

A tendência atual direcionada à atenção para com a saúde tem sido prevenir doenças e manter a saúde, mais que o tratamento de doenças ou incapacidades. A enfermagem tem ocupado espaço com essa mudança, especialmente, na área de atenção à criança. Toda enfermeira envolvida com o cuidado á criança deve exercer sua prática de saúde preventiva. Independente do problema identificado, entendemos que o papel da enfermeira é fazer o plano de cuidado que incidirá em cada aspecto do crescimento e desenvolvimento. Com base no processo de avaliação, os problemas relacionados à nutrição, sono e repouso, imunização, cuidados de higiene, aspectos dolorosos, desenvolvimento, socialização, linguagem, entre outros, se tornam, freqüentemente, evidentes. Uma vez identificado o problema, a enfermeira age diretamente ou encaminha a criança para outros profissionais ou serviços de saúde.

Educar e orientar para a prevenção é a melhor abordagem no que se refere à manutenção da saúde. Por isso a creche deve constituir-se um local propício onde se efetivem práticas preventivas. Com o conhecimento de cada fase do período de crescimento e desenvolvimento infantil, o enfermeiro se torna capacitado para orientar os pais sobre práticas a serem adotadas na prevenção de problemas potenciais. Um dos exemplos mais significativos, segundo Whaley & Wong (1997), é a segurança, pois cada grupo etário está sob risco para tipos especiais de acidentes. O ensino preventivo pode ajudar a diminuir muitos acidentes, abaixando

significativamente a incapacidade permanente e a mortalidade decorrente de acidentes na infância.

Todas as medidas de segurança ambiental, no procedimento para a proteção da criança, como boa iluminação; piso seco e antiderrapante, livre de objetos que possam contribuir para quedas; janelas com proteção; mobiliários e equipamentos adequados e em bom estado de funcionamento; cuidado adequado e descarte de pequenos objetos quebráveis e de fácil ingestão pela criança; seleção de brinquedos apropriados para a idade da criança; proteção contra incêndio e choque elétrico; proteção contra asfixia, intoxicações e queimadura, etc, devem ser, cuidadosamente, verificadas pelo pessoal que trabalha com crianças devido à vulnerabilidade das mesmas. O enfermeiro está em uma posição vantajosa, para fornecer assistência e sugestões aos pais e pessoal da creche, na aquisição de medidas de proteção.

Além da prevenção de doença física ou acidente, o papel do enfermeiro é, também, o de promover a saúde mental. A saúde ótima envolve a prática assistencial com uma abordagem humana, proporcionando assim, o cuidar numa visão holística.

Acreditamos que, ao utilizar o relacionamento terapêutico no seu cuidar, o profissional estará assumindo a responsabilidade social do seu trabalho. Assim, é necessário ter em mente que aquela pessoa, hoje dependente dos seus cuidados, antes de tudo, é um ser humano e os seus conflitos podem ser intensificados ou reduzidos pela maneira de interagir com o outro.

O estabelecimento de um relacionamento terapêutico é o fundamento essencial para o provimento de um cuidado de enfermagem de qualidade (Price, 1993). As enfermeiras pediatras precisam se relacionar de forma significativa com as

crianças e seus familiares para a identificação das necessidades da criança e planejar, assim, as intervenções que melhor atendam aos problemas definidos.

Como defensor, o enfermeiro pode ajudar as crianças, seus familiares e o pessoal da creche a se conscientizarem das reais necessidades da criança e de todos os serviços e práticas de saúde existentes, a fim de que adequadamente informados tomem parte nos cuidados à criança, estimulados a propiciar e praticar o cuidado que promova o completo bem estar físico, mental, emocional e social da criança.

A educação para a saúde é uma meta direta no cotidiano do trabalho do enfermeiro, principalmente, com a mudança atual de foco do tratamento da doença para a promoção da saúde, ampliando o papel deste profissional com ênfase na prevenção e educação para a saúde. No trabalho com crianças em creches, é imprescindível o oferecimento de orientações educativas numa linguagem clara e acessível à criança, família e educadores infantis, suprindo todas essas pessoas com literatura apropriada e com orientações preventivas. A garantia do direito á educação para a saúde é enfatizada pelo Brasil (1998a), quando assevera que o autocuidado em saúde depende, consideravelmente, do desenvolvimento de hábitos e atitudes que se forjam na infância e que a oportunidade de exercitar habilidades para desenvolvê-las é fundamental. É fundamental, pois, realizar, juntamente com as crianças, os cuidados corporais recomendados, entre eles: escovar os dentes, lavar as mãos antes e após as refeições, usar adequadamente o sanitário e limpar-se corretamente após o uso do mesmo, pois estes são exemplos de hábitos de autocuidado a serem desenvolvidos e valorizados desde a infância.

Incentivar, exigir e contribuir para o estabelecimento de padrões de atendimento favoráveis ao crescimento e desenvolvimento infantil saudável, ampliam, para nossas crianças, as possibilidades de usufruto de seus direitos à saúde e à cidadania, no presente e no futuro.

O mais básico de todos os papéis do enfermeiro é a restauração da saúde pelas atividades de prestação de cuidados, pois ele se envolve intimamente com o atendimento às necessidades físicas e emocionais das crianças, incluindo alimentação, higiene, sono e repouso, controle dos esfíncteres, conforto térmico, segurança e socialização. Um aspecto significativo na restauração da saúde é a avaliação e evolução contínua do estado físico. O exame físico ajuda o enfermeiro na tomada de decisão acerca do estado de saúde. Ele deve estar consciente dos achados normais para identificar e registrar os desvios, de forma eficiente, e planejar a assistência adequada. Além disso, ele não pode perder de vista as necessidades emocionais e de desenvolvimento de cada criança, as quais podem influenciar significativamente o estado de saúde das mesmas.

O uso de assepsia e as barreiras apropriadas para diminuir o risco de contaminações e infecções são primordiais no cuidado de crianças que são infectadas, com freqüência, por microorganismos, e podem apresentar doenças infecciosas, cujas manifestações mais comuns são febre, ou ainda infestações como a pediculose ou a escabiose. Também, com igual freqüência, podem ocorrer casos de diarréia e ou desidratação. As crianças de pouca idade estão, especialmente, expostas aos riscos de infecções por causa de suas elevadas atividades orais. As que usam fraldas apresentam riscos de infecções, caso os responsáveis por elas não executem a limpeza meticulosa e as técnicas de trocar as fraldas. Nestes casos, as atenções

precisam estar voltadas para a proteção e o cuidado da criança doente, para prevenir a disseminação do agravo e adquirir hábitos saudáveis. Assim, a atuação do enfermeiro integrada com as famílias e o pessoal, que cuida da criança na creche, é importante e deve ser cultivada.

Entendemos, assim, que o enfermeiro pode exercer importante papel no cuidado e educação para a saúde das crianças atendidas em creche, porque sua atuação se traduz na práxis vivida de uma profissão que, pelo cuidado, busca a adoção, manutenção e recuperação de comportamentos saudáveis do ser humano.

2.4 Biossegurança

A biossegurança constitui uma área de grande relevância, tanto para a creche, instituições e empresas públicas quanto para as de caráter privado que, de alguma forma, durante suas operacionalizações, produzem ou descarregam no meio ambiente, substâncias capazes de, por si só ou em interação com outras condições ambientais, oferecer riscos para o próprio ambiente e também para o homem que, direta ou indiretamente, as manuseia.

No cotidiano da creche, presenciamos várias ações e atitudes inadequadas, enquanto conseqüência do trabalho desenvolvido com as crianças, possibilitando a ocorrência de riscos, tanto individuais, quanto coletivos e ambientais. Segundo Dejours (1986) os riscos são determinados pela forma como o trabalho é concebido e, principalmente, como é organizado e planejado pelo homem.

Observamos, ainda, no interior da creche, que o fato das crianças estarem diariamente compartilhando um espaço coletivo facilita a transmissão de infecções, principalmente, respiratórias e intestinais. Acrescentam-se a este risco de adoecer

outros fatores como a vulnerabilidade da faixa etária de 0 a 6 anos, espaço físico inadequado, profissionais pouco qualificados e as condições de vida das crianças atendidas na creche estudada, provenientes de seguimentos sociais menos favorecidos. Para tanto, a Biossegurança foi uma das ações prioritárias que elegemos no momento da intervenção. Entendemos que a educação conscientizadora assume relevância em qualquer programa de biossegurança, por meio de estratégicas participativas e motivadoras, capazes de criar nos profissionais não só a responsabilidade social, mas principalmente, a consciência de que podem atuar de forma a preservar o meio ambiente, a melhorar a qualidade de vida e a proteger a própria vida.

Para Nogueira (1996), a inclusão da biossegurança na visão gerencial da qualidade não está restrita aos trabalhadores da área da saúde. Pode-se afirmar que faz parte de uma tendência mundial, diante de novos padrões de comportamento em relação à preservação do meio ambiente, da própria vida e das relações internas à comunidade.

Há uma preocupação específica, de nossa parte, com os trabalhadores de creche, que desempenham suas atividades, muitas vezes, sem equipamento de proteção, sem o hábito de lavar as mão e, até mesmo sem questionar acerca de sua segurança pessoal, ficando expostos aos riscos ocupacionais e expondo as crianças e suas famílias. O uso de assepsia e as barreiras apropriadas para diminuir o risco de contaminação e infecções são essenciais no cuidado de crianças pequenas, pela sua vulnerabilidade aos microrganismos.

Teixeira & Valle (1996) conceituam a biossegurança como o conjunto de ações voltadas para a prevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes às

atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços, riscos que podem comprometer a saúde do homem, dos animais, do meio ambiente ou a qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Os autores elaboraram um conceito bem amplo que não se limitou à saúde do trabalhador mas estendeu-se ao meio ambiente.

Para Hoefel & Schneider (1997p.356), biossegurança *"é o conjunto de normas e procedimentos considerados seguros e adequados à manutenção da saúde em atividades de risco em aquisição de doenças profissionais"*. Este conceito evidencia um aspecto específico da proteção profissional e reflete muito bem a preocupação com os acidentes de trabalho a que se expõem os trabalhadores e usuários, principalmente, aos riscos biológicos.

Esses riscos biológicos representam a possibilidade de contato com material biológico, como o sangue ou outro fluido orgânico, que pode veicular agentes biológicos patogênicos, causadores de danos à saúde do homem. Os agentes biológicos capazes de produzir estes danos são todos os microrganismos: vírus, bactérias, fungos, protozoários, parasitas e bacilos.

Exposição ocupacional foi definida como sendo o contato com o sangue ou outro material biológico, potencialmente infeccioso, no ambiente de trabalho. Este contato ocorre através de injúrias percutâneas (perfurações com objetos cortantes) ou mucocutâneas (respingos ou espirros em membranas, mucosas da boca, nariz e olho) e, ainda, contato direto com pele lesionada (Brevidelli, 1997; Monteiro et al. 1999).

Durante a campanha da verminose realizada na creche estudada no ano de 2002, constatou-se que 46% das crianças usuárias apresentaram ovos de Ascaris

Lumbricóides; 32% não apresentaram nenhum parasita; 12% apresentaram cistos de Giárdia Lamblia e 10% apresentaram outros parasitas.

Do pessoal que trabalhava na creche, nesse mesmo período, 50% apresentaram ovos de Ascaris Lumbricóides; 25% cistos de Giárdia Lamblia e 25% não apresentaram nenhum parasita.

Em contato constante com as fezes das crianças durante a troca de fraldas no momento da higienização e do banho, sem a utilização de equipamentos de segurança e de procedimentos adequados, os trabalhadores da creche estudada ficam expostos à contaminação pelos parasitas veiculados nas fezes das crianças usuárias.

As infecções cruzadas também são riscos ocupacionais que devem ser evitados . Muitas vezes a criança apresenta morbidades mais freqüentes na faixa etária do 0 aos 6 anos como as encontradas nas crianças da creche estudada, num levantamento realizado em 2002 quando se verificou na faixa etária de ≥ 6 meses ≤ a 2 anos uma maior incidência de gripe (54,7%) e amigdalite (21,4%). Nas crianças na faixa etária > 2 anos ≤ 4 anos, prevaleceram gripe e diarréia, com (41,6%) e (22,2%), respectivamente. Em crianças na faixa etária > 4 anos ≤ 6 anos, constatou-se que 40,9% apresentaram gripe e 22,8% amigdalite, nos permitindo ressaltar a importância do uso de técnicas assépticas e as barreiras apropriadas para diminuir riscos de contaminação e infecção no coletivo da creche. Isto coloca o cuidado e a educação para a saúde entre as dimensões essenciais na luta pela ampliação de viver o direito à saúde com a adoção, no interior da creche, de ações preventivas.

Alguns procedimentos preventivos devem ser incorporados à rotina da creche, tanto para prevenção de infecções cruzadas entre as crianças, como medidas de segurança no trabalho, em especial, lavagem das mãos antes e depois de prestar

cuidados a qualquer criança para se evitar a infecção cruzada; uso de material individual descartável, quando possível, e ter procedimentos adequados para limpeza e desinfecção dos objetos pessoais reutilizáveis; cuidado com os materiais perfuro-cortantes para prevenir ferimentos durante o seu uso; acondicionar corretamente o material usado (roupas, lixo, etc.) em saco próprio evitando o manuseio inadequado; seguir as normas de controle ambiental, como adequada rotina de limpeza diária e desinfecção dos ambientes; manter em dia a vacinação das crianças e do pessoal, uso adequado de máscaras, luvas e outros EPI (Equipamentos de Proteção Individual).

A consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil, aprovada em 1943, regulamentou as relações individuais e coletivas de trabalho. No seu capítulo V, destaca-se a segurança e medicina do trabalho, as formas de proteção à saúde do trabalhador, como a instituição de medidas preventivas e de reparos aos possíveis danos causados a essa saúde (Campanhole & Campanhole, 1996).

Com o avanço da medicina e com o processo de industrialização que trouxe no seu bojo maiores reivindicações por salários e condições de trabalho, a saúde do trabalhador foi conquistando espaço.

É incontestável a importância da Revolução Industrial (século XVIII) e segundo Bensoussan et al. (1988), o impacto na mudança da natureza e das condições de trabalho levou à multiplicação dos problemas de saúde tanto físico quanto mentais no trabalhador, à elevação dos índices de acidentes e o conseqüente aumento da taxa de mortalidade de homens, mulheres e crianças, e ao aparecimento de novas doenças ocupacionais.

Lamentavelmente, essas condições ainda se mantêm, de maneira mais ou menos idêntica, em alguns setores produtivos e não são incomuns em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Esta é uma questão complexa que envolve distintos padrões ideológicos, sociais e econômicos. De acordo com Bensoussan et al. (1988,p.3):

"Na prática observa-se que a melhoria das condições de trabalho e a adoção de medidas preventivas para o bem estar do trabalhador estão ligadas ao aumento da complexidade do processo produtivo e conseqüente aumento no nível de especialização do trabalhador, à carência de mão-de-obra e do aumento de conscientização e organização dos trabalhadores".

Na década de 70, a Organização Mundial de Saúde – OMS (1973), através de um grupo de especialistas, discute-se a necessidade de atenção especial à promoção e manutenção da saúde dos trabalhadores. Destaca-se a importância de identificar e prevenir os riscos no local de trabalho (físicos, mecânicos, biológicos, químicos e psicossociais), eliminar os riscos do ambiente de trabalho, adequando as condições, de forma a garantir segurança e proteção ao trabalhador no desempenho de suas atividades, implementar programas de educação que orientem os trabalhadores acerca da proteção e promoção de sua saúde e de estabelecer programas empresariais que visem à promoção, à prevenção e à recuperação da saúde do trabalhador.

Contudo, mudanças substanciais somente ocorrerão quando efetivamente se der o resgate do homem no processo produtivo. Neste momento, o trabalho poderá vir a ser a fonte de vida e deixará de ser luta pela sobrevivência. A atuação dos

profissionais de saúde, neste contexto, deverá, então, ultrapassar os limites tecnocráticos ligados à recuperação de trabalhadores, para sua reincorporação à produção ou à prevenção de riscos de trabalho e poderá, aí, sim enfrentar as causas geradoras do problema. Trata-se, portanto, de atuar nos motivos das condições de risco. Para tanto, não basta constatar o risco e preveni-lo, o verdadeiro desafio está em eliminá-lo, tendo como parâmetro e valor o ser humano (Bensoussan et al. 1988).

Entre os fatores responsáveis pela adaptação entre "homem x trabalho" estão a utilização de técnicas de segurança e higiene no trabalho. Vaquero Puerta & Ceña Vallejo (1996) expressam que a segurança trata da prevenção de acidentes de trabalho nos diferentes níveis da prevenção, evitando causas e fatores de riscos; da proteção, evitando as conseqüências e danos humanos, ainda que o acidente chegue a ocorrer repetidas vezes e trata também da reparação dos danos. Em relação à higiene do trabalho, colocam que consideram-na como a técnica que tem por objetivo evitar as enfermidades profissionais, aplicadas no ambiente de trabalho, evitando assim, as enfermidades profissionais nos indivíduos expostos.

Entre os fatores de riscos relacionados ao trabalho, Silva (1996) menciona os riscos físicos como procedentes das condições do ambiente, tais como calor, frio, ventilação, iluminação, ruídos, ambientes causadores de traumatismos e feridas, os mobiliários e aparelhos geradores de radiações ionizantes ou não; os riscos químicos procedentes da utilização de substâncias químicas, produtos de limpeza, esterilização e desinfecção, manipulados sem levar em conta as medidas de proteção, podendo ocasionar irritações, sensibilizações alérgicas, danos sobre diversos órgãos, más-formações congênitas, mutações e câncer; os riscos biológicos, devido à exposição aos microrganismos, agentes de infecção, manuseio de materiais contaminados entre

outros. Mesmo com a utilização das medidas de prevenção como o uso de barreiras físicas, equipamentos de proteção individual (EPI), químicas (anti-sépticos), biológicas (vacinas), ainda assim, o trabalhador corre o risco de contrair enfermidades infecciosas ou não infecciosas. Existem, também, riscos para os usuários, pelo cruzamento de infecções, e para o ambiente, pela eliminação dos mais variados tipos de resíduos, muitas vezes, sem o devido tratamento.

É necessário que se estabeleçam normas de conduta por parte de todo o pessoal que trabalha na creche, para alcançar um nível satisfatório de segurança, diante dos riscos, usuais ou esporádicos que o trabalho, num espaço coletivo, gera para o próprio trabalhador, as crianças, as famílias e o meio ambiente.

Para garantir a redução dos riscos ocupacionais para o pessoal da creche e as crianças usuárias, algumas medidas devem ser implementadas, como as precauções padrão a todos os fluidos corpóreos; o sangue; secreções e excreções, exceto suor, independente de conter ou não sangue visível, pele não íntegra e, membranas mucosas. As medidas de precaução destinam-se a reduzir o risco de transmissão de microrganismos. Essas medidas incluem, principalmente, a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), lavagem das mãos, adequada assepsia dos alimentos, materiais, objetos pessoais da criança e do ambiente.

Os EPI representam barreiras protetoras ao contato com sangue ou fluídos corpóreos (urina, fezes, escarro, entre outros). São considerados básicos para proteção dos profissionais, para limpeza e desinfecção das unidades, transporte de lixo e roupa usada e no cuidado com o usuário, que segundo Garner (1996) deve usar luvas, máscaras, óculos protetores e avental.

As luvas são indicadas sempre que houver contato com sangue, e outros fluidos corpóreos, membranas mucosas ou pele não íntegra; para manuseio de materiais ou superfícies sólidas com sangue ou fluidos corpóreos.

As luvas devem ser trocadas quando contaminadas e, tão logo seja possível, se elas forem rasgadas ou perfuradas. Segundo Bolyard & Bell (1997) o uso de luvas não oferece proteção absoluta contra o contato com o sangue quando contaminado. Mas, com outras medidas, como lavagem das mãos após a remoção de luvas, elas reduzem a freqüência de contato do sangue com as mãos.

As mãos e outras superfícies da pele devem ser lavadas imediatamente e completamente, se contaminadas com sangue ou outros fluidos corpóreos. As mãos devem ser lavadas antes de calçar as luvas, imediatamente após a sua remoção e, antes e após a realização de qualquer procedimento. A lavagem das mãos com sabão, além de produzir uma limpeza eficiente, remove a sua microbiota transitória (Bolyard & Bell, 1997).

Os aventais ou uniformes devem ser usados durante a realização de procedimentos que apresentam a possibilidade de contato com material biológico.

Máscaras e óculos de proteção devem ser utilizados na execução de procedimentos nos quais há a possibilidade de contaminação através da fala, ar, tosse e espirros de pessoas com doenças infecto-contagiosas, possibilidades de respingos de sangue e outros fluidos corpóreos das mucosas da boca, nariz e olho.

Apesar de estarem bem estabelecidas às medidas de precauções padrão, estudiosos revelam que grande parte dos trabalhadores desconhecem essas medidas de segurança e aqueles que a conhecem apresentam resistência em aderir a elas.

A educação é uma forma potencial para implementar estratégias de prevenção que contemplem o aumento de conhecimentos, a alteração de percepções e, sobretudo, a mudança de práticas.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 17º

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

METODOLOGIA

Direito ao Respeito

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

3.1. Tipo de pesquisa

Nesta investigação , desenvolvemos uma pesquisa – ação, devido as suas características peculiares, pois que essa permite levantarmos os problemas através do estudo exploratório , bem como, trabalhar ações educativas e de intervenção através dos dados levantados, ajustando-os adequadamente, com os pressupostos deste intento. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem humanista e tem em sua análise um cunho qualiquantitativo, cujas falas são apresentadas por categorização. Ocorreu durante a investigação uma interação efetiva do pesquisador com os pesquisados e vice-versa, na busca da identificação das condições dificultadoras e facilitadoras na relação creche-familia, procurando trabalhar e compreender as situações que dificultam essa relação no cotidiano da creche. Em seguida desenvolvemos um conjunto de ações e intervenções educativas para a resolução da situação problematizadora. Para tanto, o modelo pedagógico utilizado foi o da educação conscientizadora, tendo como referencial teórico metodológico, Paulo Freire, sustentado pela metodologia participativa.

Nesta pesquisa, utilizamos pois, a pesquisa-ação, que é um tipo de pesquisa social e educacional com base empírica que é concebida em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1988). Esse referencia ainda, que a pesquisa-ação tem, em sua proposta principal, dado aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder, com maior eficiência, aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora.

Através da pesquisa - ação ocorre à busca com mais facilidade aos problemas reais para os quais os procedimentos convencionais têm pouco contribuído. Para tanto, os procedimentos a serem escolhidos devem obedecer a prioridades estabelecidas a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez (Thiollent, 1988).

Barbier (1985) aponta na pesquisa – ação uma alternativa que continua inspirando boa parte dos psicossociólogos do mundo inteiro, e nos revela que kurt Lewin (1980 – 1947), criador da Action Research (pesquisa – ação) ao tratar do assunto dizia:

> *"Quando falamos de pesquisa, estamos pensando em pesquisa-ação, isto é, uma ação em nível realista, sempre acompanhada de uma reflexão autocrítica objetiva e de uma avaliação dos resultados. Não queremos ação sem pesquisa, nem pesquisa sem ação"* (Barbier, 1985, p. 38).

A pesquisa ação é do tipo participativo, sendo imprescindível o envolvimento e a participação das pessoas implicadas no estudo. O equacionamento dos problemas encontrados, fundamenta-se no envolvimento ativo e integral do pesquisador, através do acompanhamento e avaliação das ações, nos problemas encontrados. Thiollent (1988, p.15) considera que pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação:

> *"Com ela é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas. Parte da informação gerada é divulgada, sob forma e por meios apropriados, no seio da população. Outra parte da informação, cotejada com resultados de pesquisas anteriores, é estruturada em conhecimentos".*

A pesquisa-ação agrega vários métodos ou técnicas de pesquisas sociais e educativas, com as quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa, ao nível da capacitação de informação (Thiollent, 1988). Salienta que, ao elaborar uma investigação utilizando a pesquisa-ação, não se segue uma série de fases, rigidamente ordenadas, mas deve-se seguir uma ordem seqüencial no tempo. É necessário fixar o ponto de partida, denominado "divulgação dos resultados", por se saber que, no intervalo, haverá uma multiplicidade de caminhos a serem escolhidos em função das circunstâncias encontradas.

Na pesquisa-ação, o pesquisador tem maior facilidade de se envolver numa prática participativa com os pesquisandos, onde existe a articulação do conhecer e do agir. E, paralelamente ao agir, existe o fazer que corresponde a uma ação transformadora da situação.

Teoricamente, na concepção de pesquisa, bem como de sua organização, convergem idéias preconizadas pelos defensores das pesquisas experimentais, onde o pensamento principal se configura no delineamento do problema, variáveis, hipóteses e outros, previamente elaborados dentro de um plano, seguindo uma lógica formal. Paralelamente a essa idéia, tem-se a visão de comprovação de dados e, consequentemente, a premonição de acontecimentos para eventos semelhantes no futuro. Contrariamente a tal pensamento, a pesquisa-ação busca descrever e compreender a realidade como ela é, bem como planejar ações que, conjuntamente discutidas, convergem para a resolução de problemas dessa mesma realidade.

Nos problemas envolvendo a relação creche-cuidador familiar, é possível optar pela pesquisa-ação, levando-se em consideração a abordagem quantitativa, para caracterizar os sujeitos envolvidos nessa relação e na apresentação dos aspectos consensuais e a abordagem qualitativa que possibilita melhor compreensão e interpretação dos fatores dificultadores dessa relação e da realidade vivenciada pelas pessoas envolvidas no processo, buscando assim, o desenvolvimento de ações verdadeiramente concretas, a partir da interação, para o diagnóstico situacional da realidade, planejamento e execução de atividades, avaliação e intervenções voltadas para essa mesma realidade. Neste contexto, as situações dificultadoras, levantadas no relacionamento creche-cuidador familiar podem ser trabalhadas e transformadas em situações facilitadoras.

Nesse sentido, Thiollent (1988) nos confirma melhores perspectivas, quando nos revela que a resolução efetiva dos problemas da nossa comunidade, somente pode ser levada adiante com a participação dos seus membros. Assim,

mesmo que as soluções não sejam aplicáveis no momento, poderão ser aproveitadas para o provimento de sensibilização e de tomada de consciência.

> *"Nessa perspectiva, consideramos que a metodologia da pesquisa-ação constitui um modo de pesquisa, uma forma de raciocínio e um tipo de intervenção que são adequados para produzir e difundir conhecimentos intermediários relacionados com os problemas concretos encontrados nas várias áreas consideradas. No entrosamento do conhecimento e da ação pretende-se reduzir ao mínimo a distância existente entre a obtenção de conhecimento e a formulação de planos de ação. Assim, seria possível reduzir os usos simbólicos,* ***freqüentemente parasitários ou ostentativos****, que existem na esfera de conhecimento convencional. Trata-se de aumentar o uso efetivo do conhecimento na configuração de determinadas ações transformadoras" (Thiollent,1988, p.102-3).*

A nossa opção pelo desenvolvimento da pesquisa-ação está voltada para auxiliar o pessoal que trabalha na creche e as famílias das crianças atendidas, na superação dos atritos que envolvem a relação de ambos. A creche como espaço sócio - educacional é responsável, juntamente com a família, pelo desenvolvimento de todas as potencialidades da criança. Abrir a creche para maior participação da família é reconhecer que o trabalho conjunto é imprescindível para a qualidade da educação de nossas crianças, com vistas a formar o futuro cidadão, incluído em uma vida de cidadania plena. Para tanto, na superação da relação opressor-oprimido, elegemos o referencial teórico de Paulo Freire, pois assim o pessoal da creche e a

família poderão ampliar sua consciência da situação vivenciada, sua capacidade de optar e se relacionar com o mundo em que vivem. Dessa forma, é necessário o desenvolvimento de atividades educacionais que permitam a conscientização da situação atual, tendo em vista a ação transformadora dessa realidade.

O desenvolvimento dessa pesquisa-ação está voltado à educação conscientizadora, tendo em vista a problematizarão contextual, propiciando o desenvolvimento do ser humano como um todo e tornando-o agente de sua própria transformação. Assim, Freire (1993) elimina de sua pedagogia a concepção tradicional da educação, que são métodos centrados na autoridade do educador, que detém o saber. O mesmo propõe uma educação conscientizadora que é parte da experiência e da percepção do educando.

Ao se procurar conhecer um pouco sobre a obra de Paulo Freire, pode-se conceber que o mesmo desenvolveu a educação conscientizadora baseado no seu trabalho, na sua experiência e na vontade de buscar e encontrar formas de transformar a realidade na prática do dia- a- dia. Assim, o que se pode conceber não é tão somente sua intrínseca relação com a realidade mas, principalmente, o seu poder de transformação.

Weffort (1994) revela que as idéias de Paulo Freire nascem como uma das expressões da emergência política das classes populares e, ao mesmo tempo, conduzem a uma reflexão e a uma prática dirigidas sobre o movimento popular. A visão da liberdade tem nessa pedagogia uma posição de relevo. Atribui a efetividade e eficácia na prática educativa, na medida da participação livre e crítica dos educandos, que é essencial para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola” autoritária por estrutura e tradição. Assim, fica

aparente a figura do "educador" como membro participante do círculo, como facilitador da aprendizagem.

Mizukami (1996), ao abordar a pedagogia conscientizadora de Paulo Freire, ressalta que o autor, na sua visão pedagógica, coloca o homem sujeito da educação e considera a indissociabilidade entre o homem e o mundo. Entretanto, apesar da ênfase dada ao sujeito, a tendência interacionista fica evidenciada quando a interação homem-mundo, sujeito-objeto se torna imprescindível para o desenvolvimento do próprio ser humano, tornando-o sujeito de sua práxis. Se o homem é sujeito de sua própria educação, toda ação educativa deverá promover o próprio indivíduo e não, ser instrumento de ajuste deste à sociedade. Assim, "*o homem é um ser situado no e com o mundo. É um ser da práxis, compreendida por Freire como ação e reflexão dos homens sobre o mundo, com objetivo de transformá-lo"* (Mizukami, 1996, p.86).

Assim, é necessário que o homem não apenas conheça sua realidade, mas também a compreenda, de sorte que sua consciência lhe permita discernir: onde, quando, porque, para que, para quem, por quem. É necessário trabalhar "com" e "para" o homem no sentido de torná-lo sensível não apenas para fazer parte de sua realidade, mas para tornar seu conhecimento objeto consciente e crítico de ações transformadoras, de mudanças, de discernimentos, de movimentos sóciopolíticos, econômicos e culturais acessíveis a todos.

Nesse sentido, Freire (1994) enfatiza que no ato de discernir, o homem descobre, na raiz, que existe e não só vive. Assim, é evidenciada a descoberta de sua temporalidade, exatamente quando varando o tempo e, de certa forma então unidimensional, atinge o ontem, reconhece o hoje e descobre o amanhã.

Dessa forma, o homem inserido numa determinada realidade poderá exercer sua ação transformadora, valendo-se de recursos extraídos dessa mesma realidade através da problematização.

> *"E problematizar é propor a situação como problema. A problemátização nasce da consciência que os homens adquirem de si mesmos que sabem pouco a seu próprio respeito. Esse pouco saber faz com que os homens se transformem e se ponham a si mesmos como problemas" (Jorge apud Mendes, 1993, p. 43).*

Esta proposta baseia-se, portanto, no levantamento das dificuldades, fluindo daí questionamentos abertos, permitindo ao pesquisando/ educando, ser agente ativo e pensante, crítico e reflexivo, sujeito a mudanças e transformações, o que é de grande importância para alterar as condições detectadas como dificultadoras na relação creche-família integrando-as às facilitadoras.

Freire (1993), redimensionando as questões da educação conscientizadora, elimina de sua pedagogia, a concepção tradicional da educação, que são os métodos centrados na autoridade do educador, que detém o saber, propondo assim, em sua visão uma educação que desperte a conscientização e a liberdade, enquanto parte da experiência e da percepção do educando.

Sendo, assim, a pedagogia conscientizadora ou da problematização parte da base que, em um mundo de rápidas mudanças, o importante não são só os conhecimentos ou idéias, nem os comportamentos adequados e fáceis que se esperam, mas sim, o aumento da capacidade do educando, participante e agente da

transformação sócio-educacional na detecção de problemas reais e busca de soluções originais e criativas (Bordenave & Pereira, 1994).

Para Freire (1993) se pretendemos a libertação dos homens não devemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, vazia, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. A razão de ser da educação libertadora está no seu impulso inicial conciliador. Tal forma de educação implica a superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos.

A cada dia, acreditamos mais na educação conscientizadora como o melhor caminho para a verdadeira construção do conhecimento e possuidora de vantagens relevantes, tal como: o pesquisando/educando usa a realidade para aprender com ela, ao mesmo tempo em que se prepara para transformá-la, tendo em vista as soluções que o grupo encontra ou encontrou, como sendo as mais viáveis e aplicáveis à solução do problema. Portanto, acreditamos que a aplicação desta pedagogia é de fundamental importância para o desenvolvimento de ações que possibilitem um melhor relacionamento creche-cuidador familiar, pois suas bases se firmam no diálogo aberto, na linguagem simples, concisa e acessível, permitindo conhecimentos e habilidades adequados para a mudança de comportamento, quebrando tabus, a repressão e a ignorância.

Sendo assim, desenvolvemos a presente pesquisa em dois momentos:

1º Momento: Caracterização da creche e dos sujeitos (funcionários e família)

Levantamento dos problemas (Problematização).

2º Momento: Ações e intervenções educativas (planejamento, execução e avaliação).

3.2. Local da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada em uma creche comunitária do município de Passos/M.G.. Essa creche é uma entidade civil de caráter filantrópico e administração particular. Recebe recursos de um clube de serviços (Rotary Club de Passos),da Prefeitura Municipal e doações. Ainda recebe recursos da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social. Está localizada na região central da cidade. A capacidade de atendimento é de 100 crianças de ambos os sexos, com idade de 6 meses a 6 anos e 11 meses, filhos de mães que trabalham fora de casa. Essas crianças permanecem de segunda a sexta-feira na creche, das 7h às 17 h. Tem 12 funcionários e uma expectativa de atendimento de aproximadamente 77 famílias.

A cidade de Passos possui, atualmente, 13 creches comunitárias. A escolha dessa creche para o desenvolvimento desta pesquisa se deu pelo interesse demonstrado pelos seus dirigentes que nos procuraram, solicitando ajuda para tentar amenizar os constantes atritos no relacionamento com as famílias das crianças atendidas. Pelo fato, também, de ministrarmos cursos de treinamento para o pessoal de creches por mais de 2 anos e de trabalharmos, durante onze anos, em estágios com alunos da graduação em Enfermagem, nesses locais. Ainda, pelo fato de sermos Rotariana, e esse clube de serviços ser um dos mantenedores da creche, houve um maior apoio de seus dirigentes e participação integrativa com os sujeitos desta pesquisa.

Segundo Thiollent (1988), a interação prévia entre pesquisador e pesquisando é necessária para a realização da pesquisa-ação, pois favorece aproximação entre ambos, garantindo êxito na construção individual e conjunta, no processo interativo pesquisador e pesquisando.

O Município de Passos tem como sustentação econômica uma usina de açúcar, atividades agropecuárias, comerciais e industriais, pequenas e médias indústrias de confecções.

3.3 Sujeitos da pesquisa

- **Critérios de seleção:** os sujeitos estudados foram compostos de 71 cuidadores familiares (dos 77) que aceitaram fazer parte da pesquisa. Todas as 12 mulheres trabalhadoras da creche, em 2002, aceitaram participar da pesquisa.

Os cuidadores familiares participantes deste estudo são constituídos por mães, pais e avós da criança usuária. As mulheres trabalhadoras da creche são: coordenadora, professoras, auxiliares de creche, cozinheira, auxiliar de cozinha, lavadeira/passadeira e servente.

As professoras trabalham com crianças de 5 a 6 anos. As auxiliares de creche trabalham diretamente com a criança e desenvolvem atividades relativas ao aspecto físico(higiene, alimentação, saúde etc.) e atividades de recreação e repouso.

O termo auxiliar de creche aqui adotado para designar o pessoal que trabalha diretamente com a criança, teve como referência o documento do Ministério da Saúde de 1988 sobre as Normas para Instalação e Funcionamento de Creches. A LDB preconiza o termo Educador Infantil para o pessoal que trabalha na creche na função de cuidar e educar crianças pequenas. Entretanto, a falta de formação

profissional do pessoal que cuida diretamente das crianças na creche estudada, nos levou a adotar o termo auxiliar de creche que, em outros estudos, aparece como monitora, pajem e auxiliar de creche.

3.4. Técnicas e instrumentos

Trabalhamos as técnicas da observação (para melhor conhecimento da realidade) e da entrevista individual, oral, face a face, sistematizada, utilizando-se de dois formulários, com questões semi-estruturadas.

Antes de ser aplicado na creche estudada, o instrumento foi testado e avaliado para verificar a clareza, a compreensão e o ordenamento das questões.

O Plano Piloto foi aplicado em uma outra creche comunitária de Passos. Foram entrevistadas 7 pessoas que trabalhavam na creche São Francisco de Assis e 10% do total de mães ou responsáveis (12) pelas crianças usuárias. Os resultados contribuíram para melhoria e alteração de algumas questões.

Após a reformulação do instrumento, os formulários foram aplicados na Creche Comunitária Nossa Senhora da Penha, também na cidade de Passos. Foram entrevistadas 4 pessoas que trabalhavam nesta creche e 6 mães ou responsáveis pela criança usuária.

Ao ser testado e validado em plano piloto, o instrumento definitivo foi aplicado aos trabalhadores da creche estudada (Anexo A) e ao cuidador familiar das crianças atendidas (Anexo B), que constituem a população desta pesquisa.

3.5. Coleta dos dados

- Inicialmente, a direção da creche pesquisada foi consultada sobre a viabilidade da realização deste estudo.

Em reunião com a diretoria, discorremos sobre os objetivos, a importância e o motivo da realização desta pesquisa. Foi lavrada uma ata, emitindo parecer favorável para que a mesma se realizasse.

- Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, foi encaminhada uma solicitação de parecer ao Comitê de Ética de Pesquisa da EERP-USP, para apreciação da realização deste projeto de pesquisa que está vinculado ao programa de pós-graduação da Área de Enfermagem Psiquiátrica, nível doutorado, do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas.
- Após a emissão dos pareceres, os sujeitos da pesquisa foram informados sobre a importância da realização deste projeto, levando-se em consideração os aspectos éticos e o rigor científico. Foi firmado o termo de consentimento, caso houvesse concordância na participação (Anexo C).
- Os dados foram coletados de agosto a outubro de 2002, pela pesquisadora, com o auxílio de 5 acadêmicos de enfermagem, previamente preparados ou treinados. A coleta foi realizada, diariamente, de segunda à sexta-feira, nos períodos da manhã e da tarde, sempre respeitando os horários propostos pela diretoria e familiar responsável pela criança. Todas as 12 mulheres trabalhadoras dessa creche concordaram em participar da pesquisa e 71 dos cuidadores familiares.
- Os funcionários e familiares que concordaram em participar desta pesquisa, responderam ao formulário efetivando a caracterização dos sujeitos e levantando as situações favoráveis e as desfavoráveis do relacionamento creche-cuidador

familiar, em entrevista semi-estruturada. Foi feito ainda, o levantamento das sugestões para a melhora desse relacionamento.

3.6. Procedimentos para análise dos dados

A análise dos dados foi feita de forma quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa, para caracterização detalhada da população (funcionários e família). Para intervir junto a uma população, é necessário se ter sobre ela um conhecimento extenso e, para tanto, o formulário aplicado nos funcionários contém informações sobre o seguinte: dados pessoais (sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, número de filhos, filhos matriculados na creche) e aspectos relativos à situação funcional (Anexo A).

A caracterização da famílias foi feita através de dados obtidos com o uso de outro formulário (Anexo B), constituído do seguinte: dados pessoais (nome, idade, local de trabalho, profissão, nível de escolaridade, estado civil, endereço, número de filhos); situação sócio-econômica da família e vínculo familiar com a creche (número de filhos matriculados na creche, tempo de matrícula do filho, tempo de ligação com a creche, motivo da procura da vaga, cuidados com a criança na creche, relacionamento familiar, participação nas atividades e gestão da creche).

Os dados foram analisados de forma qualitativa. A análise qualitativa foi feita através das falas dos funcionários e das famílias sobre o relacionamento creche-família: situações favoráveis, situações desfavoráveis e sugestões. As falas foram analisadas e categorizadas.

A opção pela integração dos dados qualitativos e quantitativos, dentro da pesquisa-ação, se deve ao fato de que eles se complementam, representando palavras

e números, as duas linguagens fundamentais da comunicação humana. Além disto, as pesquisas qualiquantitativas apresentam maneiras alternativas de se ver e interpretar o mundo (Polit & Hungler, 1995).

Para a análise dos dados, utilizamos os pressupostos da análise temática, conforme preconiza Freire (1994). Esta pesquisa é dotada e fundamentada na pedagogia de alfabetização que, para o autor, é antes de mais nada, aprender a ler o mundo e compreender o seu contexto**.** Com isso, a partir dos educandos, é possível criar oportunidades para que os mesmos possam desenvolver e aperfeiçoar sua capacidade de compreender o mundo em que vivem.

Triviños (1987) coloca que, embora a quantificação dos fatos se apóie no positivismo e no empirismo, as posições qualitativas se baseiam em abordagens mais amplas que permitem analisar as percepções do sujeito pesquisado à luz do esclarecimento, do tratamento, da interpretação, da descrição, do estudo qualitativo da realidade estudada, tanto ao nível de análises por conteúdo ou por categorização.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza, segundo Minayo (1996), referindo que enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

A pesquisa qualitativa é explicitada por Bogdan, em Triviños (1987), como um tipo de pesquisa que tem as seguintes características: o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador, como instrumento-chave; os dados

são predominantemente descritivos; o significado, que as pessoas dão às coisas ou à vida, são focos de atenção especial, pelo pesquisador; há sempre uma preocupação de captar como os sujeitos encaram as questões que estão sendo focalizadas.

Minayo (1996) refere que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Nas ciências sociais, ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Bueno (1997-1998) enfatiza que a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador, como seu principal instrumento. Os dados são predominantemente descritivos, incluídas entrevistas, para esclarecer afirmações e percepções; o significado que as pessoas dão às coisas ou a sua vida, são focos de atenção pelo pesquisador. Há sempre uma preocupação de captar como os sujeitos encaram as questões que estão sendo focalizados. Já os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparáveis ente si, os métodos qualitativos, entretanto, enfatizam as especificidades de um fenômeno, em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Por outro lado, a pesquisa-ação pode ser de cunho qualiquantitativo e, segundo Bueno (1997-1998), com enfoques subjetivo - compreensivos, privilegiando os aspectos consensuais como percepção, processo de conscientização de compreensão do contexto social, o que é de grande relevância na busca de alternativas para trabalharmos as questões do relacionamento humano no contexto da creche.

Portanto, consideramos que, através da pesquisa qualiquantitativa, aqui escolhida, para analisarmos as falas dos sujeitos, foi possível compreender o significado das mesmas, o que favoreceu a compreensão da realidade vivenciada por eles, e facilitou o desenvolvimento de ações educativas que revertam na melhoria da interação entre creche-cuidador familiar permitindo, assim, maior qualidade no atendimento à criança.

Para efetivação das intervenções educativas, utilizamos o método Paulo Freire, que é um método ativo, dialogal e crítico, permitindo conhecer como os pesquisandos pensam a realidade, o que pensam sobre ela, de modo que, ao tomar consciência, sejam criadores de cultura, construindo assim, uma educação transformadora em que o elemento norteador é o diálogo do pesquisador/pesquisando, numa relação horizontal, permitindo o crescimento pessoal dos indivíduos que participam dessa interação (Bueno, 1997-1998).

Gadotti (1991l) nos lembra que, na concepção de Paulo Freire, o diálogo é uma relação horizontal. Portanto nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança. Assim, o modelo da educação conscientizadora de Freire, utilizado neste estudo, evidencia sua significativa e imprescindível importância, quando compreendemos que é pelo próprio homem que se chega à transformação da realidade, num momento em que o homem também se transforma simultaneamente, deixando de ser objeto, para se tornar sujeito do processo. Com isso, ao se conscientizar de sua situação, o homem desvencilha-se de suas concepções ingênuas ou mágicas, passando a uma concepção crítica e, conseqüentemente, a compreender o mundo e sua realidade.

Acreditamos ser a educação conscientizadora o melhor caminho para tratar as questões dificultadoras no relacionamento creche-cuidador familiar. Ela permite uma mudança de comportamento através da reflexão e discussão dos indivíduos envolvidos, principalmente porque o método de Paulo Freire nos alenta para o descobrir, para o experimentar e para o despertar de uma situação aparentemente inatingível aos olhos das pessoas. Possibilita ainda, que através da ação reflexiva as pessoas possam acreditar que dias melhores virão, pois de uma visão tolhida e distorcida, poderão emergir a sensibilização e o desvelamento necessários para a resolução dos problemas de sua própria realidade, desprovida de preconceitos e fantasias que, infelizmente, impedem, o relacionamento interpessoal e satisfatório no interior da creche.

Para o desenvolvimento prático do método de Paulo Freire, poderemos proceder, segundo Bueno (1997-1998), da seguinte forma:

A) Levantamento do universo temático[2]

Refere-se à descrição e à interpretação da situação do(s) pesquisando(s)/educando(s) e à identificação de suas necessidades de aprendizagem, de seus conhecimentos prévios e de habilidades . A organização da análise do universo temático segue as seguintes fases:

[2] *Universo Temático: É o conjunto de temas geradores, onde a investigação deste universo implica numa metodologia dialogada e conscientizadora (Freire, 1994).*

1- Levantamento dos temas geradores

Esta fase, segundo Freire (1994), culmina com a busca de resultados muito ricos para os educadores/pesquisadores, não só pelas relações que travamos, mas pela busca da temática do pensamento dos homens, pensamento este, que se encontra somente no seu meio. Visa a buscar, portanto, temas significativos com os participantes deste processo. Esta procura é o ponto de partida do processo de educação do tipo libertador. Como refere Freire (1980), o tema gerador é o pensamento do Homem sobre a realidade, e sua ação sobre a ação para esta realidade que está em sua práxis. O método de Paulo Freire busca investigar palavras significativas e geradoras que, decompostas silabicamente, propiciam, pela combinação, a formação de novas fontes geradoras, quando da alfabetização. A utilização de palavras e temas geradores, relacionados à vida e/ou contexto do educando, propicia o enriquecimento das discussões e, conseqüentemente, a problematização de situações reais e significativas, motivando-o a absorver a aprendizagem, de forma não mecanizada mas, sim, tendo a oportunidade de compreender os significados e a própria alfabetização. Para Freire (1980), um dos princípios essenciais da organização dos círculos de cultura-unidade de ensino que substitui a escola tradicional é a concepção de liberdade, que significa a matriz que dá sentido a uma educação que não pode ser efetiva e eficaz, senão na medida em que os educandos nela tomem parte de maneira livre e crítica.

2 – Organização do material da coleta de dados

Aqui, o conteúdo que se registra é o resultado da emissão dos significados e do pensamento dos pesquisandos/educandos, captados pela observação participante

e/ou aplicação de um instrumento (formulário), possibilitando a interpretação e seleção dos assuntos centrais. Após, processa-se a leitura detalhada de todas as observações e respostas emitidas pelos sujeitos pesquisados. É nesta fase que se faz um recorte do texto, selecionando frases ou palavras repetidas com mais freqüência ou colocadas, com mais ênfase, pelos sujeitos participantes do estudo e que sejam passíveis de serem trabalhadas na atividade educativa. Aqui, é possível juntar o pensamento para depois reunir os pesquisandos/educandos com elementos em comum.

3 - Seleção e codificação de palavras e frases registradas/emitidas

São selecionadas, em ordem definida, algumas palavras e/ou frases que possam ser agrupadas pela riqueza temática, codificando-se os temas geradores.

4 - Síntese das palavras e frases selecionadas

Selecionados e codificados os temas geradores, agrupam-se todas as palavras e frases relacionadas ao tema gerador, reunindo grandes temas.

5 - Ordem dos temas geradores

Ordenam-se os temas geradores, pedagogicamente, numa seqüência lógica, no planejamento e execução das atividades educativas estabelecidas.

A análise dos dados se faz, portanto, de forma qualiquantitativa e por categorização, favorecendo assim, uma melhor compreensão e interpretação das falas dos sujeitos pesquisados. Procura-se, proceder à leitura detalhada das respostas emitidas pelos sujeitos quando são feitos recortes no texto, selecionando palavras e frases que foram repetidas com mais freqüência ou colocadas com ênfase pelos

sujeitos pesquisados. As palavras e frases, que se relacionam entre si ou que possuem características ou aspectos em comum, são agrupadas pela sua riqueza temática, estabelecendo-se categorias. A seguir, agrupam-se as palavras e frases relacionadas a estas categorias, procedendo-se à análise e interpretação dos achados, os quais norteiam o desenvolvimento das intervenções educativas, na tentativa de resolução e/ou esclarecimento de problemas identificados nas falas dos sujeitos pesquisados.

2º MOMENTO: Intervenção educativa (planejamento, execução e avaliação das ações educativas)

B – Desenvolvimento das atividades educativas na pesquisa–ação

Para se desenvolverem as atividades educativas na Pesquisa-ação, pressupõe construir:

1- Planos de ensino relativos aos temas geradores

Elabora-se o planejamento de ensino, considerando-se cada tema gerador levantado;

2- Desenvolvimento da educação conscientizadora

Implementa-se o plano de ensino, iniciando-se com situações/problema codificados para, a seguir, serem decodificadas[3] pelos sujeitos pesquisandos e pesquisadores. O debate em torno delas proporcionará ao grupo a conscientização.

[3] Decodificação é a análise crítica da situação existencial codificada, feita pelo educandos e educadores, levando os educandos à conscientização à medida que alfabetiza (BUENO, 1997-1998, p.86)

Para isso, Bueno (1997-1998, p.86) ressalta:

"O ideal é conhecer ou inserir-se no grupo a pesquisar e no contexto de investigação pois que a interação prévia, favorece aproximação. O próprio projeto de investigação, a pesquisa-ação, pressupõe uma relação de participação entre pesquisando e pesquisador. Juntos refletem e procuram elucidar os problemas. As manifestações verbais e a participação ativa dos sujeitos refletem a eficácia das ações educativas implementadas"

3- Avaliação do processo

A abordagem adequada das ações propostas e implementadas é evidenciada no discurso que passa a ser utilizado em freqüência pelo pesquisando/educando, com compreensão do seu significado, com adoção de termos adequados. O final deve ser avaliado de forma aberta, verbal e participativa.

Enfim, dada a importância da creche no mundo moderno, em que as mulheres cada vez mais se projetam no mercado de trabalho, certamente se faz necessário que se quebrem os preconceitos, pois as famílias, muitas vezes, são vistas como "reclamadeiras", "difíceis de lidar", "exigentes" e, assim são impedidas de participar das atividades desenvolvidas pela creche. Entretanto, esse modelo deve ser revisto e as famílias devem ter espaço para participar do planejamento, da gestão e da avaliação do trabalho com a criança. Deve ser vista como um somatório no trabalho educativo com as crianças e capaz de apresentar questões norteadoras que auxiliem o desenvolvimento de ações transformadoras e que possibilitem uma melhor interação família-creche com um atendimento de qualidade à criança, com o envolvimento do educador, da família e da própria criança.

Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 16º

V - Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação:

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CAPÍTULO IV

RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização da creche

Para melhor compreensão das condições da creche, são descritos os seguintes aspectos da instituição: natureza e fontes de recursos, capacidade de atendimento, localização e espaço físico.

4.1.1 Natureza da creche e fontes de recursos

O estudo da natureza da creche ajuda a situá-la no tempo, esclarecendo questões de como surgiu, quais são seus objetivos, fontes de recursos e sua estrutura administrativa.

A creche em estudo foi fundada em 1967. É de caráter filantrópico e particular. Surgiu da solicitação de associações de bairros e da vontade dos sócios do Rotary Club da cidade em estudo.

De acordo com o seu Estatuto, a creche não tem fins lucrativos e aplica integralmente seus recursos, tais como: contribuições; doações; rendas advindas de campanhas ou de outras iniciativas, além de subvenções que lhes são destinadas pelos poderes público municipal, estadual e federal, ou ainda através de convênios

firmados com pessoas jurídicas de direito público ou privado, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

A maioria das creches existentes na cidade foram fundadas na década de 80, isto é, 6 iniciaram suas atividades nessa década e 2 foram fundadas no final da década de 60. Entretanto, apesar da constante procura por vagas e da lista de espera que as creches possuem, o que será discutido posteriormente, somente na década de 90 é que foram fundadas mais 5 creches, sendo essas de origem religiosa.

Por outro lado, ao buscar dados da literatura, para melhor compreensão desta situação, depreendemos que o ingresso de mulheres no mercado de trabalho, acentuou a partir dos anos 70, devido às necessidades econômicas das famílias brasileiras, pela deterioração dos salários dos trabalhadores, o que obrigou o contingente feminino a buscar, fora do lar, uma complementação para a renda familiar. Na cidade em foco, a maior procura por creche, ocorreu justamente, na década de 70, e mais intensamente, na década de 80, confirmando a tendência histórica do aumento de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, nestes períodos.

Bruschini (1994) relata que, não só as mulheres pobres entraram no mercado a partir dos anos 70, mas também as mais instruídas das camadas médias. E este novo comportamento feminino é explicado tanto para ajudar no orçamento doméstico quanto pelas expectativas de consumo, face à proliferação de novos produtos e a grande promoção que deles se fez, nos anos 70, redefinindo o conceito de necessidade econômica não só para as famílias das camadas médias, mas também para as de renda mais baixa, entre as quais, embora a sobrevivência seja a questão crucial, passa a haver também um anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo.

O Sindicato dos Trabalhadores de Confecções e Estamparias da cidade, no seu levantamento realizado em 2002, menciona que a cidade possui 90 indústrias de confecções e, aproximadamente, 90% dos trabalhadores dessas confecções são do sexo feminino. Apesar do grande número de mulheres trabalhando nessas confecções, os seus proprietários não mantêm creche ou outro tipo de atendimento aos filhos de seus funcionários. As creches continuam sendo fundadas por iniciativas de instituições religiosas ou leigas, de caráter filantrópico e particular, sem participação das empresas privadas e públicas, que dessa forma, não atendem os direitos sociais adquiridos por trabalhadores, homens e mulheres, rurais e urbanos, no que se refere às creches e pré-escolas nos locais de trabalho.

A partir de 1943, o Estado através da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT – dispõe sobre alguns pontos de atendimento aos filhos das trabalhadoras em empresas, conforme determina o seu artigo 389, § 1º:

"Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardarem sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação" (Campanhole & Campanhole, 1996, p.30).

Entretanto, as mudança ocorridas na CLT com o Decreto Lei Nº 229 de 28-02 - 1967, coloca que a exigência do § 1º do Artigo 389 *"Poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC ou de entidades sindicais"* (Campanhole & Campanhole, 1996, p.51).

Desta forma, o Estado abre espaço para que outras entidades, que não à própria empresa, realizem a obrigatoriedade por creches através do estabelecimento de convênios.

Porém, considerando as negociações trabalhistas que têm preconizado a concessão de Reembolso–Creche, o Ministro de Estado do Trabalho pela portaria nº 3.296, de 03-09-1986, resolve:

Art. 1º: "Ficam as empresas e empregadores autorizados a adotar o sistema de reembolso-creche, em substituição à exigência contida no § 1º, do Art. 389, da CLT, desde que obedeçam as seguintes exigências:

I – O reembolso-creche deverá cobrir, integralmente as despesas efetuadas com o pagamento da creche de livre escolha da empregada-mãe, pelo menos até os 6 meses de idade da criança;

II - O benefício deverá ser concedido a toda empregada-mãe, independente do número de mulheres do estabelecimento, e sem prejuízo do cumprimento dos demais preceitos de proteção à maternidade.

III – As empresas e empregadoras deverão dar ciência às empregadas da existência do sistema e dos procedimentos necessários para a utilização do benefício, com a afixação de avisos em locais visíveis e de fácil acesso para os empregados" (Campanhole & Campanhole, 1996, p.52).

Partindo destes referenciais, pode se observar que a empregada-mãe tem autonomia para buscar a creche que desejar. Porém, essa livre escolha não é possível, na maioria das vezes, por falta de vagas. O benefício que deveria ser concedido a toda empregada-mãe, também não acontece, e essas empregadas muitas vezes,

desconhecem a existência do mesmo, ficando a Lei sem ser efetivada e sem reclamação por parte dos beneficiários.

O Estado, por sua vez, não viabiliza nenhuma política de ação para a fiscalização desses benefícios. Se a Lei não está sendo cumprida, isso significa que existe falta de vontade política.

A creche estudada recebe recursos para a manutenção de suas atividades pelos convênios com a prefeitura, pelo repasse de verbas efetuado pela Secretaria de Estado do Trabalho da Assistência Social da Criança e do Adolescente (SETASCAD), do Rotary Club, doações da comunidade local e recursos advindos de promoções sociais.

A participação do poder público ocorre através do compromisso de ceder ou transferir pessoal para a creche, repassar recursos financeiros e alimento.

Por atender crianças com idade entre 4 e 6 anos, a creche oferece a pré-escola e conta com o pessoal que a prefeitura cede para atender essa faixa etária, devido à municipalização do atendimento ao pré-escolar.

Os recursos repassados para a creche pela Secretaria de Estado do Trabalho da Assistência Social da Criança e do Adolescente (SETASCAD) ocorrem mensalmente, e o último "per capita" mensal repassado foi o da ordem de R$ 17,02.

Contudo, as verbas recebidas pela instituição, assim como as doações e promoções sociais, segundo relatos da diretoria da creche, não são suficientes, considerando que os recursos obtidos não suprem os gastos. A creche apresenta uma situação financeira difícil e há escassez de recursos físicos, materiais e humanos.

No estatuto se estabelece a Diretoria Executiva da creche, composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Secretário, 2º Secretário, bem como pelos Diretores sem pasta que poderão ser criados pela Diretoria Executiva. A eleição da diretoria é realizada em assembléia, com a participação dos membros

associados e pessoas que contribuem com doações. A realização dessas eleições ocorre a cada 2 anos, podendo haver recondução por mais 2 anos. São, ainda, órgãos da administração o Conselho Fiscal composto de três membros titulares e igual números de suplentes, eleitos juntamente, com o Presidente e Vice-Presidente, para o mesmo período.

A creche em estudo tem como objetivo: criar e manter creches para abrigar crianças de famílias pobres da comunidade; organizar a assistência médica, odontológica, social, moral, psicológica e educacional à população menos favorecida; promover e criar, em parceria ou não com outras instituições, Escolas de Ensino Fundamental destinadas às crianças assistidas; aprimorar a formação de pais, valorizando, fortalecendo e defendendo a família como meio de amenizar os problemas das crianças e adolescentes menos favorecidos.

A LDB vigente coloca que a educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica e destina-se à criança de zero a seis anos de idade, não sendo obrigatória, mas, um direito a que o estado tem o dever de atender. Deverá ser oferecida em creches para as crianças de zero a três anos e onze meses de idade e em pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos e onze meses. Tem como finalidade, o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996).

O Ministério da Saúde e a atual LDB não determinam que o acesso à creche seja prioridade da criança carente, mas da criança pequena conforme assegurado na Constituição Brasileira. A participação da família e da comunidade é colocada como importante, assim como, as ações educativas que visam às mudanças de comportamento.

Entretanto, na creche estudada, a prioridade é das crianças carentes, tendo em vista o pequeno número de instituições que oferecem atendimento à criança pequena no município, não conseguindo atender a demanda e concorrendo para o atendimento de famílias com menor poder aquisitivo, mesmo porque, as creches existentes são de caráter filantrópico.

De acordo com Assis (1998), pouca ênfase tem sido dada por muitos prefeitos, governadores e secretários de educação à prioridade pelo trabalho com cuidado e educação a ser realizado com as crianças pequenas em nosso país, por não considerá-la como tal, uma vez que é feita "fora da escola" ou do "sistema regular de ensino". Esse fato ocasiona a não determinação de orçamentos, a inexistência de planejamento para atender à demanda, a não expansão de recursos humanos e materiais, bem como a ausência de procura de parceiros estratégicos junto à sociedade civil, quando necessário.

As famílias e a comunidade têm tido pouca ou nenhuma participação nos programas da creche estudada, dificultando a continuidade do trabalho desenvolvido com a criança e o intercâmbio com os diversos setores da sociedade, o que gera, muitas vezes, a falta de apoio e de benefícios para uma melhor assistência a essas crianças. As ações educativas com a família, apesar de contidas nos objetivos, não são realizadas, deixando de favorecer o processo de transformação das condições necessárias para o desenvolvimento infantil.

O trabalho realizado por esta creche apresenta ainda características assistencialistas, com atividades que reforçam esse tipo de atendimento. A análise dessas atividades reflete o enfoque do trabalho assistencialista, em detrimento do educativo, já que as ações educativas que desenvolvem são precárias, conforme o que se constata na presente pesquisa e que será discutido posteriormente. Essa realidade corrobora-se com o descrito por Rosemberg & Campos (1994, p. 19): nos

Estados Unidos, assim como também no Brasil, as creches são vinculadas aos órgãos de Bem-Estar-Social, e os maternais e jardins de infância, aos órgãos educacionais, ocorrendo em ambos os países, *"a ausência de um organismo federal ou estadual para coordenar programas e ações relativos à educação infantil"*. Colocam ainda que não se percebe, entretanto nos programas de educação infantil norte-americano *"o divórcio brasileiro entre educar e cuidar"*.

Os programas a serem desenvolvidos em Centros de Educação Infantil, ao respeitarem o caráter lúdico e prazeroso das atividades e o amplo atendimento as necessidade de ações espontâneas por parte das crianças, ainda assim devem expressar uma intencionalidade e, portanto, uma responsabilidade correspondente, que deve ser avaliada e supervisionada pelos Conselhos para verificar sua legitimidade e qualidade.

Embora considerando-se os esforços de autoridades, especialistas e da própria sociedade civil, no processo de concepção e desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as crianças e suas famílias, torna-se urgente à necessidade de posicionamento amplo, em dimensão nacional, para garantir o direito de educação e cuidados, com intencionalidade definida, qualidade e êxito a todas as crianças brasileiras de zero aos seis anos.

Está ocorrendo no Brasil, segundo Assis (1998), a definição de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, por parte da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e da elaboração de um Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil proposto pelo MEC, já em fase de análise por consultores em todo o país, podendo desta maneira, contribuir decisivamente, em prol do cuidado e da educação das crianças pequenas.

A avaliação, pelos órgãos da educação, com relação às atividades pedagógicas desenvolvidas nas instituições, se faz necessária para que as creches

possam oferecer atividades educacionais de qualidade, tendo em vista que na Constituição de 88, a creche é colocada, juntamente com a pré-escola, na área de competência da Educação.

Codo & Mello(1995, p.174) dizem:

"Que as creches, como lugar pedagógico, não asilar, não paternalista; que se massificam, cobrindo cada vez mais as necessidades das famílias trabalhadoras; e se estendendo às classes médias e altas urbanas; é fenômeno social relativamente novo no Brasil".

Ocorrendo, portanto, novos problemas nas instituições dentro do contexto que se apresenta atualmente, isso vai implicar-se em questionamento dos aspectos nutricionais, pedagógicas, psicológicos e sociológicos dentro dessas instituições.

4.1.2 Capacidade de atendimento

A creche estudada atende crianças de 6 meses a 6 anos e 11 meses e sua capacidade de atendimento é de 100 crianças. Durante o ano procura manter o número de crianças dentro do previsto pela sua capacidade.

Rosemberg & Campos (1994) relatam que as capacidades das creches dos Estados Unidos, é de no máximo 100 crianças e na França 80% das creches coletivas têm capacidade média para atender 54 crianças.

No Brasil, o Ministério da Saúde recomenda uma capacidade de 50 a 80 crianças por creche, considerando o alto custo operacional em instituições com capacidade menor de 50 crianças. A capacidade deve ser estabelecida levando-se em conta os seguintes fatores: *"garantia de bom atendimento; custos com a construção e equipamento e custos operacionais e de manutenção"* (Brasil 1988b, p.37).

A creche em foco não apresenta a capacidade dentro do recomendado pelo Ministério da Saúde. O número elevado de crianças dificulta o atendimento individualizado e o estabelecimento de relações interpessoais, tendo em vista o número insuficiente de funcionários e área física inadequada.

Os critérios para a admissão da criança na creche estudada são: crianças de 6 meses a 6 anos e 11 meses de idade, filhos de mãe que trabalha e de baixa renda, devendo a mesma comprovar, através da folha de presença, assinada por seus empregadores, que está trabalhando. A folha de presença é verificada diariamente, pela coordenadora da creche. As mães que não têm como comprovar a sua presença no trabalho não conseguem vaga para seu filho. Atualmente, conseguimos abolir, com o aval da instituição e da solicitação das mães, a obrigatoriedade da apresentação do comprovante, diariamente, dando crédito a essa mãe que trabalha ou que está em busca de serviço. Também conseguimos mudar o estatuto da creche, procurando, conjuntamente, adequar as normas e funcionamento do local.

Consideramos os critérios de admissão, limitantes ao direito e a justiça social, pois crianças que necessitam da creche não conseguem vaga. O controle rigoroso do trabalho materno faz com que o atendimento se restrinja à guarda da criança, enquanto a mãe trabalha fora. Esses critérios devem ser analisados para que a creche possa assumir seu papel social, sem discriminação.

Quanto ao desligamento de uma criança da creche, o Ministério da Saúde coloca que todas as circunstâncias devem ser avaliadas cuidadosamente, e podem ocorrer por motivos diversos: quando a criança atinge a idade de 4 anos; quando a família retira a criança da creche; quando a criança está enferma sendo impedida a sua permanência na creche. Coloca, ainda, que o desligamento nunca pode ser um ato punitivo à mãe, porque este reverte contra a criança, resultando numa violação dos seus direitos (Brasil, 1988b).

Os critérios para o desligamento da criança, na creche estudada, são: crianças que já completaram 7 anos de idade e mães que pararam de trabalhar fora. As mães que perderam o emprego têm um prazo de 7 dias para providenciar um novo emprego, atrelando o cuidado à criança não a um direito mas, a uma condição para o seu trabalho.

A creche pesquisada funciona de segunda à sexta-feira, das 7 às 17 horas. Se a criança chega após o horário, não entra. E se a mãe atrasa ao buscar a criança, só se aceitam 3 atrasos semestrais. É chamada à atenção ou suspensa por alguns dias. Fica difícil imaginar que uma família possa interagir com a instituição, diante do rigor e inflexibilidade e, então, participar da prestação de serviço que, apesar de privado é entendido pelas famílias como público.

O desligamento da criança, nesta creche, é considerado um ato punitivo às mães que não trabalham, pois são consideradas “desocupadas” e podem perder sua vaga. Há uma desconfiança de que as mães desempregadas ficam passeando, enquanto a creche cuida de seus filhos. Entretanto, essa questão precisa ser melhor avaliada para que a criança possa ter seus direitos assegurados. Esses fatores contribuem para uma relação conflitante entre a creche e o cuidador familiar. Este se queixa da dificuldade de chegar diariamente no horário, porque mora em bairros distantes; não tem como pagar transporte; a criança muito pequena não consegue acordar sempre no horário planejado; há atrasos no trabalho que dificulta a ele chegar no exato horário estipulado pela creche. Ainda reclama das punições que recebe, sem oportunidade de expor seus problemas e dificuldades, que o impedem de acatar as normas estabelecidas pela creche. No regulamento atual, são ponderadas essas questões.

A gestão autoritária assumida pela creche através do seu Regulamento Interno que, entre outras normas, atrela o direito a uma vaga ao trabalho da mãe e

estipula o máximo de 7 dias para ela conseguir outro emprego, e a falta de liberdade da mãe em deixar a criança na creche, nos casos de licença maternidade, durante uma consulta médica ou para pagar suas compras, gera insatisfações e aborrecimentos para os usuários. Todas essas normas foram, atualmente, revistas e alteradas acatando as sugestões das mães.

Assim, a gestão assumida pela creche deve ser repensada para se tentar introduzir métodos participativos na gestão de serviços, possibilitando a participação das famílias. Daí, destaca-se a importância de haver espaço na creche para reuniões dos diretores, professores e funcionários com os cuidadores familiares, para escuta e partilha de pontos de vista sobre a educação das crianças; para a organização de festas e atividades de convivência e, principalmente, para o estabelecimento de relações mais horizontais de poder na creche, o que remete à gestão democrática, com detalhamento nos seus Regulamentos Internos e das formas de Organização.

A lista de espera é grande e apresenta uma média de 83 crianças com predominância da faixa etária de 2 a 3 anos. Esta lista não é controlada de forma efetiva e observamos que, durante o ano todo, mães procuram vagas para seus filhos, mas nem todas são cadastradas.

A criança que se encontra na lista de espera é chamada, na maioria das vezes, por ordem de procura, não ocorrendo triagem sistematizada para o preenchimento das vagas.

Entendemos a colocação feita pela coordenadora da creche quanto à não realização de uma triagem mais detalhada. Segundo ela, *"é difícil priorizar dentro de uma população carente qual a criança mais necessitada"***,** além da creche não contar com recursos humanos para se fazer um levantamento junto às famílias dessas crianças.

Desta forma, a ampliação do número de creches é imprescindível e urgente, pois as instituições em funcionamento atendem apenas uma parcela da população, não conseguindo estender o atendimento a todos os que necessitam. No município, o número de crianças de 0 a 6 anos, de acordo com o IBGE no seu levantamento realizado em 2002, é de aproximadamente 13.038 e, destas, apenas 9,97% estão matriculadas em creches. Assim, as famílias devem reivindicar às empresas privadas e ao poder público a validação dos direitos conseguidos na Constituição de 88. A creche é um direito da criança e um dever do Estado e da Sociedade.

A participação da sociedade e das empresas, assumindo o cuidado com as crianças na sua fase de desenvolvimento, estará contribuindo para a formação bio-psico-social e cultural de futuros cidadãos, participantes e integrados na sociedade, afastando, assim, gradativamente, os fantasmas e conflitos sociais que pressentimos diminuir, à medida que se criam mais instituições voltadas para as questões sociais. O espírito de beneficência, por mais louvável que possa ser, não pode ou deve suprimir a luta pelo direito adquirido de uma vida saudável, e o dever do Estado de oferecer dignidade a seus cidadãos. Não obstante, o exercício da cidadania se forma na participação de todos por conquistas sociais. Melhorar as condições das creches é uma exigência ética que decorre da dignidade da pessoa e pauta as decisões políticas.

Uma vez analisadas as questões que permeiam esse item, passaremos a refletir sobre o espaço físico da creche e sua localização. Enquanto a localização auxilia a determiná-la no espaço, informando sobre o âmbito em que se encontra o objeto de estudo, se é numa empresa, numa instituição, numa favela, num bairro etc, o espaço físico expressará a pedagogia adotada.

4.1.3 Localização e espaço físico

O espaço físico não se resume em sua metragem. Grande ou pequeno, este espaço precisa tornar-se um ambiente. Lima (1989, p.30) coloca que:

"O espaço físico isolado do ambiente só existe na cabeça dos adultos para medi-lo, para vendê-lo, para guardá-lo. Para a criança existe o espaço-alegria, o espaço-medo, o espaço-proteção, o espaço-mistério, o espaço-descoberta, enfim, os espaços de liberdade ou da opressão".

Faria(1998) enfatiza que qualquer centro de educação infantil precisa ambientar os adultos e as crianças, viabilizando o agrupamento de poucas e/ou muitas crianças, misturando as idades, estendendo-se à rua, ao bairro e à cidade, melhorando as condições de vida de todos os envolvidos, sempre atendendo a objetivos das atividades programadas individuais e coletivas, com ou sem a presença de adultos e que permita emergir as múltiplas dimensões humanas, as diversas formas de expressão, o imprevisto, os saberes espontâneos infantis. Desta forma, como coloca Bufalo(1997), o ambiente deve ser planejado pelas professoras, organizando o espaço e o tempo adequadamente para o convívio de todos os usuários e envolvidos. Desta maneira, as instituições de educação infantil estarão em permanente movimento, sempre aprimorando seu desempenho e construindo sua pedagogia.

A creche estudada localiza-se na zona central da cidade e seu atendimento abrange a população de vários bairros. Por estar bem localizada e próxima aos locais de trabalho das mães, atende criança de diferentes bairros, dos mais próximos aos mais distantes. A maioria das creches está localizada nos bairros e somente duas se localizam na parte central da cidade.

A sua localização é um empecilho para se fazer uma ampliação de sua área física, pois ao ser construída, a sua capacidade era para atender 30 crianças, e não houve a preocupação de se adquirir área ou terreno para novas instalações. Atualmente, ela atende 100 crianças e está situada ao lado de estabelecimentos comerciais e residenciais, numa área bem valorizada e populosa. Não conta, assim, com área disponível para se fazer uma ampliação na posição horizontal, mas somente, na vertical.

A creche pesquisada está inserida em uma área maior, totalizando um terreno de 581,57 m². Sua área construída abrange 376,50 m². A figura 1 apresenta a planta do espaço físico da creche (área de propriedade da instituição, no momento da avaliação). A figura 2 e a figura 3 apresentam sua fachada.

Nessa área construída, funcionam os diversos setores responsáveis pela administração e serviços da creche, setores esses descritos a seguir:

Setor administrativo (sala de coordenação e secretaria) - este setor envolve o gerenciamento de pessoal, material e tarefas, visando ao funcionamento das atividades da creche como tal. Interfere nas atividades de todos os demais setores e também se responsabiliza pelas reuniões, festas de caráter social mais amplo (Dia das mães, Semana da criança, Bazares). Fazem parte do mesmo um total de 12 pessoas (uma coordenadora, cinco auxiliares de creche, duas professoras, uma cozinheira, uma auxiliar de cozinha, uma lavadeira/passadeira e uma servente). Suas instalações são equipadas com o material necessário para seu funcionamento, mas insere-se dentro de uma área física pequena.

O serviço administrativo é realizado pelo Presidente, Tesoureiro, Secretário e pela Coordenadora da creche. Essa desempenha suas atividades de planejamento, de atendimento aos pais, funcionários e fornecedores.

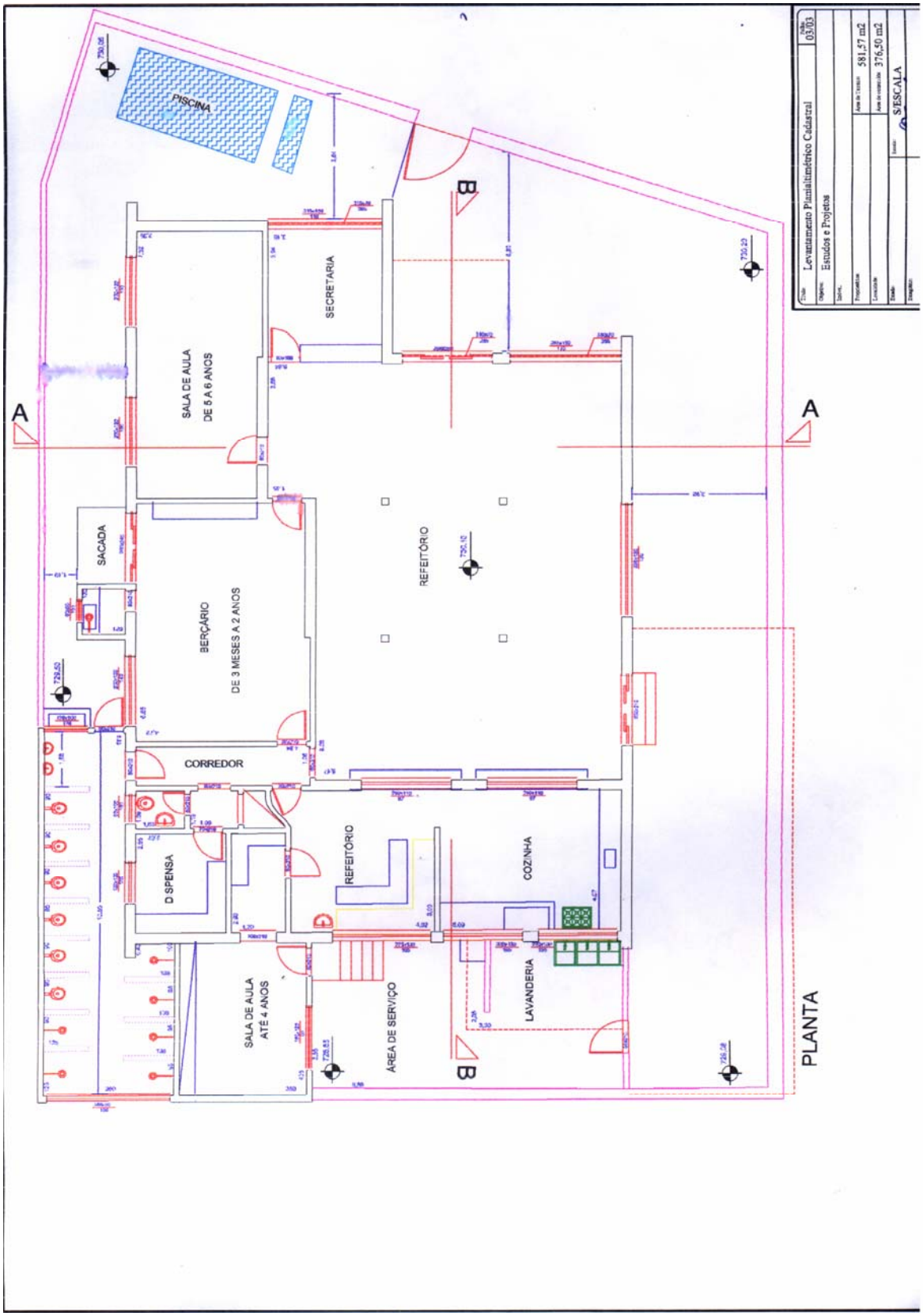


Figura 1 – Planta do espaço físico da creche

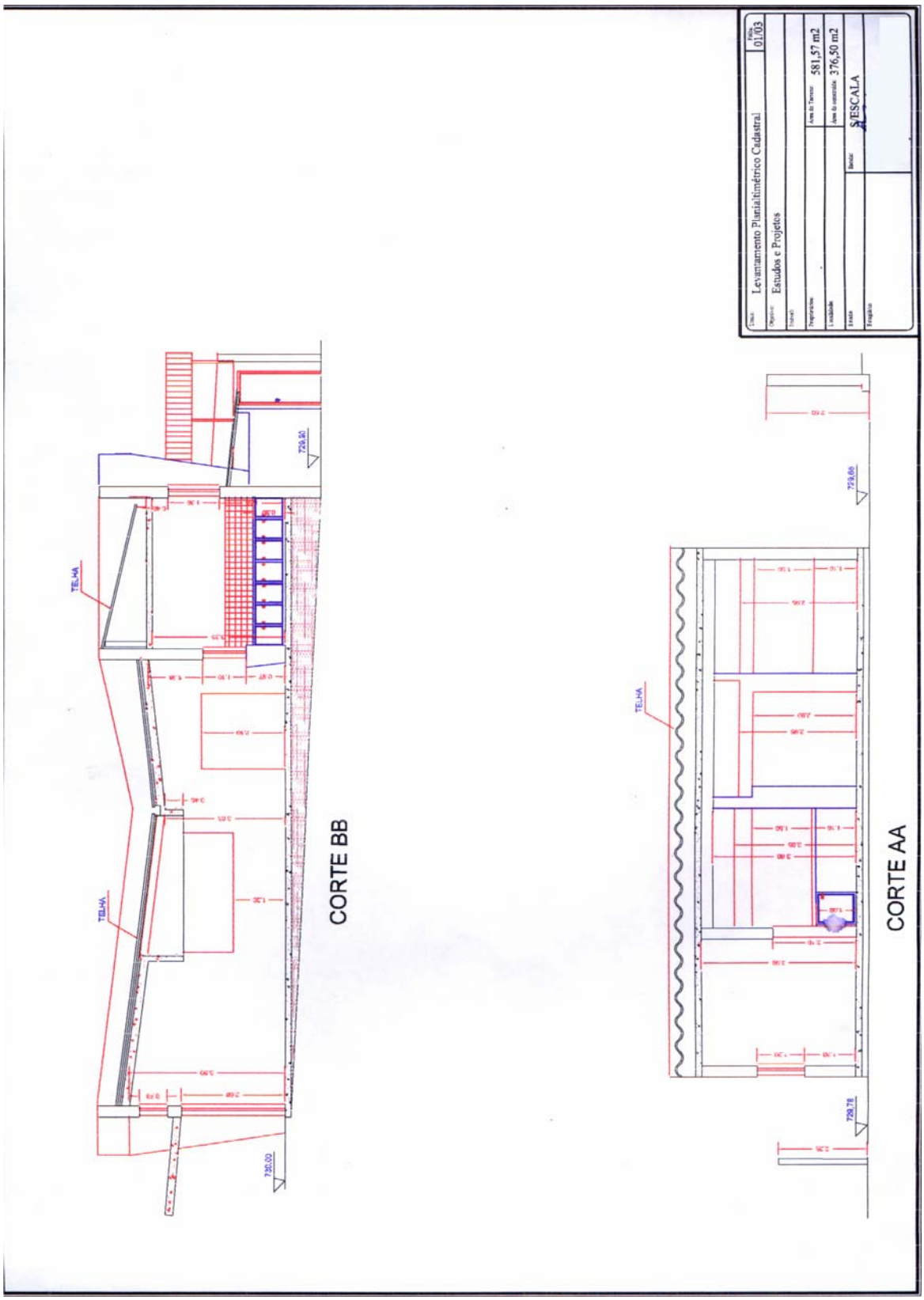


Figura 2 – Fachada da creche

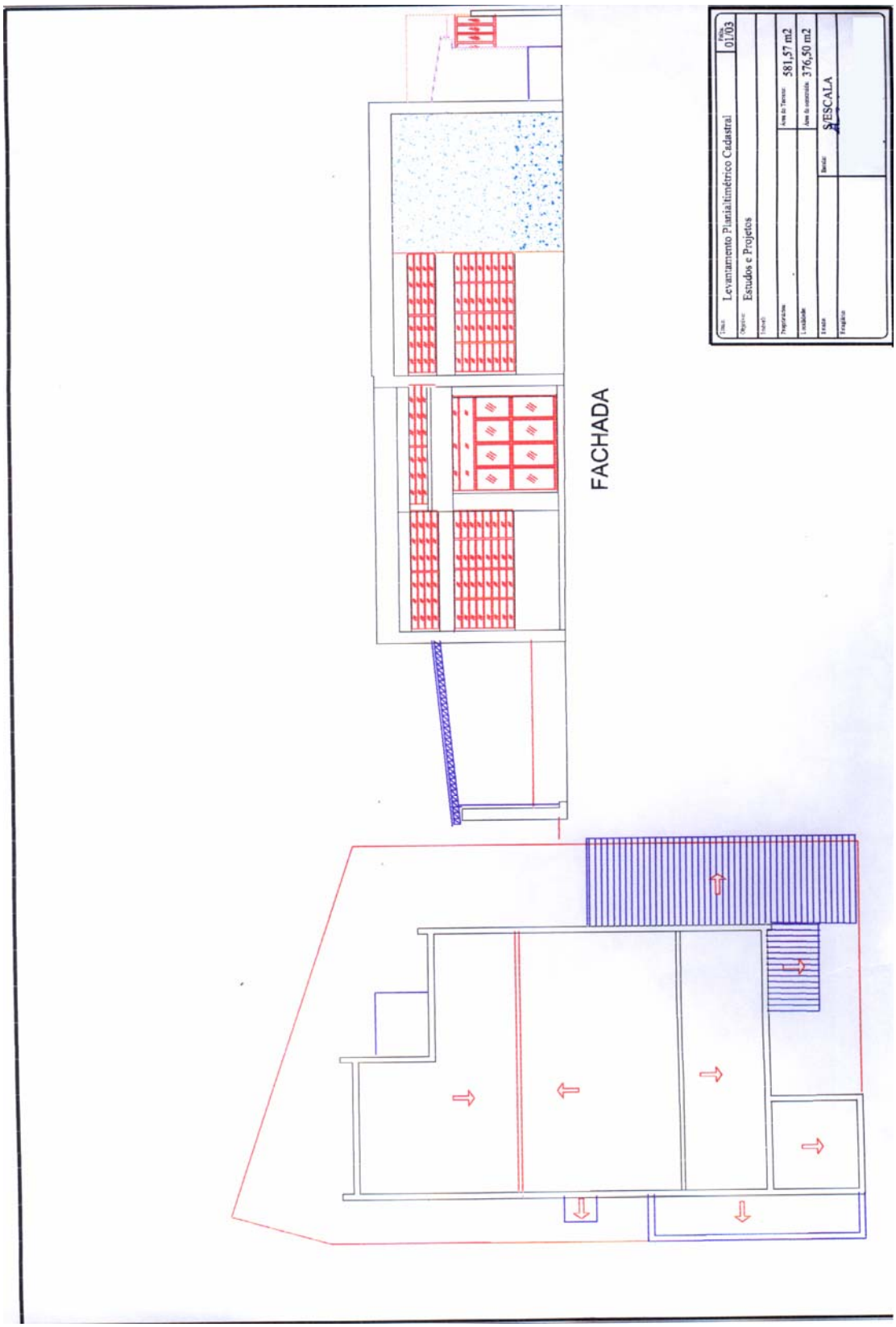


Figura 3 – Fachada da creche

No espaço de sua sala, há mesa com gaveteiro e cadeiras, armário fechado, arquivo, computador e telefone. As atividades de matrícula, arquivo, contabilidade, pagamento, atendimento ao público e atendimento de primeiros socorros são realizadas nesta dependência. Os medicamentos e materiais de primeiros socorros ficam guardados em armário fechado.

Salas de atendimento à criança – com diferentes denominações, abrigam crianças de acordo com sua faixa etária:

- **Berçário (6 meses a 2 anos) -** apresenta piso inadequado, taco encerado, derrapante em toda sua área (exceto no banheiro). Paredes necessitando de pintura e reparo. Possui cestos de roupa, utilizados inadequadamente, provocando odores desagradáveis. O armário destinado à guarda das roupas e pertences das crianças estava velho e demandava reparos, justificando nossa atuação para se fazerem novos armários no local. Atende 19 crianças que se alimentam dentro do berçário, em mesinhas de tamanho inadequado para a idade e estatura das mesmas, impossibilitando que elas se alimentem, sem a ajuda de auxiliares de creche. Podemos estabelecer intervenções também neste setor. Há um pequeno solário, onde as crianças do berçário tomam sol de manhã. O banheiro é muito pequeno, com uma banheirinha alta e instalada em uma minúscula bancada, provido de chuveiro elétrico com mangueirinha. Não existe vaso sanitário, nem pia para as crianças e adultos, dificultando o treinamento esfincteriano das crianças e higiene das mãos dos funcionários, antes e após os procedimentos, assim como lavagem de algum material em menor tempo, quando

em contato com o chão ou manuseado. Aqui, também houve melhoria.

- **Sala de aula para crianças de 5 a 6 anos -** decorada com diversos motivos de desenhos de crianças e animais e contém todo o material necessário para o desenvolvimento das atividades a que se destina. Tem capacidade para atender, no máximo, vinte e cinco crianças. Estava necessitando de pintura nas paredes, reparo no quadro negro, nas mesinhas e cadeirinhas das crianças, o que já foi feito. Comporta, na parte da manhã, as crianças de 6 anos (15 crianças) e, na parte da tarde, as de 5 anos (25 crianças).
- **Sala de aula para crianças de 4 anos -** é pequena e desconfortável para atender 16 crianças, pois é uma adaptação de um cômodo de passar roupa. Sendo sala para crianças pequenas, continha escassos materiais para o desenvolvimento de atividades a que se destinava. Há no local um grande armário destinado a guardar as roupas da creche, favorecendo um intenso trânsito de pessoas. Possui barulho com variedade e intensidade de ruídos provenientes das máquinas de lavar roupa, pela proximidade com a lavanderia. Apresentava superlotação em relação à sua capacidade de atendimento. Essa foi revista, retirando as crianças do local, com a construção de mais salas de aula, e, atualmente, está reservada para sala auxiliar, conforme surgem necessidades.

O número de salas de atendimento às crianças era insuficiente, e as crianças de 2 a 3 anos (17 crianças) não tinham uma área destinada à realização de atividades psicopedagógicas para seu desenvolvimento motor, da criatividade, da formação de hábitos, de socialização, assim como as crianças de 6 anos que

deixavam a sala de aula, no período da tarde, para as crianças de 5 anos entrarem e vice-versa.

O Conselho Estadual da Mulher (Conselho..., 1984) sugere que uma sala de atividade ou de atendimento deve ser composta de três ambientes, dos quais o primeiro deve ser usado para rodinha, dramatização, artes, jogos, recreação etc. Este ambiente poderá ter colchonetes no horário de repouso. O segundo ambiente deve ter mesinhas onde serão desenvolvidas atividades de pinturas, rabiscos, colagem etc, pelas crianças maiores. O terceiro deve ser destinado à montagem da "casinha de boneca", "do cantinho vivo" e do "teatrinho".

A creche estudada, além de não contar com um planejamento das atividades, ainda, não possui espaço organizado pelas professoras e auxiliares de creche que favoreça um ambiente educativo, a fim de contemplar a indissociabilidade do cuidado/educação das crianças pequenas. Esse intento pressupõe necessidade de treinamento do recurso humano que atua no local.

Para isso, o inovador documento da COEDI/MEC de 1995, elaborado por Fulvia Rosemberg e Maria Malta Campos, intitulado "critérios para um atendimento em creches que respeita os direitos fundamentais das crianças", indica a necessidade de se repensar a organização espacial, comumente adotada entre nós, inspirada no tipo de escola/sala de aula.

Unidade sócio-recreativa - os espaços desta unidade são coletivos e destinados à alimentação, higiene e recreação das crianças. São eles:

- **Sala de refeição -** destinada a servir lanches e refeições para todas as crianças, de modo que o atendimento é feito por revezamento. Contém pequenas mesas e cadeiras infantis em bom estado de conservação, como também bebedouros e filtros de água em número insuficiente para atender as crianças e funcionários. O piso é de ardósia, encerado uma vez por semana e lavado diariamente. As paredes

necessitavam de pintura e reparo. A sala de refeição é bastante ampla e destina-se também ao repouso das crianças e ao ato de assistir à televisão. Como não possuía divisórias, as crianças menores eram acordadas com freqüência, pelo som de campainhas e telefone, trânsito de pessoas e barulho de crianças que ainda se encontravam na mesa de refeição. As crianças que estavam assistindo à TV incomodavam as que estavam repousando. A área onde estava instalada a TV era um local inadequado e as crianças não conseguiam assistir à programação devido aos barulhos, interrupções e, ainda, pela altura inadequada do aparelho que se apresentava muito alto para o alcance de seus olhos. Atualmente, conseguimos fazer os devidos ajustes, resolvendo-se os problemas.

- **Banheiro -** a creche possui apenas um banheiro para o atendimento das crianças. O piso é lavável e antiderrapante, com azulejo até a metade da parede. As paredes necessitavam de pintura e reparo e alguns chuveiros não estavam funcionando a água quente. Possui vasos e pias adaptadas para as crianças e cabideiros para a guarda das roupas e pertences das crianças. Não possuía suporte para a colocação do papel higiênico e esses se encontravam no chão ou em cima da parede do box, dificultando o acesso para as crianças. Aqui, também procuramos refazer o ambiente.

- **Área externa de atividades e parquinho –** esta área destinada a atividades das crianças é pouco espaçosa e possui uma pequena piscina. Não há área coberta, o que dificulta o desenvolvimento de atividades de recreação com as crianças, nos dias chuvosos. O piso é de cimento e as paredes necessitavam de pintura. A creche utiliza, também, para suas atividades de recreação, um parque ligado a uma pracinha situada defronte da creche que pertence à comunidade. As crianças, geralmente, freqüentam o parquinho no período da manhã, em horários de revezamento. Os brinquedos e balanços haviam sido reformados pela prefeitura.

Entretanto, a grama e a areia que enriquecem as experiências de tato e movimentação da criança são escassas e precisam de cuidados. O parquinho necessita de uma reforma total, demandando novo paisagismo e arborização e, ainda, de construção de banheiros, cobertura para proteção da chuva, banquinhos nas laterais, entre outras melhorias, pois o seu aspecto era de abandono. O nosso procedimento para esse caso foi o planejamento de reforma e arborização, em parceria com a faculdade de agronomia e a de engenharia para a construção de uma quadra coberta, que deverá ser construída com recursos da prefeitura e apoio do Rotary.

Unidade de serviço - esta unidade é responsável pelo atendimento dos serviços básicos de alimentação, armazenamento de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e manutenção, de higiene dos funcionários e de lavanderia que são:

- **Cozinha, despensa e refeitório -** a cozinha atende a todas as crianças da creche, no preparo de refeições e lanches, realizando a limpeza e armazenamento de utensílios e estocando as mamadeiras para o berçário. Sua área é espaçosa, com boa ventilação e iluminação, piso antiderrapante e lavável. O refeitório dos funcionários é espaçoso e anexo à cozinha. As janelas destas unidades necessitavam de telas, reparos nas paredes e construção de um lavabo, conforme solicitação da Vigilância Sanitária em sua última fiscalização realizada na creche. A despensa é destinada ao armazenamento de gêneros alimentícios, com prateleiras de alvenaria. Conseguimos intervir na construção do lavabo e reparo das paredes.

- **Banheiros -** o banheiro de funcionários destina-se à higiene e guarda de objetos pessoais dos funcionários da creche. As paredes de azulejo até a metade necessitavam de pintura. Possui um vaso sanitário e uma pia com espelho. Conseguimos a pintura das paredes

- **Área de serviço -** a área de serviço e lavanderia abriga o necessário às atividades de manutenção e limpeza de toda a creche: tanques, máquinas de lavar roupa, armários, mesa e local para secar roupa.

A insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos (especialmente brinquedos e livros); a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de proposta pedagógica (ou sua existência apenas no papel, com pouca efetividade na orientação do cotidiano da creche) são alguns dos problemas, ainda, a enfrentar na creche estudada. Quanto aos brinquedos, conseguimos ampliá-los junto com os recursos pedagógicos, com apoio da comunidade e pais.

É necessário garantir que as instituições possam, verdadeiramente, viabilizar ambientes de vida num contexto educativo. Faria(1998) coloca que um ambiente educativo que contemple a indissociabilidade do cuidado/educação deve permitir que as crianças pequenas possam expressar nas mais diferentes intencionalidades, todas as suas linguagens, conviver com todas as diferenças (de gênero, de idade, de classe, de religiões, de etnias, cultura etc), exercitando a tolerância (e não o conformismo), a solidariedade, a cooperação e outros comportamentos e valores de caráter coletivo, concomitantemente, com a construção de sua identidade e autonomia, enquanto especificidade infantil. Para que isso ocorra, é necessário que as diferentes dimensões e competências humanas (a lúdica, a artística, a fantasia e a imaginação) possam emergir, e que as crianças possam dormir, acordar e tomar banho; molhar-se, secar-se, tomar sol, conviver com a natureza, crescer, criar, brincar, conviver com adultos e crianças de várias idades, ficar sozinhas, comer, movimentar-se das mais variadas formas, amar, ficar bravas, e manifestar os diferentes sentimentos e emoções.

Assim , o espaço físico precisa contemplar o convívio de crianças de várias idades e vários tipos de adultos. Os pais e mães devem visitar e observar o lugar onde seus filhos permanecem tantas horas do dia. As professoras devem registrar suas observações, documentar as iniciativas e expressões das crianças, além de espaços planejados, para que tudo isso aconteça, e os adultos precisarão de intervalos e descanso, com locais apropriados tanto quanto para suas outras atividades. A variedade e intensidade de sons produzidos pelas crianças exigem intervalos, para que a qualidade das trocas de convívio não seja comprometida por impaciência freqüente, gritos, silêncio indevido, e obrigatoriedade por longas horas de sono para as crianças, como temos vivenciado no cotidiano da creche. A criança gosta de ficar sozinha, gosta de ficar com adultos, mas as pesquisas têm demonstrando que o que elas gostam mais é de ficar brincando com seus pares, imitando, reproduzindo e recriando. Nos momentos da refeição e do lanche, conseguimos intervalos de descanso com revezamento de atividades.

Se este é um espaço onde o adulto pode conhecer as crianças, aquele que trabalha direta ou indiretamente com elas deve ser um profissional, e para tal, precisa aprender esta profissão de educador de criança pequena.

A seguir, passaremos a discorrer e analisar o quadro de pessoal da creche estudada, a quem cabe o desenvolvimento bio-psico-social dessas crianças.

4.2 Caracterização dos sujeitos pesquisados

Para intervir junto a uma população, é necessário ter sobre ela, um conhecimento extenso, que abranja características da profissão, faixa etária, nível de escolaridade, nível sócio-econômico, enfim tudo o que possa auxiliar em sua maior compreensão.

O tratamento e a análise dos dados dos sujeitos pesquisados (funcionários e cuidadores familiares) abrangeram a análise quantitativa para a caracterização detalhada desses sujeitos e a análise qualitativa sobre a relação creche-família processada através dos relatos verbais dos funcionários, e dos cuidadores familiares. As falas foram analisadas e categorizadas.

Para o desenvolvimento de suas atividades, a creche contava, quando da realização da pesquisa, com um quadro de pessoal que englobava um total de 12 pessoas, formado essencialmente por mulheres, correspondendo a 100% na creche estudada, confirmando a tendência geral e histórica de que o trabalho de cuidado e de educação da criança é uma tarefa feminina. A maioria é casada (58,3%) e o restante (41,7%) são solteiras, encontrando-se numa faixa etária que varia de 20 a 44 anos (gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 - Estado civil das trabalhadoras da creche, em 2002

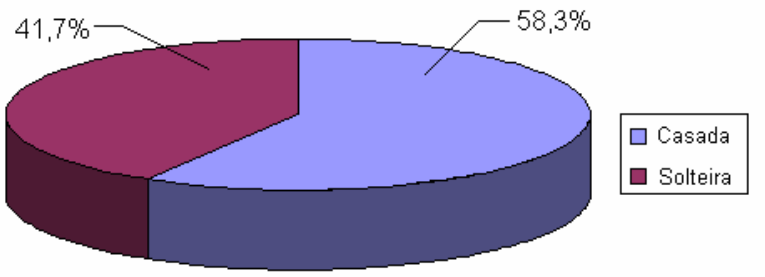
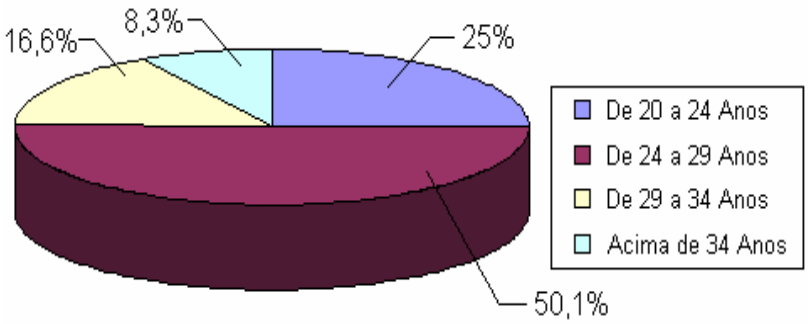
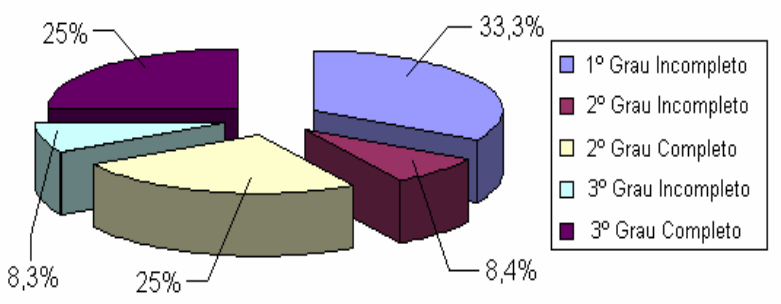


Gráfico 2 – Distribuição quanto à faixa etária das trabalhadoras da creche, em 2002 (em anos)



O gráfico 3, ao mostrar o nível de escolaridade, relaciona que a maioria das funcionárias possui primeiro grau incompleto (33,3%); 25%, segundo grau completo, e 25%, terceiro grau completo. Entre as trabalhadoras que fizeram o primeiro grau incompleto, estão as que realizam na creche, atividades ligadas à limpeza e à cozinha. Entre as que fizeram o segundo grau completo, estão as auxiliares de creche. Já, as que fizeram o curso superior completo estão atuando como professoras, sendo uma delas a coordenadora da creche.

Gráfico 3 – Nível de escolaridade das trabalhadoras da creche, em 2002



Quanto ao número de filhos, 6 funcionárias não os tinham e 6 apresentavam um total de 12 filhos; três tinham 1 filho (25%); duas tinham 2 filhos (16,7%) e uma tinha 5 filhos (8,3%). Desses 25% estavam matriculados na creche (gráfico 4 e 5).

Gráfico 4 – Distribuição do número de filhos das trabalhadoras da creche, em 2002

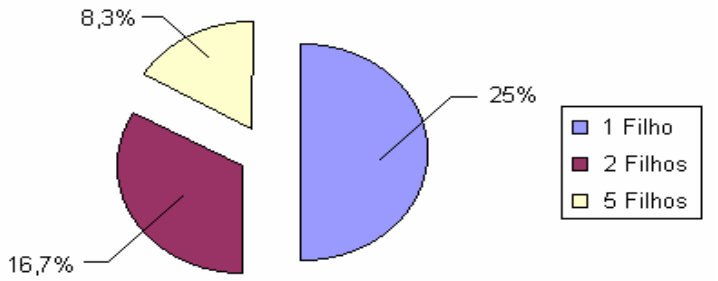
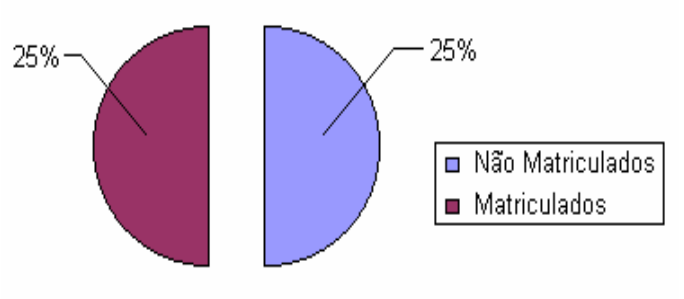
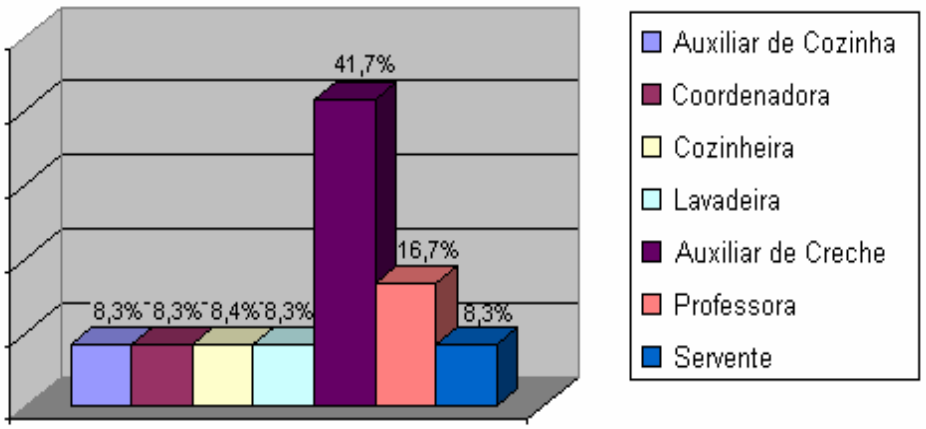


Gráfico 5 – Distribuição do número de filhos matriculados na creche, em 2002



O gráfico 6 mostra que a maior porcentagem, isto é, 41,7% das pessoas que trabalhavam na creche, são auxiliares de creche, sendo responsáveis pelos cuidados diretos com a criança e desenvolvem atividades relativas ao aspecto físico (higiene, alimentação e saúde), atividades de recreação e repouso. A creche tem duas professoras (16,7%) responsáveis pelas atividades educacionais e socializadoras com as crianças de 5 e 6 anos. A coordenadora é responsável pelas funções técnicas e administrativas, o que é de fundamental importância para a creche. As demais são cozinheira, auxiliar de cozinha, lavadeira e servente.

Gráfico 6 – Cargo de ocupação das trabalhadoras da creche, em 2002



Foi encontrada ainda na creche estudada, uma estagiária do Curso de Pedagogia. Essa é proveniente da Faculdade de Filosofia local. Através de convênio com a Prefeitura, surge a oportunidade para estágio prático. O objetivo desse convênio, de acordo com uma de suas cláusulas, é o de possibilitar o aperfeiçoamento técnico de alunos, para a prestação de serviços, como estagiários, junto ao Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal da cidade. A estagiária desenvolve atividades educacionais, socializadoras e recreativas com as crianças de 4 a 6 anos de idade, ajudando-as a adquirir hábitos de higiene e de como se portar no momento das refeições, além de supervisionar as brincadeiras ao ar livre. São estas, pois, as principais atividades da estagiária.

Algumas senhoras voluntárias, pertencentes à Casa da Amizade do Rotary Club local, movidas por espírito benemérito, dedicam-se à creche com horários bastante variáveis. Desenvolvem atividades de promoções sociais para angariar fundos e auxiliam os funcionários da creche em suas atividades, principalmente quando estes estão atarefados com realizações festivas.

Sendo as dificuldades financeiras da creche estudada significativas, não é possível, segundo seus dirigentes, a contratação de especialistas (médicos, enfermeiras, psicólogos, assistente social, entre outros). Algumas vezes, a creche em foco, recebe ajuda desses especialistas através do serviço voluntário ou da cedência desses profissionais pela Prefeitura, quando há necessidade de psicólogo, dentista e assistente social. A presença desses profissionais na creche é muito relevante, principalmente, pelo trabalho que podem desenvolver junto às crianças, funcionários e família, contribuindo para um melhor nível de qualidade.

O Ministério da Saúde recomenda que, quando a creche não puder contratar estes profissionais, é de responsabilidade do serviço de saúde local, centro de saúde ou hospitais, o atendimento a estas crianças (Brasil, 1988b).

Constatamos que, quando a criança necessita da assistência destes especialistas, a mãe é solicitada pela creche para levar a criança a uma Unidade Básica de Saúde local. Isto causa os seguintes transtornos ás mães: faltas ao emprego para pegar ficha de consulta, escassez de medicamentos prescritos pelo médico, nos postos de saúde, e falta de condições econômicas da família para adquirir os medicamentos recomendados para a criança, entre outros.

Esperamos que, com a municipalização das instituições que atendem crianças pequenas no município, estas questões sejam discutidas, a fim de proporcionar novas iniciativas que tenham em vista a criança na fase do seu desenvolvimento.

A seleção do pessoal que trabalha na creche é feita pelo, presidente ou coordenadora, e os requisitos básicos dos funcionários da creche estudada são: ser pessoa responsável, calma e disciplinada, que goste de trabalhar com crianças e que tenha "jeito" para lidar com elas. Observam-se, ainda, as experiências anteriores e as referências pessoais dos candidatos.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Conselho Estadual da Condição Feminina (Conselho..., 1987), mencionam que, para trabalhar na creche, tem-se colocado como exigência fundamental "gostar de crianças". Muitos se confundem, achando que é demonstrar manifestações de agrado a todas as crianças, o tempo todo. O relacionamento afetuoso na creche deve-se dar através de cuidados adequados; organização de um ambiente estimulante; incentivo e liberdade para a criança construir seu conhecimento e seus projetos; atendimento individualizado através do conhecimento, deixando-se, assim, de considerar o "amor" como uma característica individual, sujeita a variações de humor e problemas pessoais.

Consideramos importante ter conhecimento sobre o pensamento da diretoria referente à forma de seleção dos seus funcionários quando a mesma nos

informou que os funcionários, não eram selecionados de forma adequada porque "*o salário é baixo, o serviço é desgastante, e as pessoas que aparecem para trabalhar têm nível de escolaridade baixo*".

Como pudemos constatar, a creche não exige um mínimo de preparação dos possíveis contratados, que irão desenvolver atividades com as crianças, sabendo-se que essas crianças passam de 9 a 10 horas diárias com este pessoal, num período tão importante do seu desenvolvimento e da formação de sua personalidade. Observamos, entretanto, a preocupação dos dirigentes da creche com relação a esta situação. Reconhecem as limitações e o esforço feito para oferecer o mínimo, mesmo sendo o máximo, o que lhes é possível oferecer.

Setenta e cinco por cento das funcionárias da creche recebem de um a um e meio salário mínimo; e 25%, de 2 a 2,5 salários mínimos. A carga horária de trabalho semanal é de 44 horas, (83,3%) para auxiliares de creche, coordenadora, cozinheira, auxiliar de cozinha, lavadeira e servente. As professoras trabalham 20 horas semanais. Observamos que 75% do pessoal que trabalha na creche têm registro em carteira e foram contratadas há menos de um ano completo (33,3%); 16,7% de um a 2 anos completos e 50% estavam na creche há mais de 2 anos completos.

Rosemberg et. al. (1985) relatam, em seu estudo, que as creches adotam uma filosofia paternalista e assistencialista no contato com as famílias e na relação com as pajens, as quais enfrentam condições de trabalho pouco satisfatórias: jornada extensa (mais de 10 horas); salário baixo (inferior ao salário mínimo); trabalho extremamente cansativo pela grande quantidade de crianças a cargo de cada adulto.

As trabalhadoras, além de suportarem uma jornada extensa de trabalho na creche, assumem a educação dos filhos e todas as tarefas domésticas, ocorrendo sobrecarga de trabalho e gerando a insatisfação da maioria delas. Em entrevista, declararam-se descontentes com a carga horária extensa, num serviço desgastante, e

com salário baixo. Duas delas faziam "bico" nos finais de semana para aumentar a renda familiar. Afirmaram ainda exercer dupla jornada de trabalho. E, em decorrência do baixo salário, as mesmas não têm condições financeiras para ter ajuda no trabalho do lar. A situação delas é um indicativo do descompasso para com as creches. Isto posto, sabemos que pessoas cansadas e insatisfeitas têm pouca condição de oferecer um desempenho satisfatório.

Por outro lado, a formação integral da criança é de vital importância, sendo que os primeiros anos de vida constituem o alicerce básico para o desenvolvimento futuro, justificando assim, os recursos humanos associados ao tempo, disposição e satisfeitos para o atendimento da criança nesta fase da vida.

Para Bruschini & Rosemberg (1982, p.17), as variações salariais podem ser explicadas por fatores individuais (idade, nível de escolaridade e ocupação) além de causas conjunturais (como a maior ou menor produtividade de determinado setor econômico). "*Todos os dados sobre diferenças de salário por sexo, controlando cada uma dessas variáveis, revelam que a mulher ganha sistematicamente menos que o trabalhador homem*". Colocam ainda que, além de encontrar menor número de oportunidades, a mulher enfrenta sempre piores condições de trabalho, que vão desde discriminações às suas atividades, até à falta de acesso a cargos de chefia e às funções que exigem maior qualificação.

"*Até nas ocupações consideradas femininas como é o caso do magistério observa-se que, à medida que o prestígio e o salário aumentam, decresce a participação da mulher. Enquanto 95% do magistério primário é composto por mulheres, essa porcentagem cai para 60% no 2º grau, atingindo a modesta cifra de 23% no ensino superior*" (Bruschini & Rosemberg, 1982, p.17).

Conforme já mencionado, as trabalhadoras da creche estudada enfrentam uma carga horária exaustiva, baixa remuneração e acúmulo de função, comprometendo a qualidade de atendimento. É importante enfatizar que as condições satisfatórias de trabalho constituem um pré-requisito importante a ser considerado. Para que os profissionais possam dedicar-se ao trabalho, em especial à criança, devem-se garantir-lhes condições adequadas para o exercício de suas funções, bem como o respeito aos seus direitos trabalhistas e oportunidades para o aperfeiçoamento de seus conhecimentos.

Observamos que grande parte das crianças atendidas na creche, 41%, se encontravam na faixa etária de 4 a 6 anos; 25% na faixa etária de 2 a 4 anos; 19% na faixa etária de 0 a 2 anos e 15% tinham 6 anos ou mais.

O Ministério da Saúde sugere um maior número de adulto profissional para atuar na área, quanto menor for à idade da criança, levando-se em conta as necessidades peculiares desta faixa etária e a individualidade do cuidado e que o quadro de pessoal de uma creche depende do número de crianças a ser atendido e das necessidades específicas da criança em cada faixa etária (Brasil, 1988b).

Os padrões propostos e adotados aqui e, em outros países, a respeito da relação adulto/criança variam: quanto menor a idade da criança, menor o número de crianças atribuídas a cada adulto. Os parâmetros para organização de grupos decorrerão das especificidades da proposta pedagógica, sendo recomendada pelo Brasil (1988a) a seguinte relação professor/criança: criança de 0 a 1 ano (06 crianças/01professor); criança de 1 a 2 anos (08 crianças/01 professor); crianças de 2 a 3 anos (12 a 15 crianças/01 professor) e crianças de 3 a 6 anos (20 a 25 crianças/01 professor).

A relação adulto/criança, o tamanho do grupo e a formação do educador são, geralmente, considerados bons e se encontram dentro dos critérios estruturais de

qualidade das creches nos Estados Unidos. Esta relação pode variar de 1:3 até 1:13 nesse país (Rosemberg & Campos, 1994).

A creche estudada apresenta uma média de 17,7 crianças por adulto. O importante, porém, é a qualidade do relacionamento, a quantidade de pessoas em um mesmo espaço e a organização do mesmo. Nela, observa-se um número excessivo de crianças num mesmo espaço físico, de diferentes faixas etárias, numa mesma atividade, ficando as auxiliares de creche apenas observando-as, estabelecendo poucas interações com elas. Algumas não participam das brincadeiras, outras choram ou ficam apenas observando o que se passa ao redor.

Devido à escassez de recursos humanos, as atividades de higienização, refeição e repouso, por exemplo, são realizadas de forma automatizada, sem estabelecimento de relações interpessoais. Essas atividades, entretanto, devem ter uma conotação socializadora, desenvolvendo-se de maneira prazerosa, cabendo ao pessoal da creche possibilitar que as crianças as exerçam de forma autônoma e satisfatória.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Conselho Estadual da Condição Feminina (Conselho..., 1987, p.22) ressaltam que na creche todos são educadores: quem cozinha, quem coordena e quem trabalha diretamente com a criança. Mas, como existem atividades diferentes acontecendo ao mesmo tempo, é necessário que as funções sejam definidas, compreendidas por quem as executa e percebidas pelas crianças.

Na creche, a criança estabelece contato com os adultos e com outras crianças, criando um espaço próprio, diferente do lar. Esse ambiente deve propiciar a cada criança e ao grupo como um todo, situações que proporcionem a aprendizagem através de brincadeiras, descobertas e vivências do cotidiano, sendo necessário um quadro de pessoal suficiente para atendê-las em suas individualidades.

Baseando nestes referenciais, observamos que algumas trabalhadoras da creche estudada não possuíam nenhuma experiência anterior no trabalho com crianças, embora a maioria já tivesse trabalhado com criança antes, algumas em escola, outras em creche e, ainda, como babá em casa de família.

Constatamos assim que nesta creche, além de algumas trabalhadoras não possuírem nenhuma experiência no trabalho com crianças, desconhecem as reais necessidades e os direitos das crianças assegurados na Constituição, Estatuto da Criança e do Adolescente e LDB. As atividades que desenvolvem são baseadas no bom senso, no espírito de caridade e no "amor" que dizem ter pelas crianças.

Inquirindo os trabalhadores da creche sobre o gosto pelo que realizam, todos responderam que gostam de fazê-lo pelos motivos que se seguem: gostam de trabalhar com crianças; consideram o trabalho com crianças carentes gratificante; o ambiente de trabalho é satisfatório, apesar do baixo salário, da carga horária excessiva e da falta de materiais.

É fundamental para o bom desempenho do pessoal da creche, gostar de criança e ter afinidade com o trabalho. Essa afinidade, porém, exige que a creche faça um planejamento de suas atividades e que todos os funcionários tenham de forma clara os objetivos propostos.

Rosemberg (1989) discorda de que qualquer mulher, desde que seja calorosa, goste de criança, seja dotada de bom senso e não possua problemas pessoais, pode cuidar de filhos de outros pais. Para a autora, esse modelo familiarista traz, no seu bojo, a insuficiência de formação específica para o profissional de creche.

Com relação à formação profissional das trabalhadoras da creche estudada, 9 não possuem nenhuma formação profissional e 3 são professoras. Para Lovisolo (1987), a participação de especialista na creche é um dos resultados da

modernidade, da racionalização do teor científico e das reivindicações corporativistas que, geralmente, se fundamentam em justificativas de cunho científico.

A LDB, no seu artigo 62, estabelece que o professor de educação infantil deve ser formado em cursos de nível superior (licenciatura de graduação plena), admitida como formação mínima à oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 1996).

Embora não existam dados completos sobre os profissionais que atuam em creches e pré-escolas, diagnósticos mostram que muitos desses profissionais não têm formação adequada. Recebem remuneração muito baixa e trabalham sob condições precárias. Estima-se que um percentual significativo dos que atuam em creches (35% em capitais onde foram levantados) não tem sequer primeiro grau completo. Mesmo na pré-escola, cujos dados foram levantados pelo MEC, 16% dos docentes não possuem segundo grau completo e 7,4% sequer completaram o ensino fundamental (Brasil, 1988a).

A concepção de Educação Infantil, na atualidade, exige que formas regulares de formação e especialização, bem como mecanismos de atualização dos profissionais sejam assegurados. Na pesquisa de campo, constatamos que a creche não desenvolve treinamentos através de cursos para o desenvolvimento das funções. Contudo, 50% do pessoal que trabalha na creche participaram de palestras e cursos promovidos pela Prefeitura Municipal e Fundação de Ensino Superior local.

As pessoas que participaram das palestras e dos cursos avaliaram os mesmos de forma positiva e disseram que “deveria haver mais vezes”, já que os mesmos são realizados esporadicamente, e com curta duração, deixando assim, muito a desejar.

O aspecto de capacitação do pessoal é fundamental, segundo avaliam os dirigentes da creche. No entanto, não contam com um quadro de pessoal ou com órgãos que possam ajudá-los na realização de reciclagem ou educação continuada.

Souza & Kramer (1992) colocam que, para se promover à educação de qualidade para todas as crianças, reconhecendo-se a diversidade das populações infantis, é preciso haver produção de conhecimentos, implantação e avaliação de estratégias curriculares e implementação de estratégias de formação (prévia e em serviço) de professores e profissionais que atuam com a criança em creches e pré-escolas.

Como o objetivo da creche é também o de educar crianças, e todos os adultos que estão na creche participam desta tarefa, é importante que sejam previstos treinamentos dos quais todos participem para que se obtenham resultados positivos no trabalho conjunto de educação infantil.

Kishimoto (1992) coloca que, no currículo para a formação dos profissionais de creche, além dos fundamentos filosóficos, sócio-culturais e psicológicos, o currículo deve conter informações que auxiliem a criança na construção de seu conhecimento. A literatura, as artes, a música e a dança são excelentes para a construção do conhecimento. A exploração do ambiente físico e social deve prever o auxílio das áreas das ciências humanas e exatas, além da matemática. A utilização de jogos e brinquedos de interações de crianças com seus pares, com adultos e com crianças de diferentes idades permitirá não só a formação social, como também desencadeará o desenvolvimento de sua potencialidade.

As atividades lúdicas são pouco desenvolvidas na creche pesquisada. A maioria do pessoal que lida diretamente com a criança, dificilmente sabe quais são os objetivos norteadores das atividades de recreação que lhe cabem, e estas são entendidas, muitas vezes, como mera forma de manter as crianças ocupadas.

Para Friedmann et al (1992), a brincadeira deve adquirir grande importância no trabalho com a criança pequena, pois ela é instrumento do desenvolvimento infantil, na medida em que a criança experimenta e socializa comportamentos através de atividades lúdicas.

Kishimoto (1992) coloca também que o conhecimento da criança como um ser biológico, social, moral e intelectual exige a inclusão de informações sobre o desenvolvimento físico da criança de 0 a 6 anos, as doenças infantis, questão de alimentação e nutrição, os conflitos vivenciados por ela durante o processo de construção da personalidade, além de características específicas relacionadas com a cognição e linguagem,

Os cursos de formação devem ser significativos para o pessoal que trabalha na creche, devem ser considerados os valores e saberes desse profissional produzidos a partir de sua história de vida e de trabalho, e contemplar, ainda, conteúdos necessários para a atuação docente e conhecimentos específicos para o trabalho com a criança pequena.

A formação do profissional de creche deve ser não só através de treinamentos sistemáticos, reciclagem periódica, mas também de observação da criança em seu dia-a-dia, e de discussão com as equipes de trabalho, visando a pensar e repensar a própria prática da creche, de treinamentos em serviço, com possibilidades de troca de experiências, através de visitas a outras creches, quando serão observadas novas técnicas e soluções para problemas idênticos e diferentes e experiências na área do pré-escolar; de orientação prestada diariamente pela coordenadora com o objetivo de ajudar a resolver problemas, melhorar o desempenho e aprimorar habilidades.

A importância do treinamento é reconhecida por todas as pessoas que trabalham na creche, pois segundo as mesmas é passada apenas a rotina do trabalho

no ato da admissão ou quando iniciam as atividades, sendo difícil a compreensão quanto às necessidades das crianças nas diferentes idades. A falta de formação profissional e de cursos ou treinamentos de orientações das atividades dificulta saber se o que estão aplicando é realmente importante para o desenvolvimento da criança. As poucas orientações que recebem da coordenadora valorizam apenas o cuidado físico, higiene, alimentação e disciplina.

Esta questão deve ser revista e os dirigentes das creches, em parceria com a Secretaria de Educação do Município, devem promover o aperfeiçoamento do pessoal que trabalha na creche, buscando a melhoria no desempenho de suas funções junto às crianças de 0 a 6 anos. Vale ressaltar que não são treinamentos esporádicos ou palestras avulsas, mas à vontade de que ocorra uma transformação, envolvendo todos que trabalham na creche, para que os profissionais adquiram uma postura político-social. Essa postura possibilitará que cumpram seu papel de educador com mais competência: cuidando, dando afeto, abrindo espaço para atividades, para as brincadeiras, para as interações criança-criança e criança-adulto, enfim, contribuindo através de várias formas e ações para favorecer o desenvolvimento cognitivo-social e afetivo da criança.

No momento das entrevistas, houve interesse em conhecer as sugestões das funcionárias para a melhoria do atendimento. As principais sugestões apresentadas foram: reestruturar a área física como construção de salas, pintura e reparo das paredes, reparo do piso do berçário e reforma do parquinho; trabalhar em equipe; integrar a família nas atividades desenvolvidas pela creche; planejar as atividades; oferecer educação continuada; melhorar o relacionamento com a família; oferecer assistência médica, odontológica e psicológica para as crianças; adquirir materiais e equipamentos como: toalhas de banho, canecas, bebedouro, filtro de água e aparelho de som; flexibilizar o horário de entrada e saída das crianças; aumentar o

número de atividades educativas e recreativas com as crianças; diminuir o risco de doenças na creche com aquisição de técnicas de prevenção; diminuir os riscos do trabalho e adquirir equipamentos de proteção para os funcionários; aumentar o número de brinquedos e de materiais pedagógicos, promover mudanças no Regulamento Interno da creche.

A seguir, são apresentados os dados relativos à caracterização das famílias das crianças usuárias da creche estudada. Os dados iniciais são idade, escolaridade e estado civil.

Caracterização dos cuidados familiares

No momento da realização deste estudo, havia 77 famílias cadastradas, correspondendo a 100 crianças usuárias, na faixa etária de seis meses a seis anos e onze meses.

Entre os 77 cuidadores familiares, foram estudados 71 sujeitos, que aceitaram fazer parte da pesquisa.

O grupo de cuidadores familiares participantes deste estudo é constituído pelas mães, pais e avós das crianças usuárias.

Com a finalidade de conhecer as características pessoais das famílias e o nível sócio-econômico, de que decorre, em grande parte, a sua qualidade de vida, estaremos abrangendo as seguintes variáveis: idade, estado civil, profissão, local de trabalho, escolaridade, número de filhos, salário, condições de moradia, posse de bens de consumo, filhos na creche e participação em reuniões.

O gráfico 7 e o 8 apresentam a faixa etária das mães e de seus maridos e/ou companheiros (nem sempre pais das crianças). Observou-se, na faixa etária das mães das crianças, uma maior freqüência nas faixas de 20 a 30 anos, e maior concentração, na faixa de 26 a 35 anos, dos maridos ou companheiros.

Gráfico 7 - Distribuição quanto à faixa etária das mães das crianças freqüentadoras da creche, em 2002

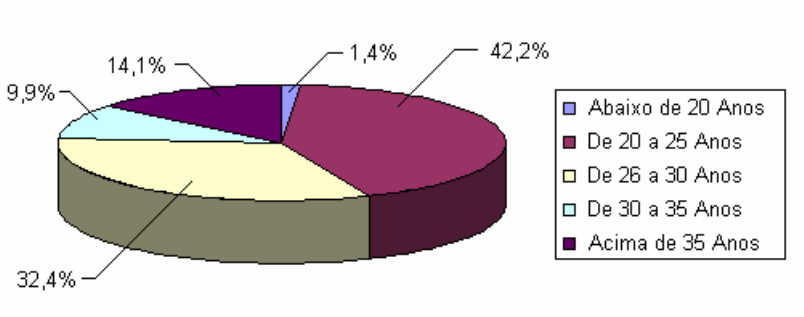
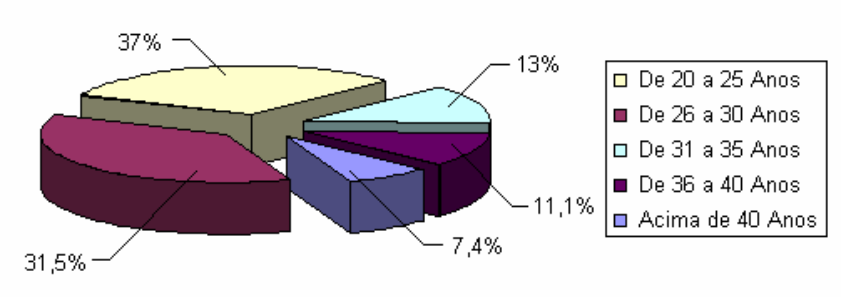


Gráfico 8 – Distribuição quanto à faixa etária dos maridos e/ou companheiros das mães das crianças freqüentadoras da creche, em 2002



O gráfico 9 e o 10 apresentam o nível de escolaridade: tinham o primeiro grau incompleto 60,6% das mães e 51,9% dos maridos ou companheiros. A porcentagem de mães analfabetas era de 2,8% e de maridos ou companheiros de 1,8%.

Gráfico 9 – Nível de escolaridade das mães das crianças freqüentadoras da creche, em 2002

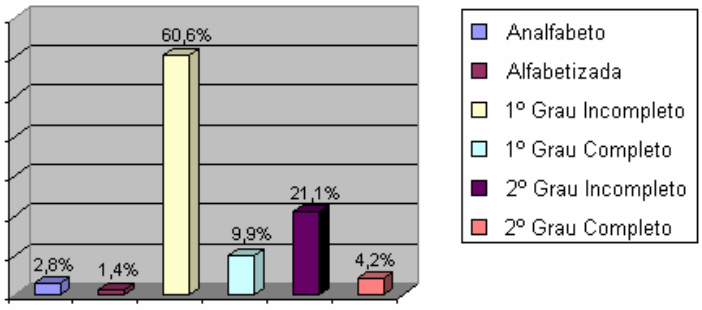
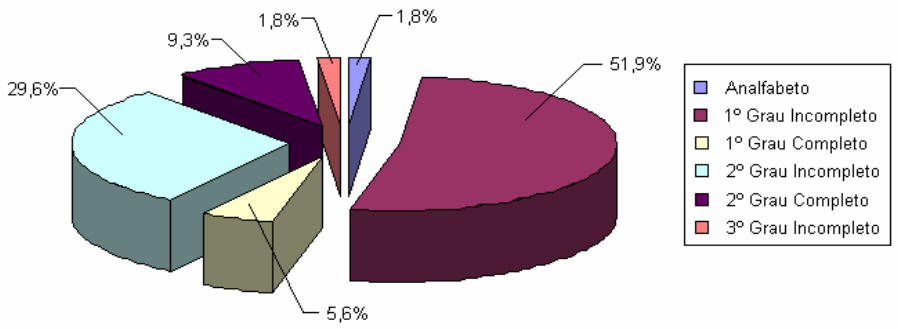


Gráfico 10 – Nível de escolaridade dos maridos e/ou companheiros das mães das crianças freqüentadoras da creche, em 2002



Para Hasenbalg(2000), a escolaridade dos chefes de família, sejam eles homens ou mulheres, está fortemente relacionada a outras características das unidades familiares (como número de filhos, tamanho das famílias e renda domiciliar) que incidem diretamente nas condições de socialização e bem-estar das crianças. A educação das mães, determinante básico do bem-estar, saúde e nutrição das crianças, apresenta uma distribuição desigual e concentrada na base. Apesar dos avanços educacionais das décadas recentes, mais de um quinto das mães (21,3%) ainda se encontra na categoria de até 3 anos de instrução ou elementar incompleto, composta por pessoas analfabetas ou semi-alfabetizadas.

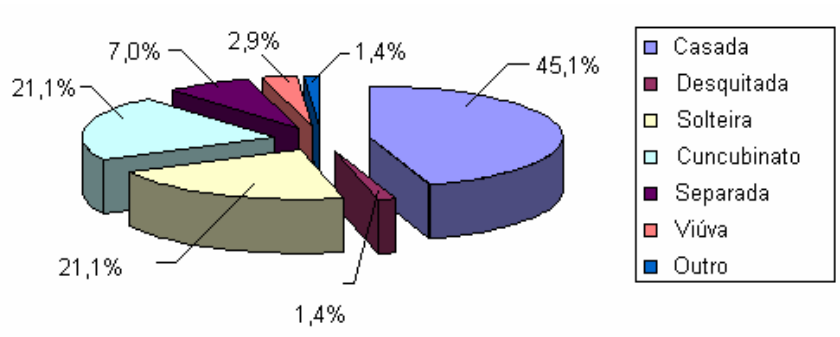
A educação tem sido um dos fatores decisivos para a eclosão de duas mudanças paradigmáticas, nesta passagem do século XX para o século XXI, em que a economia de produção de bens está sendo substituída pela economia de produção do conhecimento e a transição da sociedade industrial para a sociedade informacional, sendo a educação fundamental nessa nova ordem. O conhecimento tornou-se a um só tempo, um modo de controle político e econômico e um instrumento de mobilidade social, de transformação organizacional e de revolução

cultural e quem não tiver acesso a uma educação de boa qualidade estará automaticamente excluído dessa ordem (Faria, 1995).

A educação é um direito verdadeiramente humano e uma responsabilidade social do governo. É absolutamente necessária ao ser humano, para que este possa sobreviver; desenvolver suas potencialidades; viver e trabalhar com dignidade; participar do desenvolvimento do seu país melhorando a qualidade de sua vida; e continuar aprendendo. O mero domínio dos conteúdos simples-ler, escrever e fazer as quatro operações - não basta. Por outro lado, sabe-se que quanto maior a educação dos pais, maiores são as chances das crianças terem uma escolaridade melhor. Nessa medida, o indicador sobre anos médios de estudo dos pais é bastante significativo, segundo a bibliografia, quando se quer configurar a condição sociocultural das crianças.

O gráfico 11 apresenta o tipo de relacionamento e permite observar que 45,1% das mães eram casadas, 21,1% solteiras e 21,1% vivendo em concubinato.

Gráfico 11 – Estado civil das mães das crianças freqüentadoras da creche, em 2002



Situação sócio-econômica

O gráfico 12 mostra que a maior parte das mães (81,7%) eram domésticas. O item outras, com 18,3%, abrange várias ocupações, entre as quais:

costureiras, balconistas, faxineiras, ajudantes de cozinha e atendentes. A profissão dos companheiros era bastante variada (24,1%) serviços gerais; 16,7% eram lavradores e o restante abrangia pedreiros, motoristas, pintores, garçons, mecânicos, chapeiros, eletricistas, seguranças, vendedores ambulantes, padeiros e auxiliares de enfermagem (gráfico 13).

Gráfico 12 – Distribuição da profissão das mães das crianças freqüentadoras da creche, em 2002

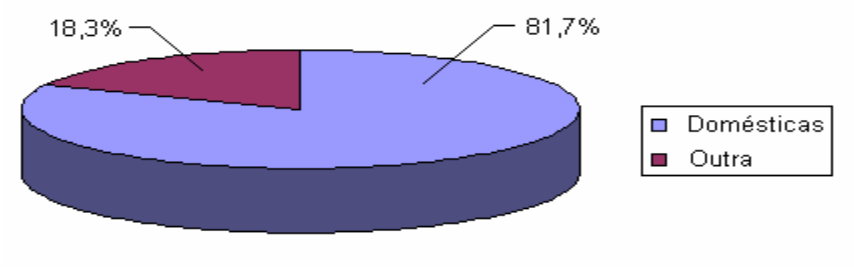
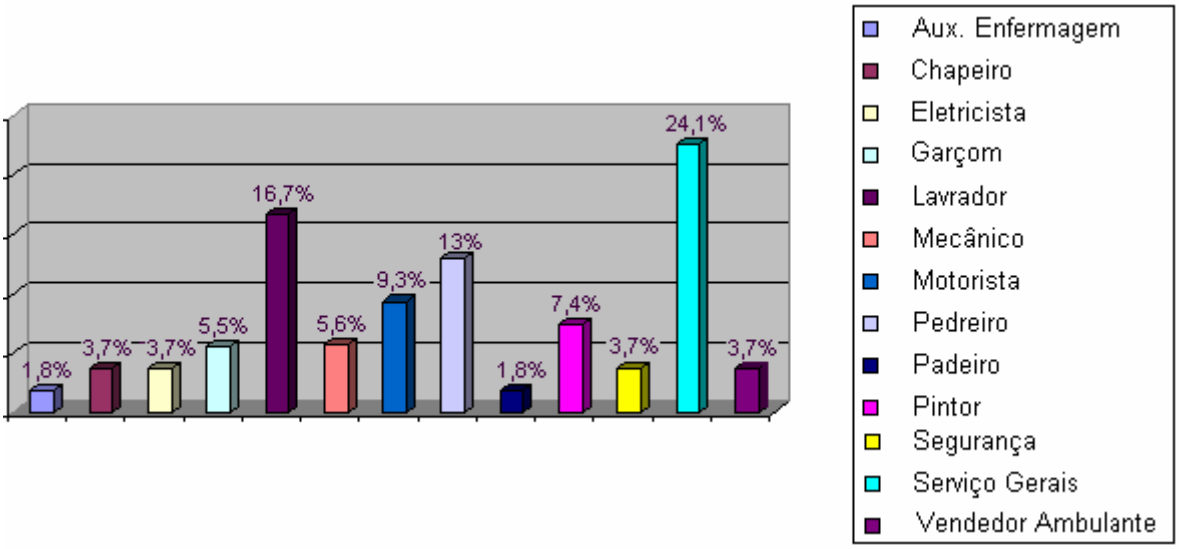


Gráfico 13 – Distribuição da profissão dos maridos e/ou companheiros das mães das crianças freqüentadoras da creche, em 2002



Verificamos que, quanto ao trabalho, o número de mães desempregadas era de 5,6% e o número de maridos e/ou companheiros era de 20,4%.

Sabóia & Sabóia (2000) colocam que, entre os programas que vêm se difundindo no País dirigidos às famílias mais carentes, estão os chamados programas de renda mínima, com ou sem exigência de freqüência à escola para os filhos em idade escolar. As primeiras experiências surgiram no nível municipal, cabendo destacar as experiências pioneiras de Campinas e do Distrito Federal. Reconhecendo o mérito de tais programas, o governo federal aprovou legislação que permite o apoio a programas municipais, iniciando-se com os municípios mais pobres da federação.

O grau de bem-estar ou vulnerabilidade das crianças da primeira infância está intimamente relacionado ao volume de recursos materiais e educacionais de suas famílias. Crianças pertencentes a famílias pobres não só têm limitados seus níveis atuais de bem estar como também suas trajetórias socioeconômicas futuras. Na medida em que se permite que as crianças nascidas em famílias pobres sejam duramente afetadas de forma a comprometer sua performance econômica futura, fecha-se, o circulo da pobreza: "a*s crianças pobres de hoje constituirão, com maior probabilidade, as unidades familiares pobres de amanha*" (Barros & Mendonça, 1990, p.1).

A média de filhos das famílias estudadas era de 2,4% filhos. Nota-se ainda que na população de mães, 23,9% moravam sem o cônjuge, com filhos, (com ou sem outros parentes). Os estudos sobre família no Brasil e na América Latina destacam, com preocupação, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres devido à associação entre esse tipo de família e à situação de pobreza.

Com relação ao tamanho das famílias e das unidades familiares, registra-se a tendência à diminuição do seu tamanho, que resulta fundamentalmente da queda da fecundidade. Assim, entre 1970 e 1989, o tamanho médio das unidades familiares no Brasil caiu 23%, de 4,8 a 3,9 pessoas (Cambios..., 1993, p.158). A diminuição do tamanho das famílias e do número de filhos redunda em benefícios para a saúde da

mãe e das crianças e, em ambiente mais favorável, para o desenvolvimento dessas últimas. Como destacado em Cambios... (1993,p.40):

"Há numerosas comprovações sobre as vantagens de uma família pequena do ponto de vista microeconômico e microssocial. É conhecido o desejo dos casais de ter menos filhos e também há indicações de que o tamanho da família, sobretudo em setores pobres, tem uma relação inversa com o nível de instrução obtido pelas crianças".

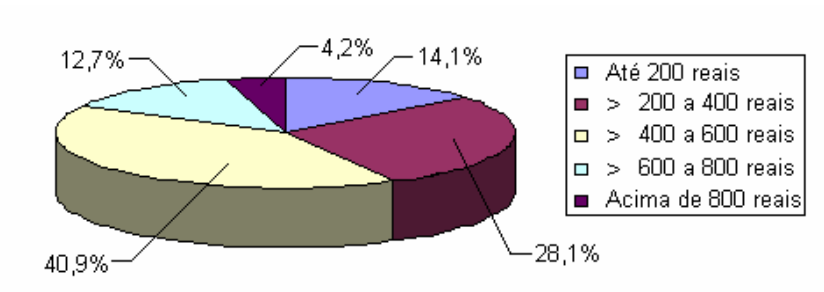
Para Hasenbalg (2000) se a queda da fecundidade é o principal fator que explica a diminuição do tamanho das famílias, a crescente participação feminina no mercado de trabalho, a elevação das taxas de separação e divórcio e o aumento da esperança de vida das mulheres são os principais determinantes do aumento de dois tipos de arranjos familiares que escapam ao padrão ainda dominante de família conjugal: as famílias chefiadas por mulheres e as unidades domiciliares unipessoais. No que se refere ao bem-estar da primeira infância, importa destacar, entre as famílias chefiadas por mulheres, o arranjo constituído por mães sem cônjuge com filhos. Ao invés de constituir uma opção aberta às mulheres pela modernização, no contexto dos países em desenvolvimento, as famílias neste tipo de arranjo de acordo com o Panorama Social da América Latina (1995, p.65):

"Tendem a ser mais pobres que as que dependem de um homem e costumam reproduzir a pobreza intergeracionalmente. Isto se deve, de acordo com vários estudos, a que costumam ter mais dependentes, aos salários mais baixos das mulheres, e a que devem cumprir funções econômicas e domésticas, o que limita a possibilidade de escolha do emprego e horários, já que devem compatibilizá-los com o cuidado dos filhos aceitando salários mais baixos".

A diminuição do tamanho das famílias obedece, em outros motivos, à redução do número de filhos decorrente da queda na fecundidade, como foi mencionado anteriormente. Famílias de menor tamanho, com número reduzido de filhos, configuram, de acordo com a bibliografia, um ambiente de socialização mais favorável à criança. O número médio de pessoas nos domicílios das famílias estudadas era de 4,3 pessoas e a média da idade dos filhos era de 5 anos.

O gráfico 14 apresenta a renda familiar: 40,9% ganhavam até três salários mínimos. Um outro dado de interesse foi à constatação de que 57,7% das famílias conseguiam economizar um salário mínimo. Esse resultado foi obtido subtraindo-se as despesas básicas (alimentação, transporte, aluguel, gás, educação, vestuário, prestações) do salário familiar.

Gráfico 14 – Nível sócio-econômico das famílias das crianças freqüentadoras da creche, segundo renda familiar, em 2002



Segundo Peliano & Beghin (1993), nos anos 90, existiam no Brasil cerca de 31,6 milhões de indigentes, uma população equivalente à da Argentina, que se defronta diariamente com o problema da fome, e 61,3 milhões de pobres. A linha de indigência, definida pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL/ONU, corresponde ao valor da Cesta Básica, ou seja, são considerados indigentes todos aqueles cuja renda per capita lhes permita garantir apenas uma alimentação adequada. Por outro lado, considera-se como linha da

pobreza, o nível de renda que permita cobrir, além do custo da Cesta Básica, outras necessidades essenciais, como saúde, educação, habitação, transporte e vestuário. Assim, todos aqueles, cuja renda corresponde a um valor inferior a esse patamar, são considerados pobres.

A linha de indigência e de pobreza, depois de convertidos em salários mínimos, mostra resultados que variam em torno de dois salários mínimos, dependendo do Estado do Brasil, para a linha de indigência, e de 4 salários mínimos para a linha de pobreza. Dois salários mínimos equivalem, portanto, a um valor aproximado do que seria a linha de indigência média nacional (Peliano & Beghin, 1993).

Considerando as observações acima, pode se dizer que o grupo de estudo composto pelas famílias das crianças usuárias, representa um grupo de baixo nível sócio-econômico, vivendo basicamente com rendimentos inferiores a 4 salários mínimos e com baixa escolaridade. Esses aspectos peculiares mostram, claramente, que a qualidade de vida dessa população tem sido altamente insatisfatória.

Um dos fatores que mais influencia na escolaridade das crianças é, sem dúvida, a renda da família. Kramer & Kappel (2000) analisando as taxas de escolarização, identificaram uma nítida desigualdade entre as crianças mais ricas e as mais pobres. À medida que aumenta a renda familiar, crescem os níveis de escolarização. Colocam, ainda, que as chances que as mais ricas têm de estarem na creche ou pré-escola são, no caso das crianças de 0 a 3 anos, 13 vezes a das mais pobres, e para as crianças de 4 a 6 anos, as oportunidades também são desiguais: as com maior renda têm 2,4 vezes a oportunidade das com menor renda.

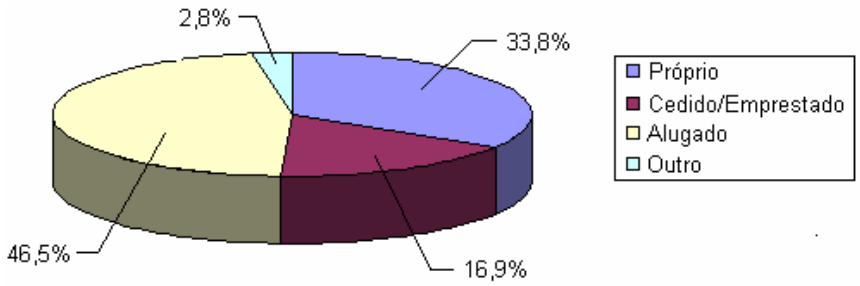
As condições de moradia estão diretamente ligadas à renda familiar. Assim, as crianças que moram em domicílios em melhores condições (casa ou apartamentos próprios, com luz elétrica, água encanada, rede de esgoto) têm, de

acordo com a bibliografia, maior probabilidade de freqüentar creche, pré-escola ou escola. A seguir, passaremos a analisar as condições de moradia das famílias das crianças freqüentadoras da creche estudada.

Características da habitação

Com relação às condições de moradia, verificou-se que o tipo de habitação das famílias estudadas era de alvenaria (100%). Ainda a maioria pagava aluguel, ou seja, 46,5% (gráfico 15). As moradias tinham uma média de 4,7% cômodos, incluindo quarto, sala, cozinha e banheiro. As famílias moravam em casa (95,8%) e em apartamento (4,2%). O tipo de piso dessas habitações era o de cimento (69%) e o de terra batida (31%). O tempo médio de moradia dessas famílias era de 3 anos.

Gráfico 15 – Condição de posse da residência das famílias das crianças freqüentadoras da creche, em 2002



Brant (1989) comenta que o grande sonho de todos, e principalmente da população de baixa renda, continua sendo o acesso à casa própria. No entanto, ao contrário do que vinha ocorrendo, a casa própria é um desejo quase impossível para as camadas menos privilegiadas. Até meados dos anos 70, grande parte dos trabalhadores, em São Paulo, ainda pôde viabilizar a obtenção de casa própria. Ter um teto possibilitava a sobrevivência da família com menor custo. Para o autor, uma

das marcas mais expressivas das últimas décadas é a crescente dificuldade de acesso à casa própria em decorrência da grave crise de habitação, do desemprego e da recessão. Inquilinos perdem a capacidade de pagamento do aluguel, gerando uma intensificação de despejos ou abandono da casa alugada, como opção. Multiplicam e crescem as favelas. Difunde-se a prática de ocupações organizadas de terras ociosas. Por outro lado, os órgãos públicos mostram-se incapazes de viabilizar uma política para enfrentar a crise.

A casa própria representa, para a família, a segurança e a garantia de libertar-se da despesa com moradia alugada. Para conseguir realizar esse grande sonho, segundo Brant (1989), as famílias trabalhadoras têm-se submetido a muitas privações: extensão da jornada de trabalho; autoconstrução à noite e nos fins de semana, em mutirões; rigorosas economias de salários, chegando até mesmo à convivência cotidiana com a fome; moradia em abrigos inacabados e sem condições de habitalidade, situados em longínquos loteamentos desprovidos de infra-estrutura.

Sabe-se que a insuficiência e precariedade de saneamento básico, associadas à baixa renda, têm reflexos diretos nas condições gerais de saúde da população, e especialmente a de menores de um ano. Nas residências das famílias estudadas 95,8% eram abastecidas com água encanada e 97,1% possuíam rede de esgoto. Todas as residências tinham energia elétrica.

O abastecimento de água e escoamento sanitário adequados constituem aspectos básicos das condições ambientais em que residem as crianças e estão diretamente relacionados a sua saúde e sobrevivência. Hasenbalg (2000) menciona que a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição comprovou o impacto destes indicadores na mortalidade infantil. No Brasil, enquanto a mortalidade infantil de crianças residindo em domicílios adequados (em água e esgoto) se situava em torno de 30%, para aquelas residindo em domicílios inadequados, a mortalidade subia para

78,4%, ou seja, mais do dobro. Enfatiza que instalações sanitárias deficientes quanto ao escoamento de dejetos reduzem, em muito, os benefícios potenciais de um abastecimento de água potável e provocam a transmissão de doenças infecciosas e parasitárias.

A falta de coleta de lixo tem impacto desfavorável sobre a saúde, já que é fonte de vetores de numerosas doenças transmissíveis ao homem, tal como: gastroenterites, diarréias, peste e tifo. O lixo dos domicílios das famílias estudadas eram coletados em todas as residências e alguns entrevistados informaram que o lixo é coletado 3 vezes por semana.

O agravo à saúde que afeta a vida das crianças está profundamente associado às condições de vida da criança e ao seu ambiente. A ação consciente de indivíduos, coletividades e serviços, sobre os fatores que determinam a qualidade de vida na infância é responsabilidade da sociedade e condição essencial para garantir a equidade em saúde, isto é, atenção diferenciada a indivíduos e coletividades para a garantia da igualdade no usufruto do direito ao crescimento e desenvolvimento.

Posse de bens de consumo

Tabela 1 – Respostas de 71 entrevistados quanto à posse de bens de consumo

BENS DE CONSUMO	ENTREVISTADOS QUE POSSUEM	
	Nº	%
Televisão	68	95,8%
Geladeira	65	91,5%
Rádio	59	83,1%
Tanquinho	58	81,7%
Telefone	15	21,1%
Automóvel	11	15,5%
Video-Cassete	11	15,5%

Em relação aos bens de consumo, a tabela 1 mostra o número de entrevistados que declararam possuir televisão, geladeira, rádio, tanquinho, telefone, automóvel e vídeo-cassete. Sessenta e oito entrevistados (95,8%) declaram possuir televisão. O item geladeira (91,5%) foi o segundo mais indicado pela necessidade de conservação dos alimentos.

O rádio (83,1%) ficou em terceiro lugar que, naturalmente, por custar muito menos, pode ser facilmente adquirido.

O item tanquinho é um tipo de máquina de lavar roupa mais econômica e mais barata, que só bate a roupa suja, mas não torce: 81,7% dos entrevistados declararam que possuíam esse tipo de eletrodoméstico.

O item automóvel referia-se a qualquer marca, tipo ou ano desde que existente na residência, 15,5% dos entrevistados o possuíam em sua residência; 15,5% tinham vídeo-cassete e 21,1% telefone, bens considerados supérfluos para quem luta pela sobrevivência e pela comida de cada dia.

Somente dois entrevistados (2,8%) contavam com o auxílio de parentes, nas atividades da casa, e pagavam por esse serviço.

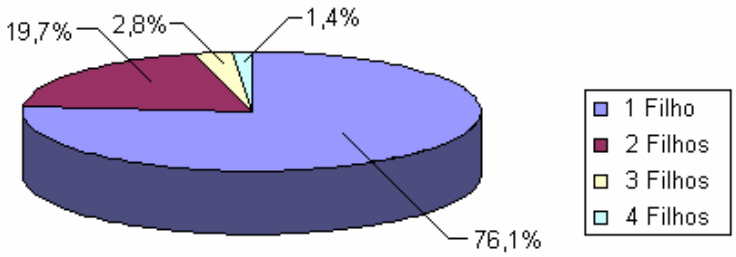
A posse de bens duráveis é, inegavelmente, um fator diferenciador da situação socioeconômica das famílias. Sabóia & Sabóia (2000) enfatizam que sua disseminação vem ocorrendo há várias décadas. Alguns itens já atingiram percentuais de posse quase universal, enquanto outros estão apenas iniciando o processo de difusão. Dois elementos são fundamentais na determinação da posse de tais bens - o preço e o grau de essencialidade. Colocam ainda, que a Pesquisa sobre Padrão de Vida de 1996 – 1997 menciona que três bens duráveis encontram-se bastante difundidos – fogão, televisão e geladeira. Dois ainda estão muito pouco

difundidos – microcomputador e ar condicionado. Os quatro restantes encontram-se em situação intermediária – máquina de lavar roupa, vídeo, automóvel e telefone.

Vínculo das famílias com a creche

Observou-se que as 71 famílias participantes deste estudo tinham um total de 92 crianças matriculadas na creche. O gráfico 16 apresenta a distribuição dessas famílias, pelo número de filhos que estavam matriculados na creche e, verificou-se que 76,1% tinham um filho, 19,7%, 2 filhos e 2,8%, 3 filhos. A grande maioria tinha, portanto, apenas 1 filho. Estavam na creche há 1 ano (56,3%) e 29,6% tinham filhos na creche há 2 anos. As crianças passavam de 5 a 10 horas na creche. A maioria (94,4%) permanecia 10 horas na creche.

Gráfico 16 – Distribuição do número de famílias e dos filhos matriculados na creche estudada, em 2002



Algumas mães que tinham um filho na creche pleiteavam vaga para outros, e se inscreviam na lista de espera logo após o nascimento do filho. Entretanto, era extensa a fila de espera que a creche apresentava o que não permitia atender a demanda, dificultando para essas mães conseguirem uma vaga. Um dos motivos apresentados pelas mães, quando solicitavam vaga, era a necessidade de trabalhar e, ainda, a preocupação de algumas com a alimentação dos filhos, numa visão evidentemente assistencialista.

Parece de interesse citar a rotatividade elevada das crianças na creche estudada. Como o direito de vaga estava associado à condição de trabalho da mãe e no Regimento Interno determinava-se o prazo de 7 dias para se conseguir um novo emprego, ocorria o desligamento da criança caso a mãe não apresentasse a freqüência ao trabalho, através da caderneta e contrato do empregador. Outros fatores que geravam a rotatividade era o grande número de punições nos casos de atrasos no horário de entrada e saída das crianças na creche a mãe, durante a licença gestação, não podia deixar o filho na creche ou, quando necessitasse ir ao médico, ao dentista, efetuar compras, pagar suas prestações, gerando insatisfação e relações conflitantes entre a família e a creche, e conseqüentemente, o desligamento da criança por qualquer motivo.

Perguntamos aos cuidadores familiares os motivos primeiros pelos quais procuraram a creche. Em suas respostas, declararam: 57,8% precisavam trabalhar e não tinham condições de pagar alguém para tomar conta da criança; 19,7% alegaram que o salário não era suficiente e necessitavam da creche para assegurar a alimentação e os cuidados básicos para a criança para 18,3% o motivo era a pré-escola oferecida pela creche; 2,8% responderam que a procura foi devido ao fato da criança não ter com quem brincar e para promover a sua socialização, e 1,4% por motivo de doença grave da mãe.

É amplamente reconhecido que a miséria no país tem raízes estruturais, tendo sido agravada nas últimas décadas, pelos sucessivos fracassos de políticas macroeconômicas. A perversa combinação da estagnação econômica, com altas taxas de juros e impostos submete o trabalhador brasileiro à insegurança do desemprego e corrói o poder aquisitivo dos salários. Combater a fome do país, portanto, significa combater as causas que contribuem para a perpetuação das condições de miserabilidade em que vivem milhões de brasileiros (Peliano & Beghin, 1993).

Segundo Barreli (1988), as famílias de baixa renda despendem de 62% a 64% de seus ganhos em alimentação. Muito embora esses não sejam suficientes para atender às suas necessidades nutricionais, revelam o esforço que se faz para adquiri-los. A situação alimentar da classe operária é desalentadora. De fato, é o baixo poder aquisitivo e não a falta de informação que determina o estado nutricional da população. Assim, somente com a elevação do poder aquisitivo, seja pelo aumento do salário e/ou diminuição de preços, poder-se-á melhorar a situação nutricional da classe trabalhadora.

A diversidade e as disparidades socioeconômicas presentes na realidade brasileira exigem cuidado especial, quando se pretende assumir o desafio de estabelecer critérios relevantes para o conjunto do país e de sua população. Torna-se fundamental definir princípios que possam nortear uma política de desenvolvimento com distribuição justa e eqüitativa da riqueza nacional para se resolver o problema da nutrição da população.

Sabóia & Sabóia (2000) apontam que a Pesquisa sobre Padrões de Vida 1996 – 1997 confirmou a posição desfavorável ocupada pelas famílias com crianças na primeira infância. O fato das famílias com crianças na primeira infância possuírem em geral, os piores indicadores, tem uma importante conseqüência em termos de política social. Eles indicam que programas dirigidos às famílias com crianças em idade escolar devem ser precedidos de programas dirigidos às famílias com crianças em idade pré-escolar. Caso contrário, tais crianças poderão chegar aos 7 anos com fortes deficiências. Portanto, os programas do tipo bolsa-escola, dirigido às crianças a partir de 7 anos, seriam muito beneficiados pelo desenvolvimento prévio de programas dirigidos às gestantes e às famílias com filhos na primeira infância.

Houve interesse em saber sobre os cuidados que as crianças recebiam na creche do ponto de vista dos cuidadores familiares. Gostavam do trabalho realizado com a criança 36,6% e responderam que nada tinham a colocar sobre pontos negativos da assistência à criança, elogiaram a creche e os funcionários, classificando como satisfatória a assistência prestada. Entretanto, 63,4% dos cuidadores familiares responderam que gostavam do atendimento por alguns motivos e não gostavam, por outros motivos. Os principais motivos apresentados como satisfatórios foram: atenção e carinho das funcionárias em relação à criança; alimentação adequada em qualidade e quantidade; limpeza e higiene das dependências físicas da creche; ensino de boa qualidade na pré-escola; socialização da criança; atividades desenvolvidas no parquinho; banho dado na criança antes de ir para casa; responsabilidade do pessoal, educação e atenção das professoras. Os principais motivos considerados insatisfatórios pelos cuidadores familiares em relação ao atendimento foram: autoritarismo por parte da coordenação da creche; tumultos no momento do banho e o fato de enxugarem a criança com toalhas usadas por outras; número insuficiente de funcionários; muitas crianças num mesmo espaço físico; ausência de assistência médica e odontológica; banho frio; não treinamento do controle esfincteriano das crianças menores; poucos agasalho nas crianças nos dias frios; escassa comunicação com o cuidador familiar; troca e sumiço de objetos pessoais da criança; doenças constantes pelo grande número de crianças num mesmo ambiente e pela falta de individualização dos objetos de uso pessoal como copo e toalha; falta de planejamento das atividades; escassez de brinquedos e material pedagógico; falta de educação de algumas funcionárias ao corrigir a criança; falta de tolerância com a criança e suspensão ou punições nos casos de indisciplina.

As principais sugestões apresentadas pelos cuidadores familiares para a melhoria da assistência prestada pela creche foram: maior participação das famílias

nas atividades realizadas pela creche; reestruturação da área física; mudança no Regulamento Interno; assistência médica e odontológica; horários flexíveis de entrada e saída da criança na creche; melhor comunicação e interação com as famílias; aumento do quadro de pessoal; treinamento dos funcionários; realização de um maior número de atividades educativas; individualização dos objetos de uso pessoal da criança; maior cuidado no momento do banho; gestão democrática e aumento do número de brinquedos e de materiais pedagógicos.

Com relação à participação da família na creche, os cuidadores familiares colocaram que participam muito pouco (87,3%) e que gostariam de participar mais das decisões e atividades realizadas pela creche, por isso, colocaram a dificuldade que a creche impõe, uma vez que o relacionamento com o pessoal se restringe, na maioria das vezes, aos horários de entrada e saída da criança, a algumas confraternizações e, esporadicamente, a reuniões agendadas pela creche. Opinaram que não poderiam participar mais das atividades realizadas pela creche 12,7% dos cuidadores familiares que colocaram o horário de trabalho como impeditivo de uma maior participação.

Houve interesse em saber dos cuidadores familiares sobre as reuniões realizadas na creche. Em relação ao número de reuniões 56,3% responderam que elas ocorrem semestralmente; 22,6% responderam que elas ocorrem anualmente; 7% não responderam porque não se lembravam e 14,1% não souberam responder porque a criança era novata na creche e não tinham recebido nenhuma comunicação sobre a realização de reuniões. A participação da mãe nas reuniões era de 87,3%; a do pai, de 9,9%; a de outro membro da família, de 7,0% (avó da criança).

Os cuidadores familiares enfatizaram, ainda, a importância da reunião como meio de promover uma melhor comunicação e participação da família na creche e apontaram que as reuniões, apesar de ocorrerem esporadicamente, são

momentos significativos e relevantes para o trabalho conjunto com a criança. Para tanto sugeriram que deveria haver reunião com maior freqüência, e 64,8% opinaram que as mesmas deveriam acontecer a cada dois meses.

Como vimos, o contato creche-família se dá através de reuniões assistemáticas, geralmente, quando ocorrem problemas disciplinares. As famílias não têm nenhuma participação nas decisões da creche estudada.

Esta questão deve ser revista e os dirigentes devem abrir espaço para que a família participe do planejamento, da gestão e da avaliação do trabalho com a criança. O atendimento de qualidade exige o envolvimento do educador, da família e da própria criança.

Os educadores, em parceria com a família, cada um dentro de suas particularidades, cumprem um papel importante no processo de desenvolvimento da criança.

De maneira geral, podemos dizer que a creche passa por uma profunda transformação para desfazer a herança de filantrópica-assistencialista e responder às novas demandas de uma sociedade que necessita de apoio no cuidado e educação das crianças, sendo que seu objetivo passa a ser o de compartilhar o cuidado e educação, e em decorrência, busca uma cooperação junto às famílias (Haddad, 1991).

Para tanto, nos propusemos a analisar os relatos verbais do pessoal que trabalha na creche estudada e dos cuidadores familiares sobre o relacionamento creche-família, constituindo essa a temática central deste estudo.

4.3 - Resultados e discussões da temática central

A partir daqui, estaremos abordando, qualitativamente, o assunto sobre as questões relativas à relação creche-cuidador familiar, por meio dos relatos verbais do pessoal que trabalha na creche (quando a informação partir dos funcionários) e

referentes às relações cuidador familiar-creche (quando a informação partir dos cuidadores familiares). Esse assunto nos levou a elaborar duas questões propriamente ditas que estão incorporadas nos Quadros 1 e 2.

De acordo com o Quadro 1, quanto ao relacionamento com a família, obtivemos várias respostas das funcionárias da creche, que depois foram agrupadas, segundo a semelhanças, em categorias. Conforme demonstrado, depreende-se que as funcionárias possuíam uma visão de situação-problema, que dificultava a consecução dos objetivos programados. A dificuldade de relacionamento com os cuidadores familiares era geradora de vários atritos, o que impedia uma visão da criança inserida em seu contexto familiar.

QUADRO 1 – Respostas das funcionárias da creche sobre os fatores dificultadores referentes às relações com os cuidadores familiares

Categorização: **relação creche-cuidador familiar**	**Respostas**
problemas de comunicação (18)	*"... existe muita fofoca"/"...os pais podiam conversar mais com as funcionárias, para sabermos mais da criança"/"...o relacionamento não é bom, porque não temos diálogo"/"...a creche exalta muito os defeitos da criança para a mãe e não destaca as qualidades"/"...falta de criatividade para chamar a atenção dos pais"/ "...é necessário aumentar o conhecimento da realidade da criança e da família, para que possamos desenvolver um trabalho baseado nesta realidade"/"...as reuniões são escassas deveria ter mais, para esclarecer as intercorrências com a criança, os progressos, as dificuldades"/"...a criança cai, a mãe não quer dialogar, já fica nervosa e irritada"/"...a creche se fecha para o diálogo, o que restringe a liberdade, dificultando o relacionamento".*
falta de participação (12)	*"...temos muito pouco contato com a mãe"/"...o trabalho não tem continuidade"/"...a família participa muito pouco, não sabem como a gente cuida da criança, não conhecem o nosso trabalho"/"...abrir espaço para que as mães possam visitar a creche, pois elas não podem nem ficar muito tempo em frente ao portão"/"...ninguém recebe a mãe aqui dentro, é do portão para fora"/"...as mães criticam tudo, não dão valor ao nosso trabalho*

Continuação...

Quadro 1 (cont.) - Respostas das funcionárias da creche sobre os fatores dificultadores referentes às relações com os cuidadores familiares

Categorização: relação creche-cuidador familiar	**Respostas**
interação negativa (11)	*porque não conhecem a rotina"/"...são muito desconfiadas e inseguras com relação aos cuidados dispensados à criança, não sabem como são alimentadas, tratadas"/"...desinteresse das mães, gerando distanciamento".* *"...não temos amizade com as mães, elas, são muito difíceis"/"...reclamam de tudo e são muito criticas"/"...não valorizam o nosso trabalho"/"...as mães não gostam de mim, acho que me detestam"/"...as mães precisam desarmarem contra nós"/"...são mal educadas e agressivas".*
limitação de espaço físico (7)	*"...a área física dificulta atender melhor as crianças e as famílias"/"...limitações das atividades pela inadequação da área física"/"...muitas crianças num mesmo lugar"/"...falta de comodidade, não temos um espaço nosso"/"...nós não temos espaço, nossa salinha, assim não dá".*
rigidez e inflexibilidade de normas (5)	*"...aplicação de suspensão sem analisar o motivo da falta"/"...rigidez nos horários"/"...o regulamento é muito autoritário e as mães ficam irritadas, descontando no funcionário"/"...que a creche seja um lugar de alegria para as famílias e não um lugar alienado, com julgamentos e normas rígidas".*
culpabilidade dos pais (4)	*"...a maneira como cuidam da criança deixa a desejar, tem muita mãe que não liga, a criança chega suja"/"...as crianças ficam, muito doentes, dão muito trabalho para nós, algumas crianças chegam sem higiene, com assaduras, mostrando que não foram bem cuidadas em casa"/"...a família não cumpre os seus deveres".*
interação positiva (4)	*"...algumas mães respeitam a gente, tem amizade"/"...elogiam e gostam do nosso trabalho"/"...sempre que podem, algumas mães ajudam a creche".*
escassez de funcionários (3)	*"...as atividades com a criança fica a desejar pelo número reduzido de pessoal"/"...pouco funcionário, não temos como atender as solicitações da família"/"...o número de funcionário dificulta dar atenção que a família merece"/"...o funcionário fica estressado pelo excesso de trabalho"/"...a creche deveria visitar as famílias, dar mais atenção, mas não tem pessoal para fazer esse trabalho".*

Obs: Houve mais de uma resposta dos sujeitos pesquisados, que no total, foram 12

Sabemos que a comunicação é essencial nas relações interpessoais e, de acordo com Silva (1996), somos por excelência seres de comunicação. No encontro comunicativo com os outros, nós descobrimos quem somos, nos compreendemos, crescemos em humanidade, mudamos para melhor e nos tornamos fator de transformação da realidade em que vivemos. Isso significa, para a autora, viver em "estado de graça", com paixão pelas pessoas e pela vida.

Observamos, nas falas emitidas pelas funcionárias, que as dificuldades na comunicação, por vezes, impedem o estabelecimento de laços com os cuidadores familiares, comprometendo o trabalho de cuidar e educar crianças, pela falta de conhecimento e de compreensão dos problemas no dia-a-dia de suas vidas, no contexto familiar. Por isso, a creche precisa urgentemente educar seu pessoal para o uso efetivo da comunicação, reconhecer a vulnerabilidade dos cuidadores familiares, suas dificuldades, limitações, eliminar os preconceitos, criando uma comunhão geradora de credibilidade e solidariedade. No que se refere à discussão sobre qualidade do atendimento infantil coletivo no Brasil, Campos (1997) aponta que as crianças são queridas quando percebem que suas famílias são bem-vindas e respeitadas na creche; quando os pais são estimulados a participarem ativamente dos eventos e atividades na creche; quando as mães e os pais recebem atenção especial da creche enquanto suas sugestões são bem recebidas. Coloca, ainda, que a programação da creche deve prever que as famílias sejam informadas dos progressos de suas crianças, e reconhece a importância da comunicação entre família e educador para o bem-estar e o desenvolvimento da criança. Esses são alguns critérios colocados pela autora para atingir um patamar mínimo que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças, nas instituições onde muitas delas vivem a maior parte de sua infância.

Somente pela comunicação efetiva é que a creche poderá ajudar os cuidadores familiares a conceituar seus problemas, enfrentá-los, eleger alternativas de solução dos mesmos, além de auxiliá-los a encontrar novos padrões de comportamento revertendo num ambiente familiar compromissado com uma vida mais digna para a criança.

A comunicação adequada é aquela que tenta diminuir conflitos, mal-entendidos e atingir objetivos definidos para a solução de problemas detectados (Silva, 1996). Na creche, muitas vezes, surgem conflitos originados de uma atitude não compreendida ou mesmo de uma reação inesperada da criança, da funcionária ou do cuidador familiar, fazendo-se necessário que haja muita sensibilidade humana, para se conseguir a proeza de comunicar verdades profundas, corrigir, disciplinar e questionar de forma leve, objetiva, empática e com extrema simplicidade.

A comunicação influi, decisivamente, na qualidade da assistência prestada, pois, segundo Stefanelli (1993), o homem vale-se da comunicação para todas as suas ações, em todas as situações de vida; é por meio dela que partilha com os demais suas experiências. Neste ato de partilhar experiências com outras pessoas, ele recebe aprovação ou desaprovação, o que acaba por determinar sua sensação de segurança e satisfação, portanto seu ajustamento ao ambiente que o circunda. Esses dois aspectos são descritos pela autora como essenciais ao desenvolvimento do ser humano. O bem-estar da criança depende da comunicação que ocorre em todo o processo interpessoal e grupal. A construção de um vinculo afetivo entre a criança-educadora e família possibilita uma melhor adaptação da criança na creche e maior segurança e satisfação dos familiares. A comunicação adequada, tanto no cotidiano da creche quanto com a família da criança, são essenciais e deve permear todo o trabalho desenvolvido pela creche, para se conseguir estabelecer relacionamento

efetivo com a criança e a família, e oferecer apoio, conforto, informação, sentimento de confiança, de auto-estima, atingindo, assim, a excelência do atendimento.

É por meio da comunicação que a creche deve interagir positivamente com os cuidadores familiares, para definir metas e objetivos a serem atingidos em conjunto e encontrar soluções para os problemas. Estabelecendo-se, assim, um intercâmbio entre a creche e os cuidadores familiares, partilha-se, em conjunto, a educação da criança e afastam-se os impedimentos, que porventura, venham obstruir o processo educativo.

A participação da família nas atividades da creche estudada ocorre apenas em algumas festividades (Dia das mães, formatura das crianças da pré-escola e festa natalina), e em reuniões semestrais, o que dificulta a continuidade do trabalho desenvolvido pela creche e gera desconfiança nos cuidadores familiares sobre o cuidado e educação que a criança recebe.

Na educação da criança pequena, não basta somente a atuação da equipe de profissionais, mas também a dos pais e familiares. A participação das famílias é um aspecto fundamental a ser levado em conta no caminho em direção a uma educação de qualidade. Tanto os programas de autorização de funcionamento como os que procuram obter ganhos processuais de qualidade, segundo Campos (1994), não podem prescindir de um trabalho de esclarecimento junto às famílias e de um incentivo à sua participação nesse processo, o que deve incluir a garantia de instâncias de participação dos pais, junto às unidades de atendimento.

A literatura internacional sobre programas de qualidade para crianças pequenas também enfatiza a importância da participação das famílias nesses programas (Campos, 1994). A atuação dos pais pode funcionar como uma realimentação para os esforços de melhoria de qualidade, realizado pelas equipes dos Centros de Educação Infantil.

Isso implica um conhecimento por parte do educador da cultura local, como também, um envolvimento maior família/escola/comunidade. Este conhecimento e o respeito pelos valores locais, pela maneira de ser e se expressar da comunidade contribuem para a construção, tanto na família, como na criança, do auto-conceito positivo, da autoconfiança e da capacidade crítica que as levam a atuar de maneira autônoma no seu meio.

É necessário, portanto, que o educador receba orientações, apoio e participe de treinamentos através da educação continuada, a fim de possibilitar o estabelecimento de uma relação entre ele, à criança e a família. A creche, dessa forma, ganha aliados e colaboradores, favorecendo a participação efetiva de todos na educação da criança.

Nossa incursão na bibliografia pertinente permite colocar que, para trabalhar de modo produtivo no estabelecimento de uma aproximação com as famílias, o pessoal que trabalha na creche deve considerar que a família nuclear típica da cultura burguesa não é, hoje, a única referência existente. O aumento do número de famílias chefiadas por mulheres e de mães adolescentes deve ser considerado, pela situação desfavorável de bem-estar e pelas condições variadas de socialização que esses arranjos familiares parecem oferecer às crianças. Além disso, as condições de trabalho existentes em nossos dias produzem problemas numerosos e diversificados a respeito da guarda da criança.

Vale destacar a violência presente em muitas famílias e, de acordo com Oliveira (2002), a cultura da violência (física ou simbólica) no seio de muitas famílias (agressão, espancamentos, ameaças, castigos, humilhações), os abusos sexuais existentes em muitas delas, a diminuição da disponibilidade de tempo que os pais têm para ficar com os filhos, o conhecimento de casos de abandono da criança (desde não lhe trocar a fralda por muitas horas até trancá-la no quarto ou deixá-la por

longo tempo vendo TV) arranham a imagem da família como ambiente protetor de sua prole. Não obstante isso, a autora coloca que a família não pode ser destituída de seu papel de importante agência educativa dos filhos em proveito da creche ou pré-escola.

Infelizmente, observamos que a co-responsabilidade educativa das famílias e da creche estudada orienta-se mais para recíprocas acusações do que por uma busca comum de soluções. O pessoal da creche, apesar de reconhecer a importância do trabalho com a família, costuma considerá-la incompetente e despreparada. É o que se percebe nas falas deste pessoal, pois algumas trabalhadoras se declararam insatisfeitas com aquilo que entendem ser ausência e descompromisso dos pais com os filhos e se aborrecem quando os cuidadores familiares contestam ou criticam o trabalho dedicado a seus filhos.

Outra consideração que cabe aqui assinalar é que há, por vezes, conflito entre o ensinamento familiar e os proposto pela creche, como ocorre em situações cotidianas (como as refeições) e em relação à linguagem e valores. Para tanto, o pessoal que trabalha na creche deve acolher as diferenças culturais das famílias, acompanha-las, respeitar-lhes valores e, ainda, deixá-las trazer, para o interior da creche suas necessidades, opiniões, aspirações e as próprias insatisfações a respeito de suas crianças.

Compreender os determinantes da ação das famílias e não censurá-la deve ser a atitude básica. Mas, deve-se entender que pesquisas na área têm evidenciado que a carência de oportunidade de convívio entre a creche e a família leva ambas a viverem modelos interpessoais carregados de emoções negativas. Superar isso exige a criação de um ambiente coletivo mais aberto nas creches, o que requer estreitar as relações entre escola e comunidade e substituir o distanciamento, porventura existente, pelo diálogo e reconhecimento mútuos.

A aplicação de normas rígidas e demasiadamente gerais, elaboradas pela diretoria da creche, sem a participação da família, dificulta a adaptação da criança na creche e favorece insatisfações e desinteresse nos cuidadores familiares em colaborar para a melhor qualidade do atendimento da creche. Nas organizações não centralizadas, como coloca Valerien (1997), não somente as tarefas e as responsabilidades, mas também o poder de decisão são transferidos para escalões intermediários ou locais. A transferência de tarefas e de responsabilidades ou do poder de decisão (descentralização) influi no grau de participação dos membros da comunidade educativa (professores, pais, coletividade local).

A creche estudada deve ter uma preocupação maior com a democratização, que passa pela circulação de informações, favorecendo maior transparência, maior participação dos cuidadores familiares na busca de soluções para os problemas e na confecção das normas e regulamentos, constituindo estímulos para sentirem-se responsáveis por projetos que eles próprios ajudaram a realizar.

Cada vez mais numerosos devem ser os incentivos à participação da família na direção, gestão e organização da creche, como meio de assegurar a eficácia da atividade educativa. Os cuidadores, em cooperação com a creche, devem ser os atores no processo de mudança, na inovação educativa e no desenvolvimento comunitário.

Escrevendo a respeito, Valerien (1997) coloca que é preciso ter em mente que a escola é uma organização humana. Esta dimensão é muito importante para se compreender a qualidade da educação e da aprendizagem proporcionadas pela escola. Na medida em que a autonomia e a participação implicam, essencialmente, mudanças na direção e na distribuição do poder entre os principais atores do sistema de ensino, a participação abre espaço para a tomada democrática de decisões,

enfatiza o autor, bem como a captação e incorporação de recursos da comunidade pelo bom desempenho da escola.

Outra questão a ser considerada é o espaço físico da creche estudada, colocado pelas trabalhadoras como um aspecto dificultador no relacionamento com os cuidadores familiares, pelas limitações que oferecem no desenvolvimento das atividades com a criança.

Todo espaço físico é um território cultural: a ser ocupado, construído, bagunçado, marcado por experiências, sentimentos e ações das pessoas (Abramowicz & Wajskop, 1995). Os espaços da creche estudada não são variados e diferentes, dificultando o acolhimento das crianças e impedindo-as de adaptarem a ele e modificá-lo.

As crianças precisam de espaço para movimentar-se, correr, esconder-se, olhar-se, engatinhar, andar, saltar, pular, experimentar mexer, descansar. Precisam ficar sozinhas ou com outras crianças para desenhar, construir, pintar, dançar, ler, pensar, cantar, pesquisar, conversar, subir, descer, gritar, silenciar, comer e dormir.

Com área física pequena e espaço físico não organizado pelo pessoal que trabalha na creche estudada, a escolha das atividades para as crianças fica reduzida e compromete a qualidade do trabalho.

A organização dos espaços das creches é importante porque afeta tudo o que a criança faz, interfere na percepção que a criança tem da realidade, modifica suas atividades e a maneira como utiliza os materiais, influencia sua capacidade de escolha e transforma as interações com as outras crianças, com os profissionais e com seus pais (Abramowicz & Wajskop, 1995).

Um espaço planejado e organizado é mais prazeroso e favorece a interação dos profissionais com a criança e com a família. Para tanto, a creche estudada deve planejar a reestruturação de sua área física e criar um ambiente

cultural de maneira a propiciar, ao máximo, a escolha de atividades das crianças, dentro de um padrão de segurança, de estímulo à autonomia e à cooperação e, ainda, de acolhimento das famílias.

A dinâmica e a vida na creche merecem um local para que os profissionais, as famílias e as crianças possam encontrar-se, refletir, criticar e avaliar, planejar e, também, se divertir, comemorar e festejar. Para facilitar esses encontros, é importante que a creche tenha condições de reservar um pequeno espaço, uma sala para os adultos, onde possam expressar seus desejos, interesses e conhecimentos, planejando e avaliando sua vivência na creche.

O trabalho integrado com as famílias demanda recursos humanos em quantidade e capacitados para o desempenho de suas funções. No momento das entrevistas, as funcionárias expressaram que o número de funcionários não é o suficiente para atender às necessidades das crianças e de suas famílias.

Colocaram como dificuldades o grande número de crianças em relação ao número de funcionários; crianças pequenas exigem maior atenção e maior número de pessoal; os horários de almoço e de higienização das crianças são tumultuados pela escassez de funcionários. Afirmaram que muitas atividades fundamentais para as crianças não são realizadas, simplesmente, porque não há quem as faça.

A creche deve possuir um número de pessoal suficiente para educar e cuidar das crianças, com tempo e disponibilidade para atender também solicitações dos cuidadores familiares, respondendo à nova concepção de creche que lhe confere caráter educativo.

O diálogo aberto e contínuo com os pais ajuda o profissional da creche a responder às necessidades individuais da criança. Oliveira (2002) ressalta que o professor não tem um papel terapêutico em relação à criança e sua família, mas o de conhecedor da criança, de consultor, apoiador dos pais, um especialista que não

compete com o papel deles. Ele deve possuir habilidades para lidar com as ansiedades da família e partilhar decisões e ações com ela. Se assim ocorrer, a família terá no professor alguém que lhe ajude a pensar sobre seu próprio filho e a se fortalecer como recurso privilegiado do desenvolvimento infantil.

É necessário enfatizar que a formação adequada do pessoal que trabalha na creche, a relação adulto/criança, as condições de trabalho, remuneração condigna são alguns dos fatores determinantes do padrão de atendimento. As crianças precisam de educadores qualificados, articulados, capazes de explicitar a importância, o como e o porquê de sua prática (Brasil, 1998a).

O trabalho integrado com as famílias demanda pessoal disponível para encontros freqüentes, para que a creche apresente o trabalho que vem sendo desenvolvido com as crianças e também convide os cuidadores familiares a contribuir com seu saber e conhecimento. Um passo inicial de trabalho integrado pode ser dado com o acolhimento da criança e de sua família, de modo que diminua a insegurança e a ansiedade familiares, refletindo positivamente nas relações com a creche e na inserção da criança na instituição.

Podemos observar no Quadro 2 as principais sugestões apresentadas pelas funcionárias da creche estudada para melhorar o relacionamento creche-família.

QUADRO 2 – Respostas das funcionárias da creche sobre as sugestões para melhorar a relação creche-família

Categorização: principais sugestões	**f**
maior número de reuniões	8
mudar o regulamento interno	7
participação das famílias nas atividades da creche	6
proporcionar a entrada das mães na creche	6
diálogo	5
conhecer o trabalho realizado pela creche (a rotina da creche)	5
aumentar o conhecimento sobre a realidade da criança no contexto familiar	4
maior contato com a família/interação	3
diminuir a rigidez e inflexibilidade das normas	3
acreditar e confiar na família	2
elogiar, não apresentar somente os pontos negativos	2
apoio de uma equipe multiprofissional no trabalho com a criança e a família	2
palestras para as mães sobre os cuidados com a criança	2
tratamento carinhoso com as mães	1
confraternizações	1

Obs: Houve mais de uma resposta dos sujeitos pesquisados que no total foram 12

Conforme demonstrado no Quadro 2, as funcionárias apresentam sugestões significativas, simples e objetivas para melhorar a relação com as famílias, e depreendemos nas suas falas a importância da participação da família nas atividades desenvolvidas pela creche, como fator imprescindível para a continuidade do trabalho desenvolvido com a criança. Consideram que a pouca participação da família provoca um trabalho fragmentado, dissociado, não concretizando o direito da criança de receber educação e cuidados de qualidade que promovam o seu desenvolvimento integral.

A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança e os pais precisam completar o trabalho iniciado na escola. Penteado (1976) assinala que os pais dos melhores alunos são os que mais comparecem e exatamente, aqueles alunos mais carentes são os que têm os pais ausentes. No entanto, as coisas

poderiam ser mudadas, na medida em que a escola e família mantivessem um contato direto numa dupla aceitação incondicional, desde que não ferindo valores fundamentais.

Vemos, então, que a creche estudada pode fazer muito em relação à colaboração e relacionamento harmonioso com a família a médio e longo prazo. Uma das medidas pode ser através do acolhimento das sugestões apresentadas pelos funcionários e cuidadores familiares. A integração creche-família deve ser de tal forma, que os educadores se interessem em saber mais sobre a realidade da criança, trabalhando no sentido de melhorar o relacionamento entre os membros da família onde estão seus educandos e os pais participando da creche, numa ação integrada, visando todos aos mesmos objetivos.

Participar, integrar pais no processo de educação, que se dá na creche, nem sempre é estar fisicamente presente na creche. Por exemplo, os pais podem colaborar na montagem dos objetivos da creche, quando respondem nas reuniões, nas caixas de sugestões e no preenchimento de simples questionários, pesquisando interesses, necessidades, expectativas, valores. A creche, por sua vez, a partir do levantamento destas expectativas, pode montar seu plano. É um modo de envolver a família, repartindo com ela a responsabilidade da programação da creche, praticando e fomentado a democracia em todas as atividades desenvolvidas.

Partindo dos relatos verbais dos cuidadores familiares referentes às relações com a creche, passaremos a analisar suas respostas, que foram agrupadas, segundo as semelhanças, em categorias e apresentam-se a seguir.

Relatos verbais dos cuidadores familiares

A relação entre a creche estudada e as famílias caracterizava-se pela distância. Não existia uma interação propriamente dita de troca, de reconhecimento de uma pela outra. Havia uma implicância mútua, entre mães e funcionárias. Sentimentos de hostilidade, desconfiança, culpa, ciúme, apreensão e agradecimento permeavam as relações entre os cuidadores familiares e as funcionárias.

Podemos observar no Quadro 3 que a pouca participação da família nas atividades realizadas na creche estudada, escassez de diálogo, gestão autoritária, dificuldade de relacionamento e a falta de credibilidade levaram os cuidadores familiares a se fecharem e viverem modelos interpessoais carregados de emoções negativas com as trabalhadoras da creche.

QUADRO 3 – Respostas dos cuidadores familiares sobre os fatores dificultadores referentes às relações com as trabalhadoras da creche

Categorização: **relacionamento família-creche**	**Respostas**
falta de participação (40)	"...o contato é pouco, só na entrada e saída"/"...não sei o que acontece lá dentro, não conheço a rotina da creche"/"...o relacionamento se resume na entrega da criança e ao buscá-la tornando-se escasso, distante, talvez pela barreira imposta pelas funcionárias e administração"/"...não podemos nem entrar na creche, é do portão para fora"/"...não oferecem oportunidade para a família participar da vida da criança na creche"/"...a família não conhece o tratamento e os cuidados que a criança recebe na creche".
problemas de comunicação (39)	"...pouco diálogo"/"...não dão oportunidade dos pais opinarem"/"...não querem saber de entender as dificuldades das mães"/"'...o relacionamento é difícil porque não dão oportunidade da família se explicar, não ouvem os pais"/"...elas não falam as coisas direito com as mães"/"...elas não relatam como a criança está na creche"/"...deviam conversar em particular, não expondo nossos problemas".

Continuação...

QUADRO 3 – Respostas dos cuidadores familiares sobre os fatores dificultadores referentes às relações com as trabalhadoras da creche

Categorização: relacionamento família-creche	**Respostas**
gestão autoritária (35)	"...muito autoritarismo"/"...muita punição por qualquer motivo"/"...ficam nos fiscalizando"/"...a forma como recebem a mãe é com muito autoritarismo"/"...são muito inflexíveis"/"...o regulamento não permite chegar atrasada, deixar a criança na creche na licença gestação, para ir ao médico, pagar contas e quando mais precisamos da creche não podemos contar"/"...os horários são muito rígidos, atrasei por alguns minutos e as crianças foram suspensas por 3 dias"/"...ignoram e acham ruim as sugestões e reivindicações, quando ficamos doente não podemos deixar a criança na creche e quando perdemos o emprego também"/"...correção das atitudes das mães e das crianças por motivos banais"/"...falta de liberdade entre as funcionárias e as mães".
interação negativa (34)	"...o relacionamento de um modo geral não é bom"/"...falta união e compreensão"/"...recebem mal a mãe"/"...o relacionamento é distante"/"...muita fofoca"/"...acho que elas não gostam das mães"/"...falta de respeito e educação das funcionárias"/"...julgam todas as mães de mal educadas"/"...são intolerantes".
interação positiva (29)	"...o atendimento é bom, as professoras são carinhosas e ensinam muito bem as crianças"/"...algumas funcionárias são boas e me ajudam, apóiam e dão força nas dificuldades"/"...gosto de tudo, e não tenho nada a falar do pessoal"/"...elas dão muita atenção e isso é muito bom"/"...elas me tratam muito bem"/"...algumas são educadas"/"...interessam pelos nossos problemas"/"...nunca tivemos atritos".
falta de credibilidade (10) (desconfiança)	"...desconfiam que estamos mentindo"/"...não confiam na mãe e acham que não cuidamos direito da criança"/"...acham que estamos passeando e não trabalhando"/"...deviam confiar mais nas mães".

Obs: Houve mais de uma resposta dos sujeitos pesquisados que no total foram 71

Existem, portanto, reclamações e atrito de ambos os lados (família e funcionárias). Entretanto, podemos observar, por meio dos relatos verbais emitidos pelos cuidadores familiares e pelas funcionárias, que havia uma congruência nos

fatores dificultadores da relação creche-família. Os problemas apresentados por ambos foram relativos à participação, comunicação, falta de credibilidade ou de confiança, gestão autoritária e ao relacionamento.

Dória(1979) enfatiza que a escola só tem sentido enquanto complementação do lar. Nenhuma destas instituições substitui a outra, mas também nenhuma pode ser pensada sem o seu par. Cada vez mais, a escola deve ser pensada nos modelos de uma instituição comunitária, não para as famílias, mas das famílias que, nela educam seus filhos. Os pais serão sempre elementos integrantes desta comunidade que é a escola-lar.

Portanto, os pais devem ir à creche, onde matriculam seus filhos. E sua presença não deve ser marcada quando a creche exige o seu comparecimento ou quando vão para reclamar ou reprovar o cuidado e educação que seu filho recebe. Pais e educadores são igualmente responsáveis pela vida comunitária da creche, cooperando e planejando o cuidado e educação da criança, para que a creche possa ser uma nova dimensão do próprio lar da criança e onde ela receba um atendimento integral, complementando a ação da família e da comunidade.

A creche deve planejar o currículo que implica ouvir os profissionais em suas concepções e decisões, problematizar a visão deles sobre a creche e a pré-escola, evitando perspectivas fragmentadas e contraditórias. Implica outrossim reconhecer as famílias como interlocutoras e parceiras privilegiadas e garantir a participação delas e da comunidade no processo, tarefas que exigem a superação de muitos obstáculos (Oliveira, 2002).

Para tanto deve-se articular as rotinas de atividades propostas pela creche com as vivências das crianças em outros contextos, particularmente no cotidiano familiar, de modo que lhes garantam um processo integrado de desenvolvimento.

Assim, o olhar dos educadores deve quebrar barreiras e que eles procurem reconhecer aquilo que as famílias das crianças sabem, vêem e esperam.

A família quer ser confirmada, reconhecida como boa. A família quer ser homologada em seu papel de criar uma criança que se comporta bem segundo o padrão de desenvolvimento esperado (Oliveira, 2002). Quando a creche acolhe as diferenças dos cuidadores familiares, ela pode acompanhar a família, respeitar-lhe os saberes e conhecimentos, incentivá-la a trazer suas necessidades, opiniões e aspirações e considerá-la uma especialista em seu filho.

Esse acolhimento deve, ao mesmo tempo, possibilitar à família uma reflexão sobre suas demandas, desejos e insatisfações a respeito de suas crianças. A atitude básica deve ser de acolhimento e compreensão da família, o que requer estreitar as relações entre creche e família e substituir o autoritarismo e distanciamento existente pelo diálogo e reconhecimento mútuos.

O trabalho integrado exige que a creche se organize para receber os cuidadores familiares de modo que diminua a insegurança e a ansiedade da família, dando oportunidade para os cuidadores familiares conhecerem a creche, explicarem por que a buscam, além de trocarem opiniões sobre o cotidiano da criança, visto que todos têm um interesse comum: a criança.

A participação dos pais e outros familiares serve para agregar experiência e saber e para aproximar os contextos de desenvolvimento das crianças, articulando suas experiências.

No Quadro 4 apresentamos as principais sugestões dos cuidadores familiares para melhorar o relacionamento família-creche.

QUADRO 4 – Respostas dos cuidadores familiares sobre as sugestões para melhorar a relação família-creche

Categorização: principais sugestões	**f**
possibilitar maior acesso da família para conhecer e participar das atividades desenvolvidas pela creche	40
melhorar o diálogo	33
diminuir a rigidez e inflexibilidade (autoritarismo)	25
mudar o regulamento	23
melhorar o relacionamento (respeito-educação-compreensão-humor)	21
aumentar o número de reuniões	16
confiar mais nas mães	10
procurar conhecer a realidade da família	04
apoiar a família	03
reestruturação da área física	03
maior atenção com a criança	02
confraternizações (aumentar o número)	02
respeitar a individualidade da família	01
maior interesse dos pais para os assuntos da creche	01
aumentar o número de funcionários	01
em branco	13

Obs: Houve mais de uma resposta dos sujeitos pesquisados que no total foram 71.

Para trabalhar de modo produtivo no estabelecimento de uma aproximação com as famílias, a creche estudada deve procurar transformar as relações institucionais autoritárias em relação de respeito aos direitos da criança e, ainda, reconhecer que o desenvolvimento humano é tarefa conjunta e recíproca. Portanto, é necessário repensar as relações vividas com as famílias, respeitar-lhes o olhar, deixá-las trazer suas necessidades, opiniões e sugestões.

2º Momento

4.4 Ações e intervenções educativas: planejamento, execução e avaliação

4.4.1 Planejamento das ações educativas

Após se identificarem os aspectos dificultadores do relacionamento entre creche e cuidadores familiares, passamos a ter uma visão mais ampla e real da problematização em foco. Estabelecemos neste momento, prioridades e depreendemos que um planejamento conjunto de ações necessitaria ser desenvolvido, visando a atender aquelas dificuldades levantadas.

Durante os meses de setembro de 2002 a maio de 2003, nos debruçamos em reuniões em que trabalhamos questões gerais como, por exemplo, o relacionamento creche-cuidador familiar, os trabalhos com as crianças e a rotina da creche. As reuniões foram realizadas com grupo de funcionárias, grupo de mães e, a cada dois meses entre funcionárias e grupos de mães. Utilizamos técnicas como dramatização, dinâmica de grupo, perguntas, verbalização de experiências, com o objetivo de estimular a participação de todos, promovendo a transformação da realidade, a partir da modificação de comportamento, via novos conhecimentos.

Para que acontecessem as mudanças, foi preciso muito trabalho de todos. Qualquer trabalho é, necessariamente, coletivo, porque representa a história acumulada até aqui. Não poderia negar a história anterior, ou, autoritariamente dizer "de hoje em diante, será assim". Era preciso valorizar o positivo de cada um dentro do trabalho, por meio de constatações conjuntas de problemas reais e busca de soluções criativas para a resolução dos mesmos.

Acreditando na educação conscientizadora como melhor caminho para a verdadeira construção do conhecimento, tendo em vista a participação do

pesquisando/educando na busca das soluções dos problemas, faz-se mister a realidade para aprender com ela, ao mesmo tempo em que se prepara para transformá-la. Para Freire (1993), o homem é um ser da práxis, compreendida como ação e reflexão dos homens sobre o mundo, com o objetivo de transformá-lo.

Através da problematização, levantamos nas reuniões, com o pessoal da creche e os cuidadores familiares, as condições dificultadoras da relação creche-cuidador familiar, fluindo daí questionamentos abertos, reflexões e culminando com um planejamento de ações elaborado a partir das prioridades apresentadas por ambos e que se apresenta a seguir.

Dado os inúmeros problemas identificados no levantamento das necessidades da instituição pesquisada, verificamos que a mesma se caracterizava por uma creche que demandava uma série de ações que pudessem vislumbrar a melhoria da qualidade do atendimento e da saúde da criança. Isto, por si só, nos evidenciou a necessidade emergencial de intervir neste processo: na área física (demandando reestruturação); na biossegurança (no que diz respeito à proteção do funcionário, à prática existencial do local, bem como à criança usuária da creche), no sentido de minorar as morbidades apresentadas no diagnóstico levantado. Isto também nos mostra a necessidade de intervenção no regulamento interno e no funcionamento adequado, sobretudo da família no local, para favorecer o relacionamento creche-cuidador familiar.

Entre os grandes problemas identificados, priorizamos fundamentalmente trabalhar três aspectos emergenciais, que se apresentam nos Quadros 5, 6 e 7.

Quadro 5 – Planejamento das ações educativas, segundo o tema: relacionamento creche-cuidador familiar

Tema	Conteúdo Trabalhado	Objetivos	Problemas Identificados	Estratégias/ Procedimento	Crono grama	Obser vações
Relacionamento creche-cuidador familiar	• **Em relação à família** • Comunicação: conceito, processo de comunicação, funções da comunicação, formas de comunicação, barreiras à comunicação • Relacionamento interpessoal • Importância da família na educação conjunta da criança • O cuidado e educação da criança na creche • Direitos e deveres da família no contexto da creche • **Em relação às trabalhadoras da creche** • Qualidade do atendimento infantil em creche • O processo de comunicação • Direito e política pública da criança • Humanização do cuidado e educação da criança em creche • O trabalho conjunto no cuidado e educação da criança: o cotidiano da criança no contexto familiar, importância da família, diferenças culturais, respeito aos valores, acompanhamento da família e acolhimento de dúvidas e sugestões • **Em relação à integralização trabalhadora e cuidadores familiares** • Discussão dos problemas em conjunto • Busca de solução para os problemas • A família e sua função na gestão, direção e organização da creche • Democratização • Trabalho integrado família-creche:	- Intervir na melhoria do relacionamento creche-cuidador familiar tendo em vista tanto a revisão e atualização do regulamento interno e acolhida pela creche das famílias (cuidadores)	1 – Comunicação inadequada e falta de diálogo entre os cuidadores familiares e as trabalhadoras da creche gerando atritos, hostilidade e desconfiança. 2 – Falta de interação entre funcionárias e cuidadores familiares pela pouca participação da família nas atividades da creche 3 – Gestão autoritária com aplicação de normas rígidas e regulamento inflexível, prejudicando o relacionamento creche-cuidador familiar e provocando insatisfações 4 – Desconhecimento das funcionárias da creche do cotidiano da criança no contexto familiar 5 – Descontinuidade do trabalho educativo pela falta de intercâmbio entre creche e cuidador familiar não partilhando em conjunto o cuidado e educação da criança 6 – Culpabilidade e falta de confiança na família relativas a educação e cuidados com a criança 7 – Falta de acolhimento das famílias das crianças, impedindo que os cuidadores familiares entrem na creche e conheçam o trabalho desenvolvido com a criança 8 – Falta de liberdade dos cuidadores familiares para exporem as dificuldades e problemas no dia-a-dia de suas vidas 9 – Relacionamento difícil entre funcionárias e cuidadores familiares, com interações negativas carregadas de falta de solidariedade, inimizades, fofocas, preconceitos, mal-entendidos e recíprocas acusações 10 – Escassez de reuniões e de circulação de informações sobre as atividades da creche, progressos e dificuldades da criança implicando menor envolvimento família/creche 13 – Falta de convivência com a família com a escassez de atividades conjuntas e	• Reuniões explicativas e dialogada com as funcionárias e cuidadores familiares sobre o processo de comunicação e relacionamento interpessoal. Exposição de vídeos (informações sobre as formas de comunicação e as barreiras ou ruídos na comunicação). Discussão e esclarecimento de dúvidas sobre os vídeos apresentados • Solicitar aos cuidadores familiares e aos funcionários expressarem verbalmente sobre o papel da família na educação da criança. Exposição de vídeo (“Nossa creche respeita os direitos da criança”) - Discussão e esclarecimento sobre o vídeo apresentado • Apresentação do Estatuto da creche e discussão sobre os direitos e deveres da família • Reunião consultiva/participativa com funcionários e cuidadores familiares para coletar opiniões sobre as mudanças nas normas e regulamento interno da creche • Reuniões comunicativas: solicitar dos funcionários e cuidadores familiares que expressem verbalmente, através do relato de experiência, sobre o que vivenciam a respeito da relação creche-familia • Reunião explicativa dialogada com os funcionários sobre direitos e políticas públicas da criança. Exposição de vídeos (“O estatuto da criança e do adolescente”) e (“Cidadania”) • Discussão e esclarecimento de dúvidas sobre os vídeos apresentados	O trabalho de integração creche cuidadores familiares ocorreu durante todo o período de intervenção (outubro de 2002 a maio de 2003)	Todos os itens problematizadores foram trabalhados em conjunto e os objetivos foram alcançados tendo em vista a transformação do relacionamento entre a instituição e os cuidadores familiares ocorrido no interior da creche estudada

Continuação...

Quadro 5 – Planejamento das ações educativas, segundo o tema: relacionamento creche-cuidador familiar

Tema	Conteúdo Trabalhado	Objetivos	Problemas Identificados	Estratégias/ Procedimento	Crono grama	Obser vações
	• reuniões, confraternizações, confecção conjunta de normas e regulamentos, circulação de informações		confraternizações criando um ambiente fechado na creche gerando distanciamento, falta de diálogo e não reconhecimento mútuo 14 – Conflito entre os ensinamentos familiares e os propostos pela creche	Dinâmica de grupo: leitura em grupos, de textos do documento do Ministério da Educação e do Desporto sobre Subsídio para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil		

Quadro 6 – Planejamento das ações educativas, segundo o tema: espaço físico

Tema	Conteúdo Trabalhado	Objetivos	Problemas Identificados	Estratégias/ Procedimento	Crono grama	Obser vações
Espaço Físico	**Estruturação** **X** **Reestruturação** **Identificação dos aspectos de adequação** **X** **Inadequação**	Encaminhar para a diretoria da creche a reestruturação do local de acordo com as orientações educativas e de saúde, em parceria com a Engenharia e Vigilância Sanitária local, tendo em vista a qualidade de vida da criança	1 – Pouco número de sala de aula 2 – Ausência de local adequado para o repouso das crianças 3 – Sala de TV inadequada para o uso das crianças 4 – Piso inadequado do berçário (escorregadio) 5 – Paredes com rachaduras e pinturas descascadas 6 – Falta de telas nas janelas da cozinha (exigência da Vigilância Sanitária) 7 – Ausência de lavabo no refeitório para higiene das mãos (exigência da Vigilância Sanitária) 8 – Inexistência de área coberta para a recreação das crianças (projeto da área junto com os engenheiros) 9 – Parquinho com precariedade na arborização e paisagismo 10 – Existência de ralos de esgoto aberto em todas as dependências da creche (exigência da Vigilância Sanitária)	• Reunião com os funcionários e cuidadores familiares e solicitação para que expressem verbalmente sobre as dificuldades relativas ao espaço físico • Reunião explicativa dialogada (Exposição dos Engenheiros e do pessoal da Vigilância Sanitária sobre alguns aspectos do espaço físico adequado para o atendimento de crianças) • Reunião informativa/participativa: • Exposição de vídeos (informações sobre a organização do espaço físico em creche e apresentação do vídeo "Vida em grupo") • Discussão com os funcionários e esclarecimento de dúvidas sobre os vídeos apresentados • Visita a outras creches (com os funcionários da creche estudada, diretoria e representantes dos cuidadores familiares) • Reunião consultiva (para coletar opiniões dos funcionários e cuidadores familiares para a reestruturação do espaço físico)	A reestrutura do espaço físico ocorreu no período de dezembro de 2002 a janeiro de 2003	Os itens de nº 1,2,3,4,5,6,7 dos problemas identificados foram trabalhados e concluídas as modificações do espaço físico Os itens 8 e 9 dos problemas foram trabalhados, mas não foram concluídas, ainda, as modificações do espaço físico

Quadro 7 – Planejamento das ações educativas, segundo tema: biossegurança

Tema	Conteúdo Trabalhado	Objetivos	Problemas Identificados	Estratégias/ Procedimento	Crono grama	Obser vações
Biossegurança	• **Conceito de biossegurança** • **Princípios de biossegurança**: • A fonte de infecção • Hospedeiro susceptível • Via de transmissão • Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para proteção dos funcionários, para limpeza e desinfecção da creche • **Procedimentos preventivos:** • Prevenção de infecções cruzadas • Uso de material individual e descartável • Procedimentos adequados para limpeza e desinfecção dos objetos pessoais reutilizáveis • Medidas de autoproteção • **Medidas de segurança**: • Precauções de contatos, precauções com a transmissão pelo ar e com perdigotos • Manuseio de materiais perfurocortantes • Procedimentos de limpeza ambiental e desinfecção • Acondicionamento e transporte do material usado (roupa, lixo, etc), evitando o manuseio inadequado de fômites provenientes das crianças e funcionários da creche • Vacinação	Orientar a direção da creche funcionários e família (cuidadores) para a adoção dos princípios de biossegurança visando à saúde da criança e do trabalhador local	1 – Infecções cruzadas entre as crianças e entre as crianças e funcionários 2 – Elevado número de reincidência de infecções nas crianças 3 – Ausência do uso de EPI para proteção dos funcionários 4 – Formas inadequadas de limpeza e desinfecção de objetos de uso pessoal da criança, equipamentos, materiais e do ambiente 5 – Uso coletivo de material e objetos pessoais da criança 6 – Brinquedos de materiais não apropriados, impedindo a adequada limpeza e desinfecção 7 – Grande número de crianças num mesmo espaço físico 8 – Técnicas inadequadas de alimentação da criança 9 – Acondicionamento e transporte inadequado de lixo e roupas usadas	• Reuniões explicativas (explicação os princípios da biossegurança, medidas preventivas e de segurança aos funcionários, diretoria e cuidadores familiares) • Apresentação aos funcionários transparência com fotos dos EPI • Solicitação aos funcionários que identifiquem situações que tornem pessoas mais susceptíveis a infecções • Dinâmica: solicitação aos funcionários presentes nas reuniões que expressem em grupo, através da dramatização o que pensam a respeito do acondicionamento e transporte do lixo e da roupa usada da creche • Exposição em reunião com os funcionários sobre o uso de EPI e da técnica correta de lavagem das mãos (demonstração) • Demonstração de procedimentos adequados para limpeza, desinfecção ambiental e de objetos e materiais de uso da criança	A implantação dos procedimentos preventivos e as medidas de segurança no trabalho ocorreram no período de fevereiro a abril de 2003	Todos os problemas identificados foram trabalhados e modificados em conjunto com a diretoria, funcionárias e cuidadores familiares

Pretendemos avaliar todo o processo dessas ações, realizando reuniões para a discussão dos problemas levantados, detecção e solução dos mesmos, por meio dos relatos verbais, referentes às situações problematizadoras, bem como, da observação participante no local constatando as transformações realizadas. As reuniões deverão ocorrer com a diretoria, às trabalhadoras da creche estudada e com os cuidadores familiares.

Portanto, quando procedemos à análise detalhada deste planejamento das ações educativas, pudemos depreender que os objetivos foram totalmente atingidos, tendo em vista os comentários que traçaremos, a seguir.

4.4.2 Execução das ações de educação em saúde (intervenção) na creche pesquisada.

Em relação ao tema sobre o **Relacionamento Creche-Cuidador Familiar,** elaborou-se o planejamento didático e, em reuniões, foi discutida a solução das situações problematizadoras identificadas, em conjunto com o pessoal da creche e com os cuidadores familiares. Apresentamos, a seguir, as intervenções para a solução desses problemas.

- **Mudança no regulamento interno da creche pesquisada**

A primeira medida foi providenciar uma mudança no regulamento interno. Em reuniões com a diretoria e funcionárias, passamos a reelaborar, em conjunto, desmistificando as normas autoritárias e inflexíveis, causadoras de vários atritos com a família. Paralelamente, algumas regras foram melhor trabalhadas na definição, em conjunto com os pais, como por exemplo: atrasos, falta a reuniões,

horários de entrada e saída da criança, período de adaptação da criança na creche, reconsideração do desligamento de crianças.

As novas regras internas permitiram: a não apresentação pelas mães do cartão de trabalho assinado pelo empregador; flexibilidade nos horários de entrada e saída da criança na creche; atrasos com justificativas; permanência da criança na creche nos casos de licença maternidade, desemprego, férias trabalhistas dos pais ou por outros motivos (pagar contas, visitas ao médico, dentista e parentes, efetuar compras, etc); aplicação de advertências quando necessário, somente após a discussão do problema pela diretoria e agendamentos de reuniões sistemáticas.

O estabelecimento de normas autoritárias e rígidas, impostas aos cuidadores familiares e elaboradas, anteriormente, sem a participação da família, interferia na adaptação da criança na creche e provocava insatisfação e relacionamento difícil entre creche e família, com interações negativas carregadas de estigmas, inimizades, hostilidades e acusações. Assim, as novas regras vão permitir a explicitação de limites e o resgate da confiança e da interação positivas entre creche e cuidadores familiares. A diretoria e as funcionárias já estão percebendo que trabalhar, democraticamente, é mais confortável. Implicava menos imprevistos e possibilitava a igualdade no atendimento aos direitos e responsabilidade no cumprimento do dever. Com algumas modificações na estrutura organizacional, foi possível dar início ao processo de reflexão sobre a prática profissional, as rotinas e os problemas existentes na relação entre creche e cuidadores familiares.

- **Reuniões como processo de crescimento de todos na creche pesquisada**

Passamos, então, a organizar reuniões bimensais com o pessoal da creche e paralelamente, com os cuidadores familiares. Nas reuniões iniciais, procuramos refletir sobre os problemas existentes na relação entre creche e cuidadores familiares, verificando o porquê desses problemas, e buscando formas alternativas para podermos solucioná-los da melhor forma possível. Sendo assim, a primeira proposta que surgiu, como tentativa de aproximação com a família, foi a de promover reuniões bimensais com grupos de cuidadores familiares, segundo a faixa etária infantil, com a participação das respectivas educadoras e ou auxiliares de creche.

Durante estas reuniões, os cuidadores familiares eram ouvidos. Faziam perguntas e davam opiniões, apresentando críticas e sugestões. E estabeleciam ainda, contato com a educadora responsável pela criança. Essas reuniões eram iniciadas com palavras de acolhimento, e na oportunidade, fazia-se uma dinâmica pedagógica, a fim de favorecer o entrosamento entre o grupo. Em seguida, dialogava-se com os participantes, sobre as atividades desenvolvidas com as criança no dia-a-dia da creche, apresentando tanto as dificuldades quanto os progressos. Ao término de cada encontro, ficava agendada a próxima reunião e as educadoras informavam as atividades planejadas para os dois meses seguintes. Nesses momentos, esclareciam-se as dúvidas dos cuidadores familiares, e os mesmos eram incentivados a participar, abertamente, possibilitando emissão de sugestões no planejamento proposto pela creche.

Antes da finalização da reunião, a coordenadora da creche divulgava os horários disponíveis para o atendimento individual da família, sempre que houvesse

necessidade de dialogar sobre questões relativas ao trabalho com a criança, dificuldades e problemas apresentados pela criança no contexto familiar e, ainda, para trazer ao interior da creche suas opiniões, insatisfações e expectativas de seus filhos na instituição. Em seguida, era servido um lanche e surgia a oportunidade de comunicação informal entre o grupo.

Contudo, vale ressaltar que no início foi muito difícil obter a participação dos cuidadores familiares nas reuniões, porque até então, as reuniões de pais eram semestrais, participando, além da diretoria, a coordenadora. Os temas giravam em torno de questões de rotina: atrasos nos horários de entrada e saída, desorganização das sacolas das crianças, descontinuidade do trabalho infantil, crianças doentes na creche e cumprimento das normas. Essas reuniões eram caracterizadas por momentos de cobranças, censuras e críticas de ambos os lados.

Os cuidadores familiares e os funcionários enfatizaram, nos relatos verbais deste estudo, a importância da reunião como meio de promover uma melhor comunicação e participação da família na creche. E, sugeriram que deveria haver reunião com maior freqüência, oportunizando troca de informações, com momentos significativos e relevantes para o trabalho conjunto com a criança.

A nova sistemática de reuniões, envolvendo grupos de cuidadores familiares, tinha como objetivo, além de falar sobre as crianças, incentivar uma maior participação da família no trabalho desenvolvido pela creche. Entretanto, nas primeiras reuniões com grupos de cuidadores familiares, ficou expresso que, embora sentissem muita curiosidade e vontade de perguntar sobre o cotidiano da criança na creche, não se sentiam com liberdade e no direito de fazer perguntas. Essas constatações fizeram-se, principalmente, nos momentos do lanche, entre as mães

que nos relatavam não saber o que se passava na creche, manifestando curiosidade em conhecer a sala onde a criança ficava, os locais de refeição e brincadeiras e ainda conhecer todo pessoal que trabalhava com a criança na rotina da creche.

- **Valorizando a abertura da creche aos cuidadores familiares, favorecendo proximidades**

Este fato foi discutido em reunião com a diretoria e funcionárias. E nessas reuniões, chegaram a associar a insegurança, desconfiança e acusação das mães ao desconhecimento do trabalho da creche. Assim, surgiu a proposta de se abrir à creche aos cuidadores familiares e que os mesmos poderiam buscar as crianças nas salas. E os menores, como os do berçário, que a mãe, no horário tanto da entrada quanto de saída, fosse até a sala ao encontro do seu filho.

Esta abertura trouxe ganhos significativos para a creche, família e, principalmente, para a criança que expressava livremente sua alegria nos momentos da presença dos seus familiares no interior da creche. O contato direto com a coordenadora, com as professoras, com as auxiliares de creche, com o pessoal da cozinha, limpeza e lavanderia possibilitou maior aproximação e interação positiva entre o pessoal da creche e os cuidadores familiares.

O contato direto com as auxiliares de creche e professoras proporcionara às mães, maior confiança e segurança a respeito da creche e aos poucos, diminuíam as reclamações e os maus entendidos. Para as auxiliares de creche que cuidavam diretamente da criança e para as professoras, essa aproximação proporcionou maior conhecimento da criança e de sua realidade no contexto familiar, como também, o início do trabalho conjunto no cuidado e na educação da criança.

A entrada dos cuidadores familiares na creche não aconteceu de forma organizada, desde o princípio. Foi preciso muito diálogo e compreensão entre o pessoal da creche e os familiares para que não mantivessem o tumulto e desorganização nos momentos de entrada e saída. No início as mães queriam saciar sua curiosidade e adentravam, de forma indisciplinada, em todas as dependências da creche.

Passado algum tempo, com a reestruturação do esquema e com muito diálogo, conseguimos uma melhor organização. Mesmo porque, com o novo regulamento interno, os cuidadores familiares podiam buscar a criança no horário que bem desejassem, antes das 17 horas. A espera acontecia no interior da creche, num local determinado pela diretora, até que a criança desempenhasse a atividade que havia iniciado. Anteriormente, esta espera acontecia na rua, em local desprovido de proteção ao sol e à chuva. Entretanto, as crianças da pré-escola, tinham horários determinados pelos órgãos da educação e seguiam o horário estipulado. Como havia somente uma sala da pré-escola no período vespertino, as demais crianças deixavam a creche em diferentes horários, contribuindo para diminuir o tumulto e aglomeração.

Enfim, chegamos à conclusão de que aproximar as famílias do trabalho na creche não era, simplesmente, estabelecer mudanças no regulamente interno ou ainda, conversar com as professoras e auxiliares de creche rapidamente, nos horários de entrada e saída na instituição, mas ter um intercâmbio maior entre o pessoal e a família usuária, a fim de partilhar o cuidado e educação da criança.

- **Instituindo o dia da mãe, do pai e da família na creche**

A proposta seguinte foi a de instituir-se na creche, o dia da mãe na creche, o dia do pai e o dia da família. Durante os meses de maio, agosto e outubro, além da comemoração do dia das mães, dos pais e da família respectivamente, conseguimos implantar o seguinte esquema: permanência da mãe na creche por um dia ou meio período, no mês de maio, permanência do pai para tomar café da manhã ou da tarde com seu filho, no mês de agosto e, no mês de outubro, permanência de um familiar (irmão, avós, madrinhas, tios, etc) por meio período, com objetivo de conhecer seu funcionamento, estabelecendo uma interação saudável da mãe, do pai e da família com a criança e com a creche, garantindo assim, a parceria e a cumplicidade de todos neste processo.

Iniciamos com o mês das mães, conseguindo escalar a visita da maioria das mães das crianças matriculadas. Durante a visita, procuramos estar presentes para receber as mães, juntamente com a coordenadora da creche, e para, no final de cada visita, estar dialogando com elas, coletando suas opiniões e impressões sobre o que vivenciaram no interior da creche e sobre o trabalho desenvolvido com as crianças. Algumas mães manifestaram interesse em saber como as crianças se comportavam longe delas, inquirindo se elas choravam, como elas procediam nas diferentes atividades como as pedagógicas e recreativas, a alimentação, o repouso, as brincadeiras, o banho. Diante do que viram, mostraram-se surpresas e satisfeitas, porque tinham uma impressão diferente daquela encontrada antes. Mostraram-se impressionadas com o local, com a quantidade de trabalho, atenção e cuidados exigidos pelas crianças, com o acúmulo de tarefas que se aumentavam nos horários de higiene, troca, sono e repouso dos bebês do berçário e alimentação. Algumas

manifestaram solidariedade e externaram a vontade de ajudar em alguma atividade na creche, colocando-se à disposição para ajudar voluntariamente nas tarefas quando a creche necessitasse.

Conseguimos, durante os encontros com grupos de cuidadores familiares, sensibilizar alguns deles para auxiliar na manutenção da creche. Como no grupo havia uma diversidade de profissionais (pais ou familiares da criança usuária) contamos em diferentes ocasiões com a presença desses profissionais, reparando e consertando aparelhos eletrodomésticos, entupimento de ralos, chuveiros, campainhas com defeito e, ainda, quando era necessário, pequenos consertos nos mobiliários, instalação de equipamentos, entre outros.

- **Buscando parceria com as faculdades de enfermagem e de educação na promoção da saúde integral da criança, na creche**

Outro fator que contribuiu para a diminuição do desgaste no relacionamento do pessoal da creche e cuidadores familiares foi à parceria que fizemos com as Faculdades de Enfermagem e Pedagogia com o envio de alunos da graduação, possibilitando o desenvolvimento de várias atividades educativas e de saúde com as crianças e suas famílias. Foi feito, ainda, um ofício para a Prefeitura local, solicitando a concessão de mais uma funcionária para a creche, o que foi prontamente, atendido, possibilitando obtermos um quadro de funcionários mais estável. As auxiliares de creche, integradas nos diferentes grupos etários das crianças atendidas, transmitiam mais segurança às crianças e tinham possibilidade de um melhor acompanhamento dessas crianças, com diversificação das atividades, sempre auxiliadas pelos estagiários do curso de Pedagogia. As funcionárias ficavam menos cansadas e mais motivadas, pois se evitou, com isto, a sobrecarga de trabalho, com

uma redistribuição do número de crianças e diversificação das atividades, contribuindo para uma maior atenção à família e à criança.

O Trabalho desenvolvido pelos acadêmicos de enfermagem, também foi bastante significativo. Realizaram diversas atividades relevantes para a promoção da saúde da criança e para a prevenção das doenças, implantando a campanha da verminose, levantando as morbidades (pesquisa apresentada no 55º Congresso Nacional de Enfermagem), avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil, exame físico, acompanhamento da vacinação da criança e campanha da higiene entre outros.

- **Organizando festas e confraternizações**

As festas e as confraternizações na instituição também tiveram destaque especial, ganhando espaço e de forma planejada, sendo as mesmas bem divulgadas e organizadas, contando com a participação das mães e das funcionárias do local. As festas aumentaram de número: festa junina, festa natalina e formatura das crianças da pré-escola, as quais passaram a ser mais alegres, com teatros e outras animações. Demos início, assim, à prática educativa que nos permitiu maior abertura para a participação das famílias na creche.

As situações problematizadoras referentes ao tema **Espaço Físico** foram trabalhadas em conjunto com o pessoal da creche, cuidadores familiares, engenheiros e o pessoal da Vigilância Sanitária. As intervenções relativas ao espaço físico se apresentam abaixo.

O espaço na creche e o acompanhamento da faculdade de engenharia civil da cidade e da faculdade de agronomia

Conforme a apresentação da figura 4, pode-se constatar a mudança ocorrida no período de desenvolvimento de nossa pesquisa visando a um melhor aproveitamento e reorganização dos espaços físicos da creche, bem como da construção de salas de aula.

A figura 5, apresenta o planejamento de uma área coberta para a recreação da criança, com a construção de banheiros e de uma sala para a montagem do ambiente para a rodinha, dramatização, artes, jogos, recreação, etc. O projeto arquitetônico, com as modificações da área física, foi feito por engenheiros, em parceria com a Escola de Engenharia Civil da cidade.

Com relação ao planejamento da área coberta, foi enviado a planta física e um ofício ao Prefeito municipal solicitando a execução. O ofício seguiu com a assinatura dos membros da diretoria, funcionários e cuidadores familiares e está sendo aguardado o seu deferimento para início da construção. Como o projeto demanda verbas significativas, o pedido está sendo estudado e avaliado pela Prefeitura.

O paisagismo e a arborização do parquinho para a creche está recebendo a atenção dos agrônomos da Faculdade de Agronomia. Foi feito, uma campanha com o empresariado local para adotarem este espaço público, contribuindo com verbas para a transformação do local.

Assim, vários rearranjos aconteceram nos espaços internos: as paredes da creche foram todas reparadas e pintadas. Os muros internos e o piso do pátio foram

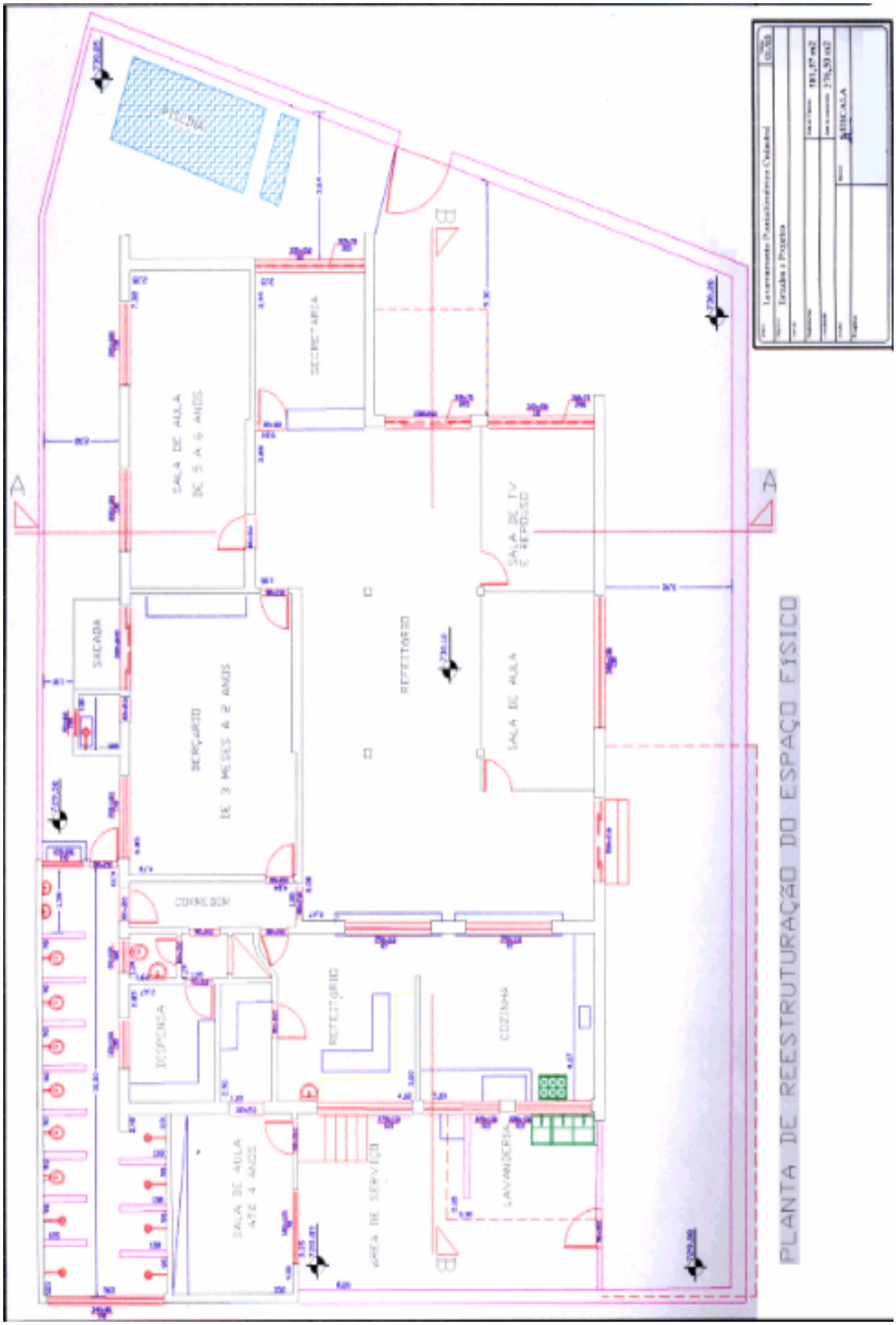


Figura 4 – Planta de reestruturação do espaço físico

Figura 5 – Planejamento da área externa da creche

pintados com motivos decorativos, adquirindo um aspecto mais acolhedor. O berçário ganhou um novo piso, antiderrapante e foram reformados e construídos novos armários para o local e, em outras dependências da creche. As mesinhas e cadeirinhas foram reformadas e as crianças do berçário passaram a fazer as refeições no refeitório, com horários de revezamento com as demais crianças de outra faixa etária. As cadeirinhas e as mesinhas do berçário foram diminuídas de tamanho, numa altura adequada para que as crianças conseguissem alimentar-se de forma mais confortável. As crianças foram redistribuídas por faixa etária e passaram ocupar as novas salas que foram construídas. O quadro negro foi reformado e foram construídos outros quadros no pátio para as crianças desenharem. Foram adquiridos bebedouros e filtros de água em número suficiente para o atendimento das crianças e das funcionárias. A sala de repouso foi organizada na sala de TV. Esta sala foi fechada (antes era aberta e com grande trânsito de pessoas) e o aparelho foi reinstalado em altura mais adequada possível aos olhos das crianças.

Os banheiros ganharam reparos e pinturas nas paredes e os chuveiros foram consertados. Foi adquirido um suporte para papel higiênico em cada box. Cestos de lixo foram instalados em todos os ambientes, extinguindo-se a prática de se manterem fraldas sujas nos ambientes e buscando incentivar a manutenção da limpeza.

O refeitório ganhou um lavabo com suporte para toalhas descartáveis e sabonete líquido para a lavagem das mãos do pessoal da creche. Nova geladeira foi adquirida. As janelas foram teladas e foi feita a reforma nos ralos de esgoto, conforme a orientação da Vigilância Sanitária. Ainda, implantamos as rotinas de

limpeza do ambiente, higiene dos alimentos e prevenção de insetos e animais peçonhentos conforme orientação do pessoal da Vigilância Sanitária.

Foram adquiridos novos brinquedos, com especificação adequada para cada faixa etária das crianças, como também materiais didáticos e pedagógicos por meio de uma campanha, em parceria com os órgãos da imprensa local. Aparelhos de som, liquidificadores e arara para pendurar as blusas das crianças. Fitas de vídeos, e CDs, também foram conseguidos, através da Campanha Solidária, desenvolvida através deste projeto.

Foram feitos vários ofícios ao comércio, às indústrias e às fazendas do município e conseguiram-se doações diárias de litros de leite para a creche, botijões de gás/mês, muitos quilos de açúcar/mês, frutas e verduras de um supermercado local, duas vezes por semana.

Fizemos parceria com uma creche situada próxima à instituição estudada, e as crianças foram atendidas pelo dentista, diariamente, no período matutino. Da Prefeitura, conseguimos atendimento de oftalmologia, pediatria, psicologia e medicamentos para a campanha da verminose, na creche.

As senhoras da Casa da Amizade do Rotary Club local passaram a visitar mais a creche e conseguimos mais voluntárias para ajudarem nos bazares, nas confraternizações e nas campanhas de arrecadação. Com os bazares, conseguimos verbas significativas que foram revertidas para a compra de uniformes para as funcionárias, toalhas de banho para as crianças, materiais para a cozinha, construção das salas e as reformas que foram feitas na creche. Os bazares e as confraternizações receberam elogios dos cuidadores familiares e esses momentos foram constituídos de maior participação e interação entre a creche e a família usuária. Isto nos revela a

importância da integração da família e da comunidade no desenvolvimento das ações educativas nestas instituições, conforme preconiza a OMS. Isto garante a efetividade desses serviços na melhoria da qualidade de vida.

Assim sendo, a freqüência desse voluntariado junto ao clube de serviço e coletividade na creche, bem como a visita de parentes e familiares à instituição, vieram favorecer a transformação da creche estudada, num espaço de trocas sociais e afetivas mais intensas entre a criança, a comunidade local, os familiares e o pessoal da instituição.

- **Resgatando os aspectos da biossegurança na creche**

Em relação ao tema **Biossegurança,** elaboramos o planejamento didático e, em reuniões, passamos a discutir a solução das situações problematizadoras, em conjunto com o pessoal da creche, cuidadores familiares e os acadêmicos de enfermagem presentes no cotidiano da creche, pela parceria com a Escola de Enfermagem local, conforme já mencionamos.

Aspectos ligados à prevenção e controle de infecções sempre foram temas relevantes na vida profissional do enfermeiro. Atualmente, eles assumem maior importância, com o recrudescimento de doenças consideradas erradicadas ou controladas, o aparecimento de novos patógenos, a resistência bacteriana aos antibióticos e o aumento de patologias envolvendo a imunodeficiência humana.

É reconhecido que os espaços compartilhados coletivamente, em especial a creche, por sua própria natureza, por serem locais onde se concentram um grande número de crianças, também se tornam locais privilegiados de concentração de agentes microbianos, potencialmente patogênicos, demandando, maiores esforços para evitar sua disseminação e promover o seu controle. Acrescenta-se a este risco de

adoecer, outros fatores como a vulnerabilidade da faixa etária de 0 a 6 anos, espaço físico inadequado, escassez de treinamentos para os funcionários e as condições de vida das crianças usuárias da creche estudada, provenientes de seguimentos sociais menos favorecidos. Para tanto, a Biossegurança foi uma das ações prioritárias que elegemos em conjunto com o pessoal da creche e os cuidadores familiares.

Interações negativas ocorriam no interior da creche estudada, entre as auxiliares e os cuidadores familiares, envolvendo a alta predominância de morbidades nas crianças usuárias. As famílias culpavam a creche pelas doenças, freqüentemente adquiridas pelas crianças, e o pessoal da creche acusava a família de não cuidar adequadamente da criança.

Verificou-se, através do levantamento realizado pelos acadêmicos de enfermagem em 2002, apresentado no 55º Congresso Brasileiro de Enfermagem, uma maior incidência de gripe, amigdalite e diarréia entre as crianças usuárias, e constantes reincidências dessas morbidades, permitindo ressaltar a importância do uso de técnicas assépticas e as barreiras apropriadas para diminuir riscos de contaminações e infecções no coletivo da creche.

Alguns procedimentos preventivos foram incorporados à rotina da creche, tanto para a prevenção de infecções cruzadas entre as crianças, como medidas para a segurança no trabalho, em especial:

- lavagem das mãos, antes e depois de prestar cuidados a qualquer criança, inclusive antes de colocar as luvas e imediatamente após sua remoção, um sabão líquido, neutro pode ser usado na rotina e fricção com álcool glicerinado;
- aquisição e uso de material individual descartável (copos e fraldas) e implantação de procedimentos adequados para a limpeza e desinfecção dos objetos pessoais reutilizáveis da criança;

- acondicionamento e descarte de materiais perfuro-cortantes;
- colocação de cestos de lixos em várias dependências da creche estudada para o acondicionamento correto do material usado (roupas, lixo, material de escritório, restos de alimentos, etc) em saco próprio, evitando o manuseio inadequado;
- implantação e manutenção de normas de controle ambiental, com a adequada rotina de limpeza e desinfecção diária dos ambientes, materiais e equipamentos da creche;
- controle e adequada assepsia dos alimentos;
- controle e manutenção em dia da vacinação das crianças;
- recomendação ao pessoal da creche sobre a importância da vacinação contra a hepatite B, tétano, entre outras;
- redistribuição do número de crianças no espaço físico;
- implantação do uso de máscaras, luvas, uniformes para a diminuição dos riscos envolvidos na relação entre criança e educadores, botas de borracha (pessoal da limpeza) touca e avental (pessoal da cozinha).

Tão importante quanto essas medidas, foi à individualização dos objetos de uso pessoal da criança como bicos, mamadeiras, toalhas de banho e canecas; uso de sabonete líquido para higienização das crianças; aquisição de brinquedos de borracha de materiais laváveis e desprezo de brinquedos inadequados e de difícil limpeza; implantação de barreiras protetoras ao contato com sangue ou fluídos corpóreos (urina, fezes, escarros, entre outras). Também foi trabalhado com a diretoria, funcionárias e cuidadores, vários conteúdos sobre os princípios da biossegurança, aumentando o conhecimento quanto à natureza dos agentes infecciosos, quanto às formas de sua transmissão e às ações para o seu controle.

Foi desenvolvida pelos acadêmicos de enfermagem a Campanha da Higiene e a Campanha da Verminose. Durante a Campanha da Higiene, as crianças

foram orientadas sobre a higiene corporal e bucal, lavagem das mãos, limpeza dos órgãos genitais, uso adequado do banheiro, prevenção de piolhos, e foram motivadas a conservarem a limpeza do ambiente pelos educadores e auxiliares de creche, após os mesmos terem recebido orientações dos acadêmicos de enfermagem.

A Campanha da Verminose foi realizada por meio de ações educativas, trabalhando-se vários conteúdos com as funcionárias e as crianças. Também foi realizado o exame parasitológico de fezes. Foi verificada a contaminação de funcionárias expostas aos parasitas veiculados nas fezes das crianças, devido à utilização de técnicas inadequadas, durante as trocas de fraldas, no momento da higienização e do banho das crianças. Foram administrados medicamentos específicos para cada criança e funcionária após prescrição médica e cessão de medicamentos pela Secretaria de Saúde local.

Tudo isso levou a uma grande transformação nas medidas de prevenção e segurança no interior da creche, diminuindo, por exemplo, as infecções entre as crianças e funcionárias, ocorrendo mudanças nas técnicas, tradicionalmente, adotadas pela creche, oferecendo aos usuários e trabalhadoras, a chave para a prevenção e controle das doenças, assim como a redução dos riscos com as medidas de autoproteção adotadas pelos funcionários.

Por sua vez, o pessoal da creche precisa estar cada vez mais capacitado e atuante, consciente da importância que tem no desenvolvimento integral da criança. Isso é o esperado, por ser ele o elemento integrante da equipe da área de educação capaz de fazer desabrochar em conjunto com a família e a comunidade, as potencialidades da criança. Para tanto, faz-se necessária uma formação que o

capacite, inclusive, para a crítica e criação de novos conhecimentos e habilidades, uma vez que os problemas estão longe de estarem todos resolvidos.

A efetividade das ações educativas e de saúde executadas exigiu, também, um processo de avaliação, destinado a mensurar a aderência da conduta de todos os envolvidos às recomendações e ao redirecionamento de sua aplicação, quando isso se fizer necessário. Assim, a seguir, passaremos a descrever o sistema de avaliação que permeou todo o processo de intervenção.

4.4.3 Avaliação do planejamento educativo e de saúde

No decorrer do processo de implementação das Ações Educativas e de Saúde, procuramos introduzir uma prática de avaliar as intervenções pela metodologia participativa, dialogal e dos relatos verbais expressos durante as reuniões formais e dos contatos informais.

Enfatizamos, nas reuniões, a confiança incondicional no potencial de cada pessoa envolvida no processo para que, diante de resultados mal sucedidos, o olhar se dirigisse para o campo dos métodos empregados na implementação da ação, colocando-os num processo de avaliação e aperfeiçoamento, enfim de crescimento de todos os envolvidos no processo.

No início da implantação das ações, algumas funcionárias e cuidadores familiares se mostraram tímidos em expressar suas opiniões e sugestões, mas no decorrer das reuniões sentiram-se mais à vontade para se colocarem.

Observamos que as funcionárias demonstraram muito interesse em participar. Algumas tiveram participação mais ativa nas discussões, falando da dificuldade de estabelecerem interações positivas com a família da criança usuária, dos problemas enfrentados no cotidiano do seu trabalho com a criança e, também, de

suas vivências, relacionando as informações com a realidade concreta, transformando assim para a melhoria dos servidores, do serviço e sobretudo da família e da criança nesse processo.

Nas reuniões com os cuidadores familiares, observamos uma expressiva vontade por parte deles, de contribuir para a transformação das relações entre creche e família. Alguns colocavam as expectativas em relação a uma maior participação, a partir das ações implementadas nas atividades e trabalhos desenvolvidos pela creche, falando de suas experiências vividas, anteriormente, comparando ainda, com a realidade atual, fazendo planos para se dedicarem mais ao acompanhamento das atividades das crianças, participando das reuniões e confraternizações na creche, sempre procurando, compatibilizar com os horários de trabalho.

Percebemos que a motivação e participação tanto do pessoal da creche quanto das famílias aumentavam a cada dia, na expectativa de partilharem em conjunto, o cuidado e a educação da criança. Assim, uns davam sugestões aos outros sobre as formas de trabalhar as dificuldades apresentadas pela criança e sobre as formas mais variáveis de estarem discutindo a realidade infantil no contexto da creche e da família. Nesses momentos, fluíram interações informais e questionamentos abertos entre eles, favorecendo as trocas de informações, de conhecimentos e relacionando as experiências do cotidiano às ações implementadas.

Observamos que as funcionárias e os cuidadores familiares se apresentavam pensantes, críticos e reflexivos, abertos às mudanças e às transformações, o que possibilita a aquisição de novas posturas e de mudanças no comportamento, diminuindo atritos, repressões, inseguranças, medos e interações negativas entre eles.

A busca de soluções originais e criativas para as situações problematizadoras foi, também, significativa e envolveu o pessoal da creche e os cuidadores familiares. Percebemos haver uma maior integração e ânimo entre eles, pela conscientização dos problemas e pela construção, em conjunto, de ações que o grupo apontou serem as mais viáveis e aplicáveis à solução dos problemas identificados.

Inúmeras sugestões surgiram por parte das funcionárias da creche e dos cuidadores familiares permitindo, assim, a transformação da realidade e a participação dos mesmos como agentes da transformação.

Os dados seguintes apresentam a avaliação do Planejamento das Ações Educativas e de Saúde (Intervenção) pelas funcionárias da creche estudada.

Avaliação do planejamento educativo e de saúde (intervenção) realizada pelas funcionárias pesquisadas

Para avaliar as intervenções, questionou-se, em reunião, o impacto das ações implementadas, com a pergunta que intitula o quadro abaixo.

QUADRO 8 - Representação qualitativa da questão: o que você achou das intervenções?

eu achei:	**Respostas:**
"uma excelente idéia, pois você nos orientou sobre coisas que tínhamos dúvidas"; "...muito legal, pois aprendi e vi coisas que não sabia" ; "...adorei, aprendi muito nestes dias, pois achei que sabia tudo e não sabia nada" ; "...muito bom, conhecemos as doenças e aprendemos sobre prevenção" ; "...importante para o nosso dia-a-dia, ajudou-me a compreender melhor as mães" ; "...a individualização dos objetos das crianças foi muito legal, as doenças diminuíram" ; ..."todas foram boas, não tem nada que não tenha gostado, a creche ficou mais limpa e organizada" ; "...foi um trabalho bem feito, permitiu mais contato com as mães, elas chegam até a sala de aula e podemos conversar mais diretamente com elas"; "...legal porque quando a criança está doente ou com algum problema a mãe nos informa, acho que tem que ser assim" ; "...melhorou muito, temos mais liberdade com as mães e podemos conversar sobre os problemas da criança" ; "...foi ótimo, não sai mais tanta criança, porque antes a mãe saía do emprego e a criança era desligada da creche e admitia outra, a rotatividade de criança era grande" ; "...legal, pois cada dia tinha uma criança novata, então ficava difícil para nós que trabalhamos direto com a criança, elas choravam muito, crianças novatas durante o ano todo" ; "...excelente, porque o trabalho ficava a desejar e não tinha continuidade, agora as famílias participam mais e nos ajudam" ; "...muito bom, a mãe passou a confiar mais em nosso trabalho depois que ela começou a freqüentar a creche" ; "...adorei, ficou mais fácil de cuidar da criança com as informações que recebemos da mãe, passamos a entender melhor as atitudes da criança e ser mais solidárias com elas" ; "...legal, hoje sinto prazer em conversar com a mãe, antes parecia impossível, até tive a liberdade de oferecer um café para uma mãe que estava esperando seu filho se trocar para ir embora" ; "...excelente, antes as mães achavam que nós maltratávamos as crianças, agora elas não comentam mais no portão, diminuiu as fofocas e comentários maldosos" ; "...bom, com as mudanças no regulamento interno não ficamos mais fiscalizando se as mães estão trabalhando ou se estão passeando, não é nossa função, aqui nós já temos muito serviço" ; "...foi muito bom acabar com o controle do emprego da mãe através do cartão de emprego, diminuiu as despesas, todo mês tinha que mandar fazer novos impressos e foi uma atitude de respeito com as mães" ; "...ótimo, pois as mães passaram a ser mais amigas depois que as punições passaram a ser utilizadas como último recurso" ; "...ótimo, a relação com as mães passou a ser mais verdadeira, elas desabafam com a gente e temos oportunidade de ouvi-las e de dar apoio" ; "...ótimo, com as novas medidas acho que até o vínculo entre a mãe e o filho melhorou, elas podem pegar a criança quando termina o serviço, ficando mais tempo com ele" ; "...achei muito bom, implantaram o uniforme, deu uma aparência melhor e agora saio com minhas roupas limpas ao ir embora" ; "...legal, agora ficou mais seguro trabalhar com as medidas de proteção e os EPI" ; "...bom, porque com as novas salas, melhorou a distribuição de crianças por adulto e as atividades passaram a ser mais produtivas" ; "...boas, porque antes eram muitas crianças num mesmo espaço físico e agora com a organização dos espaços temos condições de dar maior atenção à criança" ; "...ótimo , ganhei o meu espaço e como trabalho com criança de 4 anos, não tinha como desenvolver melhor o meu trabalho, agora os pais estão elogiando e a Prefeitura também, a criança melhorou a coordenação motora, hábitos de higiene e a socialização" ; "...tudo foi aproveitado, as crianças ficaram mais calmas pela melhor organização da creche" ; "...ótimo, possibilitou funcionárias mais satisfeitas e menos cansadas".	

A partir do Quadro 8, pode-se depreender que as funcionárias avaliaram de forma positiva as intervenções ocorridas no interior da creche, pelos resultados imediatos e satisfatórios. As mães não se mostravam tão desconfiadas, inseguras e hostis, fato esse que se constatava ao transmitir às trabalhadoras da creche estudada mais confiança, segurança e um sentimento menos negativo. Durante as intervenções, as funcionárias pesquisadas demonstraram interesse, satisfação e motivação, atribuindo conceitos significativos como excelente, ótimo, muito bom, legal, entre outros, em relação às ações implementadas.

O Quadro 9 apresenta a avaliação das intervenções realizadas pelos cuidadores familiares.

Avaliação do planejamento educativo e de saúde (intervenção) realizada pelos cuidadores familiares

Para a avaliação das intervenções, foram realizadas reuniões com grupos de cuidadores familiares de acordo com as diferentes faixas etárias das crianças atendidas pela creche pesquisada, fazendo-se a seguinte pergunta: o que você achou das intervenções?

QUADRO 9 - Representação qualitativa da questão: o que você achou das intervenções educativas nesta creche?

eu achei:	**Respostas:**
"...super interessante, pois foi algo diferente e tirou muitas dúvidas, aprendi muito"; "...bom, tudo isso serviu para eu refletir muito e também mudar meu comportamento" ; "...muito bom este trabalho, agora o meu filho quer ficar o dia todo na creche e aos sábados pede para voltar" ; "...legal, tudo que foi implantado foi muito bom" ; "...ótimo, pois a creche passou a confiar mais na família e a criança está elogiando a creche" ; "...legal, antes eu olhava para dentro da creche com curiosidade e agora posso entrar aqui" ; "...muito bom, mas tenho medo de voltar o que era antes" ; "...importante, porque possibilitou maior liberdade e melhor entendimento com o pessoal da creche" ; "...ótimo, pois agora não fico mais desconfiada e preocupada com o tratamento que meu filho recebe aqui" ; "...excelente, porque estamos sendo muito bem tratadas, não tem mais tantas punições e quando chegamos atrasadas podemos explicar os motivos" ; "...tudo foi aproveitado, acho que até as crianças estão sendo melhor cuidadas" ; "...foi importante, eu peguei mais confiança no pessoal e de deixar meu filho na creche"; "...ótimo, até café e suco elas oferecem quando chego no horário do lanche"; "...melhorou muito, fico esperando meu filho do lado de dentro da creche e aproveito para conversar com a funcionária que cuida dele" ; "...adorei, posso pegar minha filha quando termino o serviço e não fico mais esperando como antes" ; "...estou satisfeitíssima, melhorou o relacionamento com o pessoal da creche e o regulamento que era muito autoritário" ; "...muito bom, não conseguia chegar no horário porque o circular atrasa e agora eu atraso e mesmo assim as criança entram" ; "...ótimo, melhorou o contato e o respeito com as mães" ; "...gostei de tudo, agora converso com as funcionárias e com a coordenadora sobre a minha filha e até sobre os meus problemas e recebo muito apoio"; "...todas muito boas e de ter tido oportunidade de trocar idéias e experiência com as outras mães e funcionárias" ; "...ótimo, tudo foi valioso e aprendi sobre como cuidar melhor do meu filho, sobre as doenças e o relacionamento com as pessoas".	

No Quadro acima, os dados avaliativos evidenciam que os cuidadores familiares demonstraram ter gostado muito das ações / intervenções educativas realizadas e, ainda, pela creche ter se transformado num espaço aberto, dinâmico e inovador, tendo em vista as mudanças ocorridas.

Depreendemos, portanto, que as intervenções foram significativas para as famílias, pois que essas apresentaram pontos positivos como: mães mais seguras, compreensivas, integradas, confiantes e entrosadas com as funcionárias da creche.

Vários cuidadores ressaltaram a importância da continuidade deste trabalho para fortalecer a reivindicação da ampliação da área física e encampação da creche pela Prefeitura local.

Cabe ainda assinalar que acima da importância das ações implementadas e adotadas, está a transformação da maneira de pensar, visualizar e conceber a creche pelos cuidadores familiares, funcionárias, crianças e pela comunidade local. Esse processo resultou em crescimento pessoal e profissional, em um ambiente infantil rico em interações sociais e afetivas das pessoas envolvidas, como também na presença mais intensa dos familiares e da comunidade no cotidiano da creche estudada.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 11º

É assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

Direito à Saúde

CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS, CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Considerações Finais

Considerando que**:**

- as creches representam um espaço importante de atuação do enfermeiro, mas o mesmo não foi encontrado no quadro de pessoal da creche estudada, o que impede a discussão do seu espaço profissional. Entretanto, na medida que ele desempenhe as suas tarefas específicas, na área de atenção primária, atuando juntamente com uma equipe multidisciplinar, na busca de alternativas para uma atendimento de qualidade à criança, a creche propicia, assim, um campo rico de experiência profissional.

- a inclusão da creche, no Sistema Educacional conforme prevê a Constituição de 88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, implica a adoção não apenas de propostas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento infantil, mas sobretudo de uma

nova postura em relação à oferta e implementação de creches e pré-escolas no país, com espaços físicos adequados, em condições de segurança e manutenção sistemática; recursos materiais suficientes e constantes; planejamento e diversidade de atividades; relação com a família e a comunidade; maior relação adulto/criança; qualificação dos recursos humanos; melhores condições de trabalho e remuneração de acordo com as exigências das funções que desenvolvem. A formulação de uma política nacional de educação da criança de 0 a 6 anos e a destinação e repasse de verbas específicas para essa faixa etária são alguns aspectos que devem ser considerados nos programas do governo no país buscando um patamar mínimo de qualidade em relação à educação das novas gerações e o respeito à dignidade e os direitos das crianças brasileiras.

- as instituições de educação infantil, devem possibilitar, se adequadamente estruturadas, melhores condições de vida para as crianças (pobres e ricas) e dos adultos neles envolvidos. Um creche, sem goteira iluminada, bonita, pintada, arejada, é essencial para um trabalho pedagógico de qualidade. Uma construção sólida valoriza o bairro, respeita o cidadão de todas as idades, particularmente a criança, possibilita a criação de espaços em permanente construção.
- a elaboração e a exigência de critérios para o credenciamento e funcionamento das instituições de educação infantil são

necessários e definirão a qualidade do atendimento das instituições que já existem e das novas que estão para vir. A expansão da rede de educação infantil não pode e não deve ocorrer a qualquer custo como vem ocorrendo em alguns pontos do país e especificamente na cidade onde se realizou este estudo. Isto não quer dizer que a diminuição das verbas públicas poderá, arbitrariamente, interromper esse crescimento.

- os órgãos da Educação devem contribuir, significativamente, para a transformação de pais e educadores em pessoas conscientes do direito de suas crianças e da qualidade de atenção que elas merecem. Em seus diferentes níveis de atuação Federal, Estadual e Municipal, os órgãos da educação devem participar na construção concreta de critérios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil pertinentes a cada realidade, assim como desenvolver o trabalho cotidiano e direto junto às instituições, aos professores e à sociedade no nível local, cumprindo, em seu conjunto, papel multiplicador da ação cidadã. Incentivar, supervisionar, avaliar, exigir e, com o mesmo empenho, contribuir para o estabelecimento de padrões de atendimento favoráveis ao crescimento e desenvolvimento saudáveis, amplia, para nossas crianças, as possibilidades de usufruto de seus direitos à saúde, educação e à cidadania, no presente e no futuro.

- atenção especial deve ser atribuída às maneiras pelas quais as creches se propõem ao trabalho com as famílias, seja no desenvolvimento cotidiano das atividades derivadas das Propostas Pedagógicas, seja no diálogo, apoio, orientação, intervenção e supervisão em situações de risco e conflito que envolve a criança. Assim, à creche cabe além de cuidar e educar com qualidade e êxito, advogar sempre pela causa das crianças de zero a seis anos e sua família.

- a participação das famílias é um aspecto fundamental a ser levado em conta no caminho em direção a uma educação infantil de qualidade. A LDB enfatiza no seu artigo 29, que a ação educativa na faixa de 0 a 6 é complementar à ação da família e da comunidade. Portanto, as instituições de educação infantil devem estar articuladas com as famílias e a comunidade para encontrar os conteúdos, os valores, as atitudes que serão repassados às crianças, para estabelecer as seqüências de seus programas e responder ao desfio de formar cidadãos-sujeitos frente aos riscos previsíveis da despersonalização e da universalização dessa ou daquela cultura conduzida pela globalização, inclusive de idéias e culturas.

Portanto, depreendemos:

- que o município atende aproximadamente 10% das crianças de 0 a 6 anos em creches e, que a educação infantil é específica do município, conforme a legislação em vigor, a expansão de instituições de

educação infantil faz-se necessária no país e especificamente, no local da realização deste estudo, onde a demanda não é atendida. Constatamos a necessidade urgente de posicionamentos amplos, em dimensão nacional e local, por parte da sociedade, da mídia e lideranças comunitárias para a expansão dos serviços, garantindo o direito de educação e cuidados, com intencionalidade definida, qualidade e êxito, a todas as crianças de zero a seis anos.

- as creches devem ser capazes de atender as necessidades infantis de desenvolvimento, superando o modelo individualista consumista presente em nossa sociedade, trabalhando diferentes modelos culturais, em uma atmosfera democrática, com a participação da família, dentro de gestões coletivas, contribuindo assim, para formar uma personalidade infantil verdadeiramente, proativa e multidimensional.

- assim, encontramo-nos na posição de defendermos a necessidade de trabalhar a formação prévia, formação em serviço e formação permanente e continuada das educadores de creche. A formação do educador deverá incluir os direitos e políticas públicas da criança e, ainda, as habilidades para atitudes e procedimentos de cuidado, tanto no aspecto técnico quanto no relacional, partindo de seus conhecimentos prévios e das práticas sociais de cuidado com a saúde e a educação, que estão presentes na cultura e na instituição. Formar o educador infantil para o cuidado exige construir uma prática de formação reflexiva e que integre educação e saúde, família e creche.

- para tanto é necessário reconhecer a especificidade da infância, sua capacidade de imaginação, fantasia e criação. Entender que as crianças têm um olhar crítico que vira pelo avesso as ordens das coisas, que muda a direção de certas situações, exige que se conheça as crianças, o que fazem, de que brincam, como inventam, de que falam. Nesse sentido, conchecendo melhor as crianças é possível compreender nossa época, nossa cultura, a barbárie e as possibilidades de transformação.

Conclusões

Assim, ao concluirmos este trabalho, vale ressaltarmos que esse foi realizado com a intenção de conhecer o relacionamento creche-cuidadores familiares e os fatores dificultadores que permeiam esta relação em uma creche comunitária.A reflexão apresentada , refere-se apenas a uma creche. Seus resultados não podem ser extrapolados para outros locais. É importante destacarmos que não pretendemos, com este estudo, esgotar o assunto, contudo seria bastante interessante que outras investigações fossem realizadas sobre o tema, de modo a complementar a discussão em pauta. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para as ações e intervenções educativas e de saúde do Enfermeiro no enfrentamento dos problemas que envolvem a relação creche –família.

A pesquisa – ação neste sentido, em conformidade com a educação problematizadora de Freire, mostrou-se um método apropriado, contribuindo tanto para as preocupações apresentadas nas situações problematizadoras, como para a compreensão do objeto de estudo em suas várias dimensões. Esse movimento de

natureza cíclica, não linear, pautado num processo contínuo de ação/reflexão/avaliação, nos possibilitou ampliar os referencias teóricos iniciais, com a entrada de novas áreas do conhecimento, e nos proporcionou ainda, a oportunidade de contribuirmos, de alguma forma, para melhorar as relações entre a creche e os cuidadores familiares.

É importante assinalarmos que a pesquisa - ação dado, a sua peculiaridade, reside na preocupação explícita de trabalhar lado a lado com aqueles que estão procurando lidar com problemas que emergem de ambientes sociais complexos e que não apresentam soluções óbvias, devendo ser resolvidos por decisões coletivas, considerando a práxis das pessoas envolvidas e a estrutura funcional e organizacional em que se localizam. No caso particular dessa experiência, podemos dizer que o exercício sistemático de participação com vistas à observação,permitiu-nos a identificação de problemas e a elaboração de estratégias de ação para solucioná-los. Não obstante, as dificuldades intrínsecas a essa complexa organização institucional, resultou em crescimento pessoal e profissional e na construção coletiva de um projeto educativo.

Todavia, era para nós um verdadeiro desafio trabalhamos um projeto educativo embasado no modelo pedagógico, cujo método aberto, dialogal e participativo, nos exigiu investimento na área, procurando pois, aprofundar os nossos conhecimentos sobre a educação problematizadora e a Pesquisa-ação em nossa orientação, reportando postura dinâmica, democrática e construtivista.

Foi significativo, inovador e alternativo a possibilidade de vermos em conjunto, o mundo de forma diferente, estimulando a reflexão sobre a nossa própria realidade, nossa relação pesquisador-pesquisando e nossos conceitos de ensino e

aprendizagem, favorecendo a troca de experiência tanto para os pesquisandos quanto para o pesquisador, provendo o crescimento mútuo e a mudança de comportamento com significativa transformação nas relações creche-família e melhoria da assistência às crianças usuárias.

Com relação às relações entre creche-cuidadores familiares, saltava aos olhos a dificuldade do pessoal da creche enxergarem na família, indivíduos, enquanto seres possuidores de potencial e capazes de desempenharem um papel ativo face aos problemas e na busca de soluções. Sob a ótica desse tema, sobressaíam, também, as dificuldades de os profissionais lidarem com as famílias e vice-versa. Daí, uma relação, predominantemente, permeada por atritos, hostilidades e desconfianças, proporcionando, portanto, uma descontinuidade no trabalho de cuidado e educação da criança usuária.

A existência de falhas na comunicação entre a creche e os cuidadores familiares, dificultava o estabelecimento de um relacionamento baseado no respeito e reconhecimento mútuos, tornando exíguas as possibilidades de um sentimento de confiança no atendimento à criança por ambos.

A gestão autocrática permitia a existência de regimento interno permeado de normas rígidas e inflexíveis, com caráter punitivo, provocando insatisfações e o afastamento dos cuidadores familiares. Isto tudo influenciava, decisivamente, no desinteresse da família em colaborar com a melhor qualidade do atendimento da creche.

Na medida em que foi incentiva a participação da família nas discussões e na busca de soluções para os problemas, observamos um processo de mudança no

relacionamento entre a creche e os cuidadores-familiares com uma predominância maior de interações positivas e engajamento de todos os sujeitos envolvidos para o afastamento dos obstáculos que impediam uma relação mais harmoniosa e favorável.

Ao longo do processo ocorreu a diminuição dos conflitos entre a creche e os cuidadores familiares. É importante dizer que a intervenção contribuiu para a transformação da realidade com a diminuição das resistências, demarcando uma união no grupo.

Com relação à organização e reestruturação do espaço físico pode-se dizer que houve reordenação e reestruturação, provocando melhor distribuição das crianças, diversidade de atividades e ajustamento no funcionamento do serviço. Muitos fatores que davam ao lugar um aspecto insalubre, desapareceram. A creche tornou-se mais limpa e organizada.

E preciso dizer também que a avaliação contínua dos resultados da intervenção frente a cada tema trabalhado ou ação implementada significou um questionamento dos métodos empregados para a intervenção, sobretudo quando não se chegava a bom termo.

O risco iminente de contaminação entre as crianças e adulto -criança foram situações estressantes. As ações implementadas desencadearam diminuição das morbidades no interior da creche, maior proteção dos funcionários e respostas cognitivas importantes para a modificação de hábitos, que conduzem a uma prática segura.

As funcionárias da creche que se expuseram a material biológico perceberam que a não adoção das medidas de biossegurança representou ameaças às

crianças e a elas próprias. A ocorrência de situações de risco, levou à percepção da susceptibilidade a estes riscos em intensidades variadas que desencadearam estímulos para a ação.

Havia sobrecarga de trabalho e o número elevado de criança por adulto. Além disso, evidenciam claramente o hiato existente entre a legislação vigente no país e a dramática ineficiência de sua execução. Esperamos que a leitura atenta desses achados possa sensibilizar as autoridades competentes do poder público ou privado nos diferentes níveis para que busquem mecanismos que tornem menos estressantes e mais eficazes o trabalho dessa categoria de trabalhadores.

A análise dos resultados do presente estudo, os relatos verbais das entrevistadas e a experiência adquirida durante a realização deste trabalho e a nossa vida profissional como educadora na área da Saúde da Criança,todos estes elementos nos permitem apresentar algumas sugestões.

Sugestões

Em relação à creche

A creche deve:

- Compartilhar com as famílias e a comunidade a educação e os cuidados das crianças, do nascimento aos 6 anos.
- Estabelecer contato com os cuidadores familiares e criar uma situação aberta à comunicação, estar pronto para ouvi-los e apoiá-los.

- Preocupar-se com o desenvolvimento afetivo-emocional infantil e com o vínculo familiar.

- Partilhar com as famílias seus projetos educativos.

- Favorecer as relações interpessoais, o entrosamento entre os funcionários e as famílias das crianças para que, entre eles, se estabeleça um relacionamento positivo.

- Criar atmosfera tal que cada criança e adulto se sinta seguro, valorizado e confiante com interações humanas e positivas.

- Possibilitar a participação ativa dos funcionários e cuidadores familiares na gestão da creche oferecendo a estes mais poder e democracia nas decisões.

- Incentivar o diálogo, dando oportunidade a que cada um e todos possam se manifestar a respeito dos problemas de trabalho e planejar ações conjuntas para a resolução dos problemas identificados.

- Implantar o Conselho Escolar que inclua a representação da comunidade escolar (pais) e local e a participação dos educadores na elaboração do projeto pedagógico.

- Organizar encontros e atividades de lazer para as trabalhadoras e suas famílias, para as trabalhadoras e as famílias das crianças: passeios, ambiente cultural, reuniões, confraternização entre outros.

- Manter uma razão adulto/criança adequada. Equipe adequadamente formada e experiente, com evidências de desenvolvimento da equipe e atualização do conhecimento.

- Promover reuniões, cursos, treinamentos, reciclagens, discussões em grupos para aprimorar a formação dos profissionais da creche.

- Propiciar situações de discussão e reflexão sobre o papel dos profissionais na educação e desenvolvimento da criança.

- Estabelecer parceiras com os diferentes segmentos da comunidade, com as Instituições Educacionais, de Saúde e de Ensino Superior Local para uma filosofia de trabalho compartilhada e com o desenvolvimento de atividades significativas no contexto da creche para as crianças, funcionárias, família e comunidade, incluindo a creche num espaço político, social e cultural.

- Desenvolver ações que integrem o cuidado e educação da criança.

- Respeitar a cultura de origem de cada criança e o contexto social e econômico de suas famílias deve ser levado em consideração.

- Propor atividades diárias às crianças que possibilitem o desenvolvimento da fala, do corpo, das artes, da música, da dança, da leitura, da escrita, da tecnologia de forma lúdica e prazerosa.

- Incentivar alternativas de socialização importantes para a educação das crianças como aproveitar os espaços das praças, dos locais

destinados à exposição de artes, teatros, cinemas, bibliotecas públicas, feira cultural realizada nas escolas municipais e particulares.

- Priorizar as brincadeiras como atividade educativa fundamental da infância.

- Registrar os dados baseados na avaliação regular e sistemática da criança (fundada na observação) em todas as áreas do seu desenvolvimento. O registro dos dados sobre as crianças deve ser construído mediante contribuições dos educadores, pais e crianças e servem para subsidiar e realimentar a aprendizagem infantil.

- Promover atenção individualizada a todas as crianças durante o período de adaptação à creche, durante os cuidados com a higiene e com o corpo das crianças e, ainda, nos momentos que a criança apresenta-se chorosa, doente, insegura, com problemas e dificuldades familiares.

- Manter ambiente físico adequado às necessidades das crianças: espaço interno e externo, disposição dos ambientes, áreas de atividades e repouso, mobiliário, brinquedos, equipamentos, fornecimento de água, banheiros apropriados uso e acesso destes. Saúde e segurança e que permita a socialização, vivência, interações e construção de conhecimentos.

- Criar um lugar adequado, com música ambiente, para descanso das funcionárias durante o horário de almoço, onde possam relaxar e se preparar para o período posterior.

- Promover em conjunto com os cuidadores familiares e comunidade uma manifestação para sensibilizar o Prefeito Municipal da necessidade de concluir as modificações no espaço externo da creche com a construção de uma área coberta e reestruturação do parquinho para garantir às crianças espaços seguros, ambiente agradável e aconchegante onde se possa brincar com alto nível de interatividade e de invenção.

- Possibilitar a entrada dos cuidadores familiares e de pessoas da comunidade no interior da creche para que conheçam as atividades desenvolvidas pela creche, os profissionais, os objetivos e as intencionalidades, compartilhando a educação e os cuidados das crianças com a família e a comunidade.

- Adotar práticas de prevenção de doenças e educação em saúde que venham favorecer a saúde das crianças, dos funcionários e das famílias usuárias.

- Motivar os funcionários, as crianças e os cuidadores familiares na adoção de ações e procedimentos baseados nos princípios da biossegurança para diminuir os riscos de contaminações e infecções e a redução dos riscos ocupacionais no coletivo da creche.

- Criar condições para que as trabalhadoras possam conhecer e fazer valer não só os seus direitos mas, principalmente, os direitos das crianças.

- Organizar-se para lutar pela melhoria da qualidade de vida das crianças, funcionários famílias usuárias e da comunidade a qual está inserida representado um espaço legítimo de defesa da cidadania.

- Procurar participar de reuniões, associações ou movimentos de creches para lutar e defender os direitos da criança e para que se tornem realmente locais representativos dos interesses da educação e cuidado das crianças de 0 a 6 anos.

- Implantar mecanismos e procedimentos de controle da qualidade, monitorar e avaliar o serviço.

- Utilizar os resultados desta e de outras pesquisas para a melhoria do cuidado e educação das crianças de 0 6 anos.

Em relação às secretarias de educação, saúde e assistência social da prefeitura municipal

A secretaria de educação deve:

- Criar e reformular seu sistema de ensino para que a médio prazo possam integrar a creche no seu respectivo sistema municipal de ensino provocando um avanço significativo na educação infantil.

- Elaborar uma proposta de política, mais descentralizada, assumindo a responsabilidade com a educação infantil através de um departamento ou setor específico.

- Apresentar o plano municipal de educação infantil com a proposta orçamentária e de sua defesa junto aos demais setores da Secretaria.

- Criar uma Câmara específica para elaborar as normas, condições mínimas para o espaço físico, condições sanitárias, organização e funcionamento, quadro de pessoal, diretrizes curriculares para a educação infantil.

- Elaborar o Plano Educacional voltado para a criança levando-se em conta suas características psicológicas e o contexto social e cultural onde seu desenvolvimento ocorre.

- Priorizar a educação infantil requerendo esforços na elevação da qualidade, inclusive melhor remuneração e valorização dos educadores infantis.

- Apoiar as creches na sua missão de cuidar e educar crianças pequenas, encaminhar suas necessidades e supervisionar e zelar pela qualidade de atendimento.

- Possibilitar a oferta de materiais pedagógicos, didáticos e brinquedos de forma a promover a iniciativa, a ação independente e a imaginação das crianças e o melhor desempenho dos educadores.

- Implementar através de políticas públicas a criação de redes de brinquedotecas nas creches -espaços específicos de brincar -que, resgatando objetos de valor histórico inegável e reunindo brinquedos feitos por crianças de diferentes grupos étnicos ou culturais, cumpririam o papel de favorecer que as crianças aprendam a produzir brinquedos tais como pipas, carrinhos, bonecas de pano, cata-ventos e tantos outros. Acreditamos que a criação destes espaços pode se configurar como importante iniciativa do poder público, beneficiando as populações infantis matriculadas em creches.

- Criar bibliotecas infantis e infanto-juvenis, espaços de ler, salas de leitura, democratizando o acesso das crianças à interessante e

vasta literatura infantil produzida no Brasil. Tais espaços -nas creches, pré-escolas, centros comunitários, escolas, bibliotecas- propiciam convívio com a leitura, descoberta do mundo dos livros, cumprindo um importante papel na formação de leitores o que se configura como uma das dimensões centrais da formação cultural.

- Promover ou coordenar cursos de qualificação dos educadores infantis e, ainda, de promoção do intercâmbio de experiências intramunicipais e intermunicipais.

- Estabelecer um plano para a construção de salas, reformas e manutenção das creches a serem encampadas pelo município, comprar móveis e equipamentos assegurando um atendimento de melhor qualidade.

- Criar uma equipe composta de psicopedagogo, médico, enfermeiro, psicólogo, assistente social entre outros para assessorar a creche no cuidado e educação infantil e na implementação de ações educativas e de saúde destinadas à população materno infantil.

- Expandir o número de creches no município para aumentar o atendimento que, atualmente, se encontra em torno de 10% e para que possa, a médico e longo prazo atingir 80% da população infantil, considerada uma porcentagem significativa semelhante a dos países desenvolvidos.

- Utilizar os resultados desta e de outras pesquisas para embasar projetos, programas e atividades.

A secretaria de saúde deve:

- Facilitar o acesso das crianças de zero a seis anos aos serviços de saúde, estabelecer hora marcada para o atendimento, eliminar a espera para a marcação de consultas e melhorar a relação profissional de saúde X usuário.

- Priorizar o atendimento à população infantil conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Garantir atendimento aos problemas emergenciais da população infantil inclusive a distribuição gratuita de medicamentos quando se fizer necessário.

- Organizar nos serviços de saúde um setor de reclamações e sugestões.

- Conhecer e analisar as opiniões das trabalhadoras de creche sobre os serviços de saúde, as dificuldades de atendimento ao grupo materno infantil, a falta de resolutividade e tentar modificar as situações mencionadas.

- Desenvolver projetos de educação em saúde em parceria com as creches para a promoção da qualidade de vida da população.

A secretaria de assistência social deve:

- Discutir os problemas que as creches conveniadas encontram ao exercer suas atividades e colaborar na resolução dos mesmos ou encaminhar aos órgãos competentes.
- Orientar na organização e funcionamento das creches com ênfase nos critérios de qualidade.
- Colaborar na implantação de uma gestão democrática em que participem representantes dos pais, funcionários e diretoria da creche conveniada.
- Planejar suas ações, a partir das necessidade e realidade de cada instituição conveniada.
- Utilizar os resultados da pesquisa para conhecer melhor as opiniões da população de estudo, características e a qualidade de atendimento da creche.

Em relação ao estado e à união

O estado e a união devem:

- Definir políticas de financiamento e estabelecer os percentuais para a educação infantil e repassar aos municípios os recursos necessários à manutenção e desenvolvimento da educação infantil.

- Cumprir seu dever de prestar assistência técnica e financeira aos municípios na medida de suas necessidades relativas a educação infantil.

- Definir parâmetros curriculares para a educação infantil que possam nortear o trabalho dos educadores.

- Criar uma Proposta Pedagógica que deverá concretizar um currículo planejado para oportunizar o desenvolvimento integral da Criança.

- Estabelecer os parâmetros de qualidade para o credenciamento e funcionamento de creches.

- Propor que se estude a possibilidade de criação do salário-creche, alternativa de financiamento a ser paga pelos empresários para a manutenção de vagas em creches públicas a serem construídas nos diferentes bairros das cidades.

- Estabelecer as diretrizes e competências para o credenciamento, supervisão e orientação das instituições de educação infantil.

- Expandir a educação infantil para que a grande maioria dos brasileiros possam ter uma lembrança da infância na qual se gestaria a esperança e a confiança e um futuro que possa ser mais justo e solidário em nosso país.

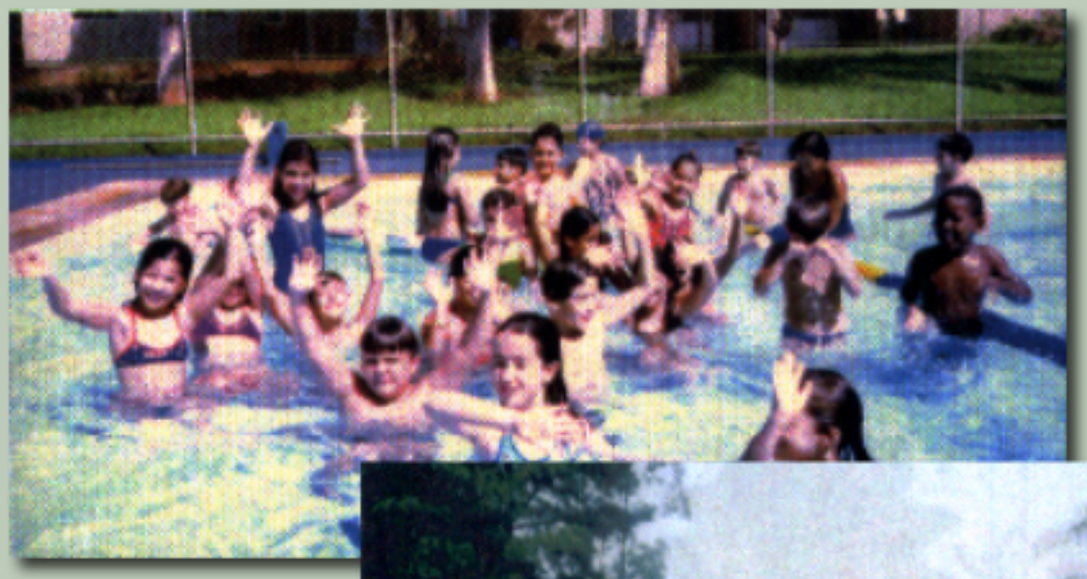
- Proporcionar às crianças (pobres e ricas) oportunidades educacionais iguais, para que se adquiram os valores de democracia, humanidade e equidade.

- Utilizar os resultados desta e de outras pesquisas para conhecer a população de estudo, suas opiniões, sugestões e necessidades.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 16º

IV - Brincar, praticar esportes e divertir-se;



ANEXOS

Direito ao Lazer

ANEXOS

ANEXO A

Roteiro para entrevista - funcionários

Instrução para os funcionários da creche

Prezada senhora, estamos desenvolvendo uma pesquisa, cujo tema é **Pesquisa-ação na relação creche-cuidador familiar em uma instituição comunitária.** Mas, para que esta seja realizada será necessário o levantamento das questões apresentadas abaixo, sendo estas respostas, de suma importância para a área da saúde da criança, principalmente para as crianças de 0 a 6 anos atendidas em creches, pois através deste estudo poderemos dar atenção especial aos fatores que dificultam o relacionamento creche-cuidador familiar visando transformar esta relação para a melhoria do atendimento à criança. Então, esta pesquisa-ação tem como objetivos: levantar as condições dificultadoras na relação creche-família, tendo como foco a criança, evidenciadas pelos funcionários e familiares, procurando posteriormente, trabalhar em conjunto com o pessoal da creche e a família das crianças atendidas na organização, execução e avaliação de ações educativas e de intervenção para atender os maiores problemas destes sujeitos relativos a estes temas,

procurando possibilitar a reflexão, conscientização e habilidades sobre a temática em questão, preparando-os para lidarem adequadamente com estes temas no cotidiano da criança.

Sendo assim, sua participação é de fundamental relevância.

Para tanto, informamos que não haverá danos, riscos e gastos para você. Informamos ainda, que estamos garantindo-lhe o sigilo das respostas, bem como o direito de recusar ou interromper, a qualquer momento, sem prejuízo algum deste estudo e nem para você. Mas, sua participação, associada a outras, trarão significativo benefício para este estudo e para o atendimento à criança de 0 a 6 anos em creche.

Roteiro para Entrevista - Funcionários

Parte I – Dados de Identificação dos Funcionários

Nome:.....

Sexo: ..... Idade: ..... Estado Civil: .....

- Nível de Escolaridade:

[ ] Analfabeto [ ] Alfabetizada

[ ] 1º Grau Incompleto [ ] 1º Grau Completo

[ ] 2º Grau Incompleto [ ] 2º Grau Completo

[ ] 3º Grau Incompleto [ ] 3º Grau Completo

Nº de filhos: ..... Filhos na Creche: .....

- Remuneração:

[ ] Até 1 salário mínimo 200,00 [ ] 201 – 300

[ ] 301 – 400 [ ] 401 – 500

[ ] mais de 500 [ ] outro, qual?.....

- Situação Funcional:

Cargo que ocupa: .....

Tempo de serviço na creche: .....

Data de admissão: .....

Horário de trabalho: .....

Jornada semanal de trabalho: .....

Outros Serviços (bico) : .....

- Vínculo empregatício:

[ ] registro em carteira [ ] sem registro [ ] outro, qual?.....

Número de crianças sob sua responsabilidade:.....

Faixa etária: .....

O que levou você a procurar a creche para trabalhar?

.....

- Você já trabalhou com criança anteriormente?

[ ] sim. Onde? ..... [ ] não

- Gosta do trabalho que realiza?

[ ] sim.

[ ] não. Explique: .....

- Ocupou algum outro cargo anteriormente nesta creche?

[ ] sim.

[ ] não. Qual: .....

Formação Profissional: .....

- Cursos / Palestras ou outros que freqüentou (relativas ao trabalho na creche)

Nome do curso/palestra Ano

1. .....
2. .....
3. .....
4. .....
5. .....

- Recebe ou recebeu treinamento para trabalhar na creche?

[ ] sim.

[ ] não. Especifique: .....

- Sugestões para a melhoria da creche:

Parte II – Relacionamento Creche-Família

Discorra sobre o relacionamento com a família:

Quais as sugestões que você daria para melhorar o relacionamento creche-família:

ANEXO B

Roteiro para entrevista – cuidadores familiares

Instrução para os pais

Caros pais, estamos desenvolvendo uma pesquisa, cujo tema é **Pesquisa-ação na relação creche-cuidador familiar em uma instituição comunitária.** Mas, para que esta seja realizada será necessário o levantamento das questões apresentadas abaixo, sendo estas respostas, de suma importância para a área da saúde da criança, principalmente para as crianças de 0 a 6 anos atendidas em creches, pois através deste estudo poderemos dar atenção especial aos fatores que dificultam o relacionamento creche-cuidador familiar visando transformar esta relação para a melhoria do atendimento à criança. Então, esta pesquisa-ação tem como objetivos: levantar as condições dificultadoras na relação creche-família, tendo como foco a criança, evidenciadas pelos funcionários e familiares, procurando posteriormente, trabalhar em conjunto com o pessoal da creche e a família das crianças atendidas na organização, execução e avaliação de ações educativas e de intervenção para atender os maiores problemas destes sujeitos relativos a estes temas, procurando possibilitar a reflexão, conscientização e habilidades sobre a temática em questão, preparando-os para lidarem adequadamente com estes temas no cotidiano da criança.

Sendo assim, sua participação é de fundamental relevância.

Para tanto, informamos que não haverá danos, riscos e gastos para você. Informamos ainda, que estamos garantindo-lhe o sigilo das respostas, bem como o direito de recusar ou interromper, a qualquer momento, sem prejuízo algum deste estudo e nem para você. Mas, sua participação, associada a outras, trarão

significativo benefício para este estudo e para o atendimento à criança de 0 a 6 anos em creche.

Roteiro para Entrevista – Família

Parte I – Dados de Identificação da Família

MÃE: .....
Idade: .....
Local de trabalho: .....Profissão:.....

- Nível de Escolaridade:

[ ] Analfabeto [ ] Alfabetizada

[ ] 1º Grau Incompleto [ ] 1º Grau Completo

[ ] 2º Grau Incompleto [ ] 2º Grau Completo

[ ] 3º Grau Incompleto [ ] 3º Grau Completo

[ ] outro:.....

- Estado Civil:

[ ] Casada [ ] Desquitada
[ ] Solteira [ ] Concubinato
[ ] Separada [ ] Viúva
[ ] Outro. qual?.....

- MARIDO / Companheiro:

Idade:.....

Local de trabalho: .....Profissão:.....

- Nível de Escolaridade:

[ ] Analfabeto [ ] Alfabetizado

[ ] 1º Grau Incompleto [ ] 1º Grau Completo

[ ] 2º Grau Incompleto [ ] 2º Grau Completo

[ ] 3º Grau Incompleto [ ] 3º Grau Completo

[ ] outro:.....

- Dados do Casal:

Endereço residencial: (Rua, nº bairro):.....
Qual o nome de seus filho (vivos), a idade, o sexo. Moram com os pais?

Prenome	Idade	Sexo	Mora com os pais?

- Situação sócio-econômica da família:

Quantas e quais pessoas moram na casa?

Especifique:

Prenome	Posição	Sexo	Idade	Trabalha	Salário

- Outros rendimentos:

Total da renda da família: R$.....

- Despesas médias mensais:
- Aluguel R$.....
- Luz R$.....
- Água R$.....
- Gás R$.....
- Transporte R$.....
- Educação R$.....
- Alimentação R$.....
- Medicamentos R$.....
- Vestuário R$.....
- Outras despesas R$.....
- Total das despesas R$.....

Condição de moradia:.....Tempo de moradia (anos):.....

- Situação do Imóvel:

[ ] próprio [ ] cedido/emprestado

[ ] alugado [ ] outro. Especifique:.....

- Tipo de Residência:

[ ] casa [ ] apartamento [ ] habitação coletiva [ ] barraco

[ ] outro. Especifique:.....

- Tipo de Construção:

[ ] alvenaria (tijolo, cimento)

[ ] madeira

[ ] adobe

[ ] outro. Especifique: .....

- Tipo de Piso:

[ ] cimento

[ ] terra batida

[ ] madeira

[ ] cerâmica

[ ] outro. Especifique:.....

Dependências:

[ ] quartos

[ ] sala

[ ] cozinha

[ ] banheiro individual

[ ] outros:.....

Total de Cômodos :.....

- Energia:

[ ] Luz elétrica [ ] Vela

[ ] Lampião

- Água:

[ ] Poço

[ ] Água Encanada

- Saneamento Básico:

[ ] Rede de esgoto

[ ] Fossa

- Lixo:

[ ] Coletado

[ ] Abandonado

[ ] Queimado

- Eletrodomésticos e outros bens de consumo:

	Nº de Unidades
[ ] Geladeira	[ ]
[ ] Máquina de lavar roupas	[ ]
[ ] Tanquinho	[ ]
[ ] Vídeo-cassete	[ ]
[ ] Automóvel, qualquer tipo ou marca, de qualquer pessoa em sua residência, mesmo que não esteja em nome do entrevistado	[ ]
[ ] Rádio	[ ]
[ ] TV de qualquer tipo. A cores ou não	[ ]
[ ] Empregada mensalista, diarista (faxineira, passadeira)	[ ]

outra. Qual:.....

[ ] Outro. Qual:.....

Parte II – Vínculo Creche-Família

Nº de filhos matriculados na creche: .....

Nome da criança	Data admissão	Tempo de creche	Observações

Horário de entrada na creche:.....

Horário de saída da creche: .....

Motivos que levou a família a procurar a creche:
Em relação aos cuidados que seu filho recebe na creche:

Sugestões:

- Reuniões na Creche:

Participação do Pai: [ ] Sim [ ] Não

Dia da semana:

Horário:

Participação da Mãe: [ ] Sim [ ] Não

Dia da semana:

Horário:

Outros membros da Família:.....

- A reunião ocorre:

[ ] Semanalmente [ ] Mensalmente [ ] Semestralmente

[ ] Anualmente [ ] Outro. Especifique:

- Sugestões e expectativas do entrevistado para:

Realizações de Reuniões:

Participação nas decisões e atividades realizadas na creche:

Parte III – Relacionamento creche-família

Discorra sobre o relacionamento com a creche:

Quais as sugestões que você daria para melhorar o relacionamento creche-família?

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (a ser aplicado tanto para o funcionário quanto para a família)

Esclarecimento sobre a pesquisa

Estamos desenvolvendo uma pesquisa, cujo tema é **Pesquisa-ação na relação creche-cuidador familiar em uma Instituição Comunitária.** Mas, para que esta seja realizada será necessário o levantamento das questões a apresentadas abaixo, sendo estas respostas, de suma importância para a área da saúde da criança, principalmente para as crianças de 0 a 6 anos atendidas em creches, pois através deste estudo poderemos dar atenção especial aos fatores que dificultam o relacionamento creche- cuidador familiar visando transformar esta relação para a melhoria do atendimento à criança. Então, esta pesquisa-ação tem como objetivos: levantar as condições dificultadoras na relação creche-família, tendo como foco a criança, evidenciadas pelos funcionários e familiares, procurando posteriormente, trabalhar em conjunto com o pessoal da creche e a família das crianças atendidas na organização, execução e avaliação de ações educativas e de intervenção para atender os maiores problemas destes sujeitos relativos a estes temas, procurando possibilitar a reflexão, conscientização e habilidades sobre a temática em questão, preparando-os para lidarem adequadamente com estes temas no cotidiano da criança.

Sendo assim, sua participação é de fundamental relevância.

Para tanto, informamos que não haverá danos, riscos e gastos para você. Informamos ainda, que estamos garantindo-lhe o sigilo das respostas, bem como o direito de recusar ou interromper, a qualquer momento, sem prejuízo algum deste estudo e nem para você. Mas, sua participação, associada a outras, trarão

significativo benefício para este estudo e para o atendimento à criança de 0 a 6 anos em creche.

O formulário será aplicado no período de agosto a outubro de 2002, com previsão de encerramento da pesquisa até o final do 1º semestre de 2003.

Sendo assim, sua participação e o preenchimento deste Termo de Consentimento é de fundamental relevância para o êxito desta pesquisa. Agradecemos antecipadamente, pela sua atenção e participação, colocando-nos à sua disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento.

Pesquisadores responsáveis: _____ e _____ .

TERMO DE CONSENTIMENTO PROPRIAMENTE DITO:

Eu, _____ RG nº _____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, dada no dia ____/____/____, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrição de citações, desde a presente data, para as pesquisadoras Tânia Maria Delfraro Carmo e Sônia Maria Villela Bueno.

Assim, estou ciente dos meus direitos abaixo relacionados, como tendo:

1. garantia de receber informações gerais sobre o significado, justificativa, objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, bem como o esclarecimento e orientação a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. a liberdade de retirar o meu consentimento a qualquer momento e/ou deixar de participar deste estudo, sem que isto traga prejuízo ou penalização à minha pessoa;

3. a segurança de que não serei identificado(a) e que será mantido o sigilo e o caráter confidencial da informação relacionada à minha privacidade;
4. o compromisso de me proporcionar informações atualizadas durante o estudo, ainda que possa afetar minha vontade de continuar participando;
5. a garantia da não existência ou vulnerabilidade a danos e riscos a minha pessoa;
6. a garantia de não haver gastos de minha parte, porque a coleta de dados que participarei, será realizada na creche, em horário pré-determinado e de acordo com minha disponibilidade. Portanto, estou ciente de que não haverá nenhum gasto e nem ressarcimento e indenização.

Assim sendo, declaro o meu consentimento de usar as minhas respostas para esta pesquisa, podendo torná-las públicas.

Concordo, portanto, em participar deste estudo, levando em consideração todos os elementos acima mencionados.

Local _____, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura

Direito à Liberdade

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 15º

A criança e o adolescente têm direito à liberdae, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantindos na Constituição e nas leis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. **Creches:** atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1995.

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. O rei está nu: um debate sobre as funções da pré-escola. **Cadernos CEDES,** São Paulo, n. 9, p. 27-38, 1984.

ARELARO, L. R. G. Para onde vai a educação infantil no Brasil? Algumas considerações face à nova LDB e à Emenda Constitucional 14/96. In:MACHADO, M. L. A. **Educação infantil em tempos de LDB.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

ASSIS, R. Educação infantil e propostas pedagógicas. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil.** Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1998.

AUGUSTO, M. **Comunidade infantil creche**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1979.

BARBIER, R. **Pesquisa-ação na instituição educativa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 38.

BARELLI, W. Perfil do consumo alimentar da classe trabalhadora. **Saúde em Debate,** São Paulo, v. 23, p.26-31, 1988.

BARROS, R. P., MENDONÇA, R. S. P. **Infância e adolescência no Brasil:** as conseqüências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. (Textos para discussão, n. 202).

BENNET, N.; KELL, J. **Agood start?** Four year olds in infant schools. Oxford: Blackwell, 1989.

BENSOUSSAN, E. et al. **Saúde ocupacional.** Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1988. p. 3-94.

BOLYARD, E. A.; BELL, D. M. Universal precautions in the health care setting. In: DE VITA JR. et al. **AIDS**: biology, diagnosis, treatment and prevention. 4. ed. Philadelphia: Lippincott - Raven, 1997. p. 655-64.

BORDENAVE, J. E. D.; PEREIRA, A . M. **Estratégias de ensino-aprendizagem.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 312 p.

BRANT, V. C. **São Paulo:** trabalhar e viver. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Normas para instalação e funcionamento de creches**. Brasília: Divisão Nacional de Saúde Materno-Infantil, 1988b.

BRASIL. Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, 1990. 46 p.

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Política nacional de educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994a. 14-40p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Educação infantil no Brasil: situação atual. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 2, Brasília, 1994. **Anais...** Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994b. p. 14-40.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1997a. 40p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para elaboração de orientações Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1997b.11p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental . **Subsídios para credenciamento de Instituições de Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998b. v.1, p. 21-33.

BREVIDELLI, M. M. **Exposição ocupacional aos vírus da AIDS e da Hepatite B:** análise da influência das crenças em saúde sobre a prática de reencapar agulhas. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRUSCHINI, M. C. A. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS-MUÑOZ, M. (Org). **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/UNICEF, 1994. p.63-79.

BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, F. (Org.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Fundação Carlos Chagas, 1982. p. 9-22.

BUENO, S. M. V. Marco conceitual e referencial teórico da educação para saúde: orientação à prevenção de DST/AIDS e drogas no Brasil para criança, adolescente e adulto jovem. **Documento.** Brasília: Ministério da Saúde/CNDST-AIDS, 1997-8. 182p.

BUFALO, J. **Creche:** lugar de criança, lugar de infância. 1997. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas.

CAMBIOS en el perfil de las familias: la experiencia regional. Santiago del Chile: CEPAL, 1993.

CAMPANHOLE, H. L.; CAMPANHOLE, A. **Consolidação das leis do trabalho e legislação complementar.** 96. ed. São Paulo: Atlas, 1996. p.50-3.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1993.

CAMPOS, M. M. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil.** Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. p. 32-42.

CAMPOS, M. M. Esta creche respeita a criança: critérios para a unidade creche. In: Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1997. p. 11-20.

CLARKE - STEWART, A. **Guarderías y cuidado infantil.** Madrid: Ediciones Morata, 1984. (Série Bruner).

COCHRAN, M. **The policy significance of national differences in child day care programs.** Ithaca: Cornell University, 1990. Mimeografado.

CODO, W.; MELLO, A. M. A. Relações creche-família. In: CODO, W.; SAMPAIO, J. J. (Org). **Sofrimento psíquico nas organizações.** Petrópolis: Vozes, 1995. 174 p.

CONSELHO ESTADUAL DA MULHER. Como montar uma creche ou centro infantil. Belo Horizonte, 1984. 48p.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER e CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA. **Creche urgente:** organização e funcionamento. Brasília: CNDM, 1987 (Série de Manuais sobre creche, n.2).

COSTA, A. C. G. da. De menor a cidadão. In: MENDEZ, E. G. **Das necessidades aos direitos.** São Paulo: Malheiros, 1994. (Série dos direitos da criança, 4).

COSTA, A. C. G. et al. A família em destaque. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.91, 1994.

CRAIDY, C. M. A LDB, o FUNDEF e a Educação Infantil. In: MACHADO, M. L. A. **Educação Infantil em tempos de LDB.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

CREDOC - CENTRE DE RECHERCHE POUR L'ÉTUDE ET l'OBSERVATION DES CONDITIONS DEVIE. **Accueil de la petite enfance et activité feminine**. Paris: La Documentation Française,1989 (Colection Des Rapports, 61).

DEJOURS, C. Por um novo conhecimento em saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** São Paulo, v. 14, n. 54, p. 7-11, 1986.

DEL PRIORE, M. et al. **A história da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DIDONET, V. A LDB e a política de educação infantil. In: MACHADO, M. L. A. **Educação infantil em tempos de LDB**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

DÓRIA, C. S. **Educando nossos filhos.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

DUPRAZ, L. L'accueil du jeune enfant: des résponses et des interrogations. In: FRANCE. Ministére du Travail, de L'Emploi et de la Formation Professionnelle. **Petite enfance, éveil aux savoirs.** Paris: La Documentation Française, 1992. p. 299-303.

FARIA, A. L. G. Impressões sobre as creches no Norte da Itália: bambini si diventa. In: ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. (Orgs) **Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 211-232.

FARIA, A. L. G. O espaço físico nas instituições de Educação Infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil.** Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1998.

FARIA, J. E. Os desafios da educação: integração regional, ciência e tecnologia. In: SEMINARIO-Desafio da educação no século XXI, 1995. Brasília, **Anais**... Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior/Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino, 1995. p. 23-50.

FREIRE, P. **Conscientização:** teoria e prática da libertação - uma introdução do pensamento de Paulo Freire. Trad. Kátia de Mello e Silva. 3. ed. São Paulo: Morais, 1980. 120p.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 158p.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 184p.

FRIEDMANN, A. et al. **O direito de brincar**: a brinquedoteca. São Paulo: Scritta/Abrinq., 1992.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991. p. 66.

GARNER, J. S. Guideline for isolation precautions in hospitals. **Infect. Control hosp. Epidemiol,** Philadelphia, v. 17, n. 1, p. 54-80, 1996.

GHEDINI, P. O. Entre a experiência e os novos projetos: a situação da creche na Itália. In: ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. (Orgs) **Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte.** São Paulo: Cortez 1994. p. 189-210.

GUERRA, V. N. A. et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes e políticas de atendimento: do silêncio ao compromisso**. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano,** São Paulo, v. 1, n. 2, p. 34, 1992.

GUNNARSSON, L. A Política de cuidado e Educação Infantil na Suécia. In: ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. (Orgs) **Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 135-178.

HADDAD. L. A relação creche-família: relato de uma experiência. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 70, p. 70-80, 1987.

_____. **A creche em busca de identidade:** perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo. São Paulo: Loyola, 1991.

HASENBALG, C. Condições de socialização na primeira infância. In: IBGE. **Pesquisa sobre padrões de vida na primeira infância-1996-1997**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 9-12.

HAYES, CH. D. et al. **Who cares for American Children?** child care policies for the 1990's. Washington: National Academy Press, 1990.

HOEFEL, H. H. K.; SCHNEIDER, L. O. O profissional da saúde na cadeia epidemiológica. In: RODRIGUES, E. A. C. et al. **Infecções hospitalares**: prevenção e controle. São Paulo: Sárvier, 1997. p. 352-66.

HOFFERTH, S.; PHILLIPS, D. A. Child care policy research. **Journal of Social Issues**, New York, v. 47, n. 2, p. 1-14, 1991.

KAHN, A. J.; KAMERMAM, S. B. **Child care**: facing the hard choices. Dover: Auburn House, 1987.

KAMERMAN, S. B. International perspectives ond child care policies and programs. **Pediatrics**, New York, v. 81, n. 1, p. 284-52, Jan., 1993.

KISHIMOTO, T. M. Projeto de profissionalização de auxiliar de desenvolvimento infantil para creches do município de São Paulo, em nível de 2º grau. In: ROSEMBERG, F. et al. **A formação do educador de creche:** sugestões e propostas curriculares. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/DPE, 1992. p. 69-107.

KRAMER, S. S. **Educação ou tutela**: a criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Loyola, 1988.

KRAMER, S. S.; KAPPEL, M. D. B. Educação da criança de 0 a 6 anos. In: IBGE - **Pesquisa sobre padrões de vida na primeira infância:** 1996 - 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 9-12.

LEMOS, M. E. P. Proposta curricular. In: **Um salto para o Futuro:** educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, 1999.

LIMA, M. S. **A cidade e a criança.** São Paulo: Nobel, 1989.

LOVISOLO, H. **O programa de creches da LBA:** avaliação no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MPAS/FLACSO, 1987. Mimeografado.

MACHADO, M. L. A. (Org.). **Educação infantil em tempos de LDB**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Departamento de Pesquisas Educacionais, 2000. 104 p.

MAINAR, G. Guarderias y Educación preescolar. Nota informativa sobre la situación española. In: CLARKE - STEWART, A. **Guarderías y cuidado infantil.** Madrid: Ediciones Morata, 1984. p. 178-184. (Série Bruner)

MARANHÃO, D. G. O cuidado como elo entre saúde e educação. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo. n. 111, p. 115-132, dez. 2000.

MATTIOLI, O. C. **No reino da ambigüidade.** 1988. 334f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, Marília.

MAYNARD, F. **The child care crisis**: the real costs of day care for you - and your children. Ontario: Viking, 1985.

MENDES, M. D. **Realidade ocupacional de trabalhadores de galerias de águas pluviais:** educação conscientizadora para prevenção de doenças e acidentes de trabalho. 1993. 263f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Faculdade de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1996. 269p.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino:** as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1996. p.86-7.

MONTEIRO, A. L. C. et al. Recomendações e condutas após exposição ocupacional de profissionais de saúde. **Boletim Epidemiológico.**, São Paulo, v. 17, n. 20-90 p., 1999.

MORAES, E. S. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a participação da sociedade, Conselhos de Direitos e Conselho Tutelar. **Cadernos Populares,** São Paulo, v. 2, n. 42p., jan. 1991.

MORAES, M. L. Q. Infância e cidadania**. Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 91, p.38, 1994.

NOGUEIRA, R. P. Gestão de qualidade e biossegurança. In: TEIXEIRA, P.; VALLE, S. **Biossegurança**: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. p. 67-74.

OLIVEIRA, Z. M. O.; FERREIRA, M. C. R. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 56, p. 39-65, 1986.

OLIVEIRA, Z. M. O. et al. **Creches:** crianças faz de conta & cia. Petrópolis: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

ORGANIAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. **Vigilância del médio y las condiciones de salud em los programas de higiene del trabajo.** OMS, Genebra, 1973. p. 5-9 (Série de informe técnico, n. 535).

PANORAMA SOCIAL DA AMÉRICA LATINA 1995. **Indicadores sociais:** uma análise da década de 80. Santiago de Chile: CEPAL, 1995. 218p.

PASCAL, C. **Under fives in infant classrooms**. Stoke-on-Trent. Westport: Tretham Press, 1990.

PASCAL, C.; BERTRAN, A. **Defining and assessing quality in educational provision for yong children**. Louvain (BELG), 1991. Comunapres. à Conferência "Quality Educational Provision for 4-7 Year Olds". Mimeografado.

_____. A Educação de crianças pequenas e de seus professores em três países Europeus. In: ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. (Orgs) **Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 279-294.

PELIANO, A. M. M.; BEGHIN, N. A nova experiência brasileira no combate à fome e à miséria. **Saúde em Debate.** São Paulo, v. 40, p.17-25, 1993.

PELICIONI, M. C. F. et al. A educação em saúde na prevenção, tratamento e controle do tracoma em uma creche no município de São Paulo. **Revista Brasileira de Saúde Escolar,** São Paulo, v. 2, n. 3, p.178-85, 1992.

PENTEADO, W. M. A. **Fundamentos de orientação educacional.** São Paulo: EPU, 1976.

PEROSA, G. B. **A representação da creche como local de coleta de dados, para pesquisadores no desenvolvimento da faixa de 0 a 6 anos.** Botucatu: Faculdade de Medicina da UNESP, 1987. Mimeografado.

POLIT, D. F.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem.** 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 391p.

PREUSS, M. R. G. Atitudes maternas e tipo de cuidado alternativo escolhido por mães que trabalham fora. **Revista Quadrimestral do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília,** Brasília, v. 2. n. 3, p.213-225, set./dez. 1986.

PRICE, P. J. Parents perceptions of the meaning of quality nursing care. In: _____. **Pediatric Nursing.** New York: National League for Nursinf Press, 1993. p. 1-10.

REIS, A. M. B. **O axé da Bahia**: uma força criadora capaz de transformar a história dos meninos que vivem nas ruas de Salvador, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1993. Mimeografado.

ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 51, p. 73-9, 1984.

ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M.; PINTO, R. P. **Creche e pré-escolas:** década da mulher. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

ROSEMBERG, F. (Org.). **Creche:** temas em destaque. São Paulo: Cortez, 1989.

ROSEMBERG, F. et al. **A formação do educador de creche:** sugestões e propostas curriculares. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / DPE, 1992.

ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. (Orgs). **Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte.** São Paulo: Cortez, 1994. 353 p.

ROSSETI-FERREIRA, M. C. Promoção da qualidade e avaliação na educação infantil: uma experiência. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 105, p.16-50, Nov. 1998.

SABÓIA, J.; SABÓIA, A. L. Condições de vida das famílias com crianças até 6 anos. In: IBGE. **Pesquisa sobre padrões de vida na primeira infância-1996-1997.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 25-27.

SALAMON, L. M. Patterns in public service: the scope and theory of government - nonprofit relations. In: POWELL, W.W. (Org). **The monprofit sector:** a research handbook. New Haven: Yale University Press, 1987. p. 99-117.

SANTANA, J. S. S. **A creche sob a ótica da criança.** Salvador: EGBA, 1998.

SCARR, S. et al. Quality of child care as an aspect of family and child care policy in the United States. **Pediatrics**, New York, v. 81, n. 1, p. 182-8, Jan. 1993.

SILVA, A. **Trabalhador de enfermagem na unidade centro de material e os acidentes de trabalho.** 1996. 115f. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA. I. T. F. R. et al. **Creches comunitárias:** histórias e cotidiano. Belo Horizonte: Ameppe, 1997.

SILVA, M. J. P. **Comunicação tem remédio:** a comunicação nas relações interpessoais em saúde. 2. ed. São Paulo: Gente, 1996.

SOUZA, S. J.; KRAMER, S. Esboço de uma proposta curricular para a formação de educadores de creche a nível de 2º grau: subsídios para o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo. In: ROSEMBERG, F. et al. **A formação do educador de creche:** sugestões e propostas curriculares. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/DEP, 1992. p. 49-66.

SPEDDING, P. Child care services in the USA. In: COCHRAN M. (Org) **International handbook on child care policies and programs**. Westport: Greenwood Press, 1993. p. 62.

STEFANELLI, M. C. **Comunicação com paciente:** teoria e ensino. 2. ed. São Paulo: Robe Editorial, 1993.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. **Biossegurança:** uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 107p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALERIEN, J. A. D. J. **Gestão da escola fundamental:** subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VAQUERO PUERTA, J. L; CEÑA VALLEJO, R. **Prevensión de riesgos laborales:** seguridad, higiene y ergonomia. Madrid: Piramides, 1996.

VITÓRIA, T.; ROSSETI-FERREIRA, M. C. Processo de adaptação na creche. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 86, p. 55-64, ago. 1993.

WAJSKOP, G. Atendimento à infância na França. In: ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. (Orgs). **Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 235-73.

WHALEY, L. F.; WONG, D. L. Perspectivas da enfermagem pediátrica. In: _____. **Enfermagem pediátrica:** elementos essenciais à intervenção efetiva. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. Cap. 1, p. 2-17.

WEFFORT, F. C. Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. In: FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 13.